



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE GAROPABA**

**EDITAL DE LICITAÇÃO RETIFICADO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2024
PROCESSO Nº 007/2024**

CONTRATANTE

Prefeitura Municipal de Garopaba

OBJETO

Contratação de empresa de engenharia para serviço contínuo de manutenção preventiva e corretiva e melhoria do SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE GAROPABA, instalados na rede de distribuição (RD) de energia elétrica na área de responsabilidade da Agência Regional da CELESC – Distribuição de Tubarão – CELESC-D ARTUB e da Cooperativa de Eletricidade de Paulo Lopes – CERPALO, compreendendo todos os serviços relacionados ao sistema de iluminação pública, inclusive a elaboração de projetos, cadastro de unidades, atendimento a eventos, fornecimento de materiais elétricos e eletrônicos para manutenção e ampliação do sistema de iluminação pública.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

~~R\$ 8.377.393,03 (oito milhões e trezentos e setenta e sete mil e trezentos e noventa e três reais e três centavos).~~

R\$ 9.025.027,33 (nove milhões e vinte e cinco mil e vinte e sete reais e trinta e três centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

~~09/04/2024 às 14h10min.~~

07/05/2024 às 14h10min.

DATA DE CADASTRO DAS PROPOSTAS

~~22/03/2024 às 15h00min até 09/04/2024 às 14h00min.~~

19/04/2024 às 15h00min até 07/05/2024 às 14h00min.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço global.

MODO DE DISPUTA:

Aberto/Fechado.

EXCLUSIVIDADE ME/EPP/EQUIPARADAS

Não.

PLATAFORMA ELETRÔNICA

BLL Compras (<http://bllcompras.com>)





ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

EDITAL DE LICITAÇÃO RETIFICADO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 001/2024 PROCESSO Nº 007/2024

O município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 82.836.057/0001-90, torna público que realizará licitação, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento MENOR PREÇO GLOBAL, sob o regime de EXECUÇÃO INDIRETA DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, que será conduzido pela Comissão de Contratação designada pela Portaria nº 3274, de 21 de novembro de 2023, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 102, de 28 de março de 2023 e do Decreto Municipal nº 104, de 28 de março de 2023, e pelas condições e exigências estabelecidas neste Edital e anexos, bem como pelas demais legislações aplicáveis à matéria, objetivando a contratação de empresa especializada do ramo de serviços de engenharia, visando a execução do objeto abaixo identificado.

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa de engenharia para serviço contínuo de manutenção preventiva e corretiva e melhoria do SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE GAROPABA, instalados na rede de distribuição (RD) de energia elétrica na área de responsabilidade da Agência Regional da CELESC-Distribuição de Tubarão – CELESC-D ARTUB e da Cooperativa de Eletricidade de Paulo Lopes – CERPALO, compreendendo todos os serviços relacionados ao sistema de iluminação pública, inclusive a elaboração de projetos, cadastro de unidades, atendimento a eventos, fornecimento de materiais elétricos e eletrônicos para manutenção e ampliação do sistema de iluminação pública.

1.2. A licitação será pelo **MENOR PREÇO GLOBAL**.

2. DAS NORMAS TÉCNICAS E JURÍDICAS A SEREM OBEDECIDAS

2.1. A execução das obras e serviços de engenharia deverá obedecer, criteriosamente, as especificações técnicas que acompanham o Termo de referência/Projeto Básico, parte integrante deste ato convocatório, além de ter que obedecer, obrigatoriamente, os ditames da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais condições estabelecidas neste Edital.

3. DO PREÇO

3.1. O preço global orçado para execução do objeto, em conformidade com as condições previstas no Termo de referência/Projeto Básico e orçamentos realizados com empresas especializadas no ramo de atividade, importa em ~~R\$ 8.377.393,03 (oito milhões e trezentos e setenta e sete mil e trezentos e noventa e três reais e três centavos)~~ **R\$ 9.025.027,33 (nove milhões e vinte e cinco mil e vinte e sete reais e trinta e três centavos)**, que constituem **valor máximo** estabelecido para fins de contratação dos objetos da presente licitação.

3.2. Serão desclassificadas as propostas que apresentarem valores unitários e/ou





ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

global, superiores ao limite estabelecido, tendo-se como limite estabelecido o orçamento estimado dos serviços/produtos nas planilhas que constam do projeto básico.

4. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

4.1. Não poderão disputar esta licitação:

4.1.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.1.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.1.3. Empresa responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

4.1.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.1.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.1.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.1.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.1.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

4.1.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

4.1.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).





ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

4.2. O impedimento de que trata o item 4.1.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.3. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 4.1.2 e 4.1.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

4.4. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

4.5. O disposto nos itens 4.1.2 e 4.1.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

4.6. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

4.7. A vedação de que trata o item 4.1.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4.8. Empresas que estejam constituídas sob a forma de consórcio.

4.9. Empresas que estejam sob falência, concordata, dissoluções ou liquidações.

4.10. Empresas estrangeiras.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico <http://bilcompras.com>, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.2. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o





ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

percentual de desconto, observado o disposto nos itens 7.1.1 e 7.2.1. deste Edital.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema (caso este campo esteja habilitado, do contrário não seguirá o disposto abaixo), que:

5.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

5.3.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

5.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas. (quando o campo estiver habilitado)

5.3.5. Caso o sistema não contemple tal campo, a licitante deve apresentar a Declaração Unificada - Anexo III, do edital que abrange aos subitens acima, a qual deve ser anexada juntamente com os documentos de habilitação, sob pena de inabilitação.

5.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#). (quando o campo estiver habilitado)

5.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#). (quando o campo estiver habilitado)

5.5.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.5.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei](#)





ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.3 ou 5.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.10. Caso seja disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.10.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.10.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.11.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.11.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.





ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

5.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5.15. O disposto nos itens 5.11, 5.12, 5.13, 5.14 e 5.15 somente terão validade se a funcionalidade de parametrização estiver habilitada na plataforma eletrônica.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor ou desconto (mensal, unitário, etc, conforme o caso) e (anual, total) do item/lote.

6.1.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.1.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.1.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.2. As licitantes também deverão elaborar uma proposta de acordo com a legislação em vigor pertinente ao objeto da presente licitação e anexar na aba proposta, disponibilizada na plataforma eletrônica <http://bllcompras.com>, com os seguintes requisitos:

6.2.1. Deverão ser apresentadas, em papel com timbre da empresa, em língua portuguesa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, com as folhas devidamente numeradas, devendo estar assinada na última folha e rubricada nas demais pelo representante legal/ou assinada digitalmente.

6.3. A proposta deverá conter:

6.3.1. Razão social da empresa, CNPJ, endereço completo, telefone e fax, nome e nº do banco, nome e nº da agência bancária e nº da conta-corrente, para fins de pagamento; nome do responsável que firmará o Contrato, com os respectivos dados pessoais, tais como: endereço, estado civil, CPF, Carteira de Identidade e cargo ou função.

6.3.2. Os preços cotados deverão ser obrigatoriamente, em moeda corrente, unitários e total, devendo já estar incluso todas e quaisquer despesas, impostos, taxas, seguros, transportes e outros encargos que incidam sobre os mesmos, não devendo exceder o **valor máximo estabelecido**, constante das alíneas do subitem **3.1** deste Edital.





ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

6.3.3. Cotação em moeda nacional, em algarismos e por extenso, prevalecendo este último, sendo os preços propostos de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo neste caso, o direito de pleitear qualquer alteração seja para mais ou para menos.

6.3.4. Prazo da validade não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados a partir da data fixada para a apresentação da documentação de habilitação e proposta.

6.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.6. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.7. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.8. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do estado e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#) Federal ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES





ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a comissão de contratação e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. A proposta e os lances deverão ser ofertados pelo **MENOR PREÇO GLOBAL**.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá àquele disposto na plataforma, podendo a comissão de contratação alterá-lo a seu critério.

7.9. O modo de disputa desta Concorrência Eletrônica será o **aberto/fechado**.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. O envio de lances na licitação o modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.11.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item,





ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.11.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com a comissão de contratação, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para a comissão de contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pela comissão de contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

7.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele





ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

7.19.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.19.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.19.1.3. Desenvolvimento pelo Licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Decreto Federal nº 11.430/2023;

7.19.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.19.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.19.2.2. Empresas brasileiras;

7.19.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.19.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

7.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, a comissão de contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a





ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.20.4. Em caso de mudança de valor final da proposta após negociação, a Comissão de Contratação solicitará ao Licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada à negociação realizada.

7.21. A comissão de contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.22. É facultado à Comissão de Contratação prorrogar os prazos mencionados nos itens nº 7.20.4 e nº 7.21, antes de findo o prazo, nos seguintes casos:

7.22.1. Por solicitação do Licitante, mediante justificativa aceita pela Comissão de Contratação.

7.22.2. De ofício, a critério da Comissão de Contratação, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente.

7.23. Após a negociação do preço, a comissão de contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, a comissão de contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e neste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União

(<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União

(<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.1.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).





ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

8.1.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a comissão de contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

8.1.5. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

8.1.6. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

8.1.7. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.1.8. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.1.9. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, a comissão de contratação verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com normas deste edital.

8.1.10. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, a comissão de contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto na [Lei complementar Nº 123/2006](#).

8.2. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.2.1. Contiver vícios insanáveis;

8.2.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Projeto Básico/Termo de referência;

8.2.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.3. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.4. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.5. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.5.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência da comissão de contratação, que comprove:





ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

8.5.2. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.5.3. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.6. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

8.6.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

8.6.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha descrita no projeto básico/termo de referência anexo ao edital;

8.6.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

8.7. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

8.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do





ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.12. Caso o Projeto Básico/termo de referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8.13. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.14. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.15. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pela comissão de contratação, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.16. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), a comissão de contratação analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Projeto Básico/Termo de Referência.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos neste edital, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos artigos 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021, conforme segue:

9.2. Habilitação Jurídica

9.2.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.2.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.2.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.2.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;





ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

9.2.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.2.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.2.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.2.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.2.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.3. Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ.

9.3.2. Prova de regularidade para com a Fazenda **Federal** (Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União), **Estadual** e **Municipal**, na forma da lei.

9.3.3. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

9.3.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, comprovada por meio de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeito de Negativa (CNDT).

9.3.5. A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, além da apresentação da Certidão Simplificada ou Registro do enquadramento em Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, para fins de habilitação, deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitado no sistema, verificar nos dados cadastrais se assinalou o regime ME/EPP no sistema conforme o seu regime de tributação para fazer valer o direito de prioridade do desempate dos Artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.





ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

9.3.5.1. Não terá direito aos privilégios estabelecidos na Lei Federal Complementar nº 123/2006, a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte que não comprovarem as condições conforme a lei.

9.3.6. A ME/EPP que se declarar como tal, nos termos do Art. 3º da Lei Federal Complementar nº 123/2006 e seu § 4º, deverá apresentar os documentos relativos à regularidade fiscal ainda que contenham restrição.

9.3.6.1. Na situação supra, será assegurado à ME/EPP declarada vencedora, o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, a pedido da interessada e a critério da licitada, para comprovar a sua regularidade fiscal.

9.4. Habilitação econômico-financeira

9.4.1. Certidão negativa de falência ou concordata válida expedida pelo distribuidor da sede da Pessoa jurídica.

9.4.2. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

2 - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

9.4.2.1. A exigência dos índices mencionados acima no item nº 9.4.3 tem como finalidade demonstrar que a empresa tem capacidade de saldar suas dívidas a longo prazo, refletindo assim a boa situação financeira da empresa, e, consequentemente, garantindo que os serviços objeto desta licitação, tão importantes e necessários à população, não sofrerão problemas de continuidade.

9.4.3. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

9.4.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

9.4.5. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

9.4.6. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.





ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

9.5. Habilitação técnica

9.5.1. Comprovação de Registro ou Certidão de inscrição da empresa e de seu responsável técnico no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, da região da sede da empresa comprovando de que a proponente mantenha na data da licitação o objeto aprovado pelo CREA de acordo com objeto licitado e conter no mínimo um engenheiro eletricista como responsável técnico pela empresa conforme estabelecido nos Art. 59 e 60 da Lei Federal Nº 5.194/66 e Art. 9º da Resolução Nº 1.121, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2019 do CONFEA – Conselho Federal de Engenharia e Agronomia. Caso a empresa vencedora não seja sediada no Estado de Santa Catarina, poderá providenciar o Registro junto ao CREA de Santa Catarina até a assinatura do Contrato.

9.5.2 – A prova de vínculo do responsável técnico mencionado no subitem 6.2.4.1 com a empresa licitante, poderá ser feita mediante um dos seguintes documentos:

9.5.2.1 – Contrato temporário com a licitante, em conformidade com o disposto na Legislação Trabalhista.

9.5.2.2 – Carteira de trabalho e previdência social – CTPS em nome do profissional e ficha registro de empregados.

9.5.2.3 – Contrato social e, se houver, última alteração.

9.5.2.4 – É dispensada a comprovação de vínculo do profissional responsável técnico da licitante quando o nome deste constar como responsável na Certidão de Registro da Licitante junto ao CREA.

9.5.3 – Atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado na entidade profissional competente, acompanhado da respectiva certidão de acervo técnico, que comprove ter a licitante e seu responsável técnico executado serviço de complexidade semelhante à do objeto desta contratação, cujo a parcela de maior relevância seja:

9.5.3.1. Execução de contratos contínuos de manutenção, melhoria e ampliação de iluminação pública em parque de no mínimo ~~4.100~~ 4.000 pontos, com fornecimento de materiais;

9.5.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados. Apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.5.5. Declaração de indicação e que dispõe das instalações, do aparelhamento e pessoal técnico adequado para a realização do objeto da licitação conforme projeto básico.

9.5.6 – Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações





ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

9.5.6.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.6. Outros documentos

9.6.1. Alvará de localização e/ou funcionamento, em plena validade, emitido pelo órgão responsável da sede da Licitante.

9.6.2. Declaração firmada por seu representante legal de que não possui vínculo com servidor público, conforme modelo do Anexo ao Edital.

9.6.3. Declaração firmada por seu representante legal de cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do artigo 7º, da Constituição Federal, conforme modelo do Anexo III do Edital.

9.6.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia desde que autenticada via cartório, via digital ou por servidor do departamento de licitações e contratos do órgão licitante.

9.6.5. Se o envio da documentação ocorrer a partir de sistema informatizado, com acesso vinculado à chave de identificação e senha do interessado, a segurança quanto à autenticidade e autoria dos documentos será presumida, sendo desnecessário o envio de documentos assinados com certificação digital.

9.6.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

9.6.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

9.6.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.6.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de entrega das propostas.

9.6.10. Antes de apresentar sua proposta, a licitante deverá analisar os projetos e todos os documentos do Edital, devendo vistoriar os locais dos serviços, executando todos os levantamentos necessários ao desenvolvimento de seus trabalhos, de modo a não





ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

incorrer em omissões, as quais não poderão posteriormente ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimo de preços ou de qualquer alteração contratual.

9.6.11. A verificação pela Comissão de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.6.12. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º): complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame, ou seja, é cabível no caso de o documento apresentado ser inconclusivo quanto ao atendimento de requisitos do edital; e atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.6.13. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.6.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, a Comissão de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo de duas horas, podendo ser prorrogado por igual período, conforme previsto neste edital.

9.6.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.6.16. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133/2021](#).

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de publicação do ato.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. Declarado o vencedor, a Comissão de Contratação abrirá prazo mínimo de 30 (trinta) minutos, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema eletrônico BLL, manifestar sua intenção





ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

de recurso, com registro da síntese de suas razões;

10.3.2. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do item anterior, levará a decadência do direito de recurso e consequente adjudicação do objeto da licitação ao vencedor.

10.3.3. A Comissão de Contratação examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema.

10.3.4. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.5. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na plataforma eletrônica

10.11. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.12. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.





ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

10.13. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado pelo telefone (48) 3254-8154 de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

10.14. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa o licitante cometer quaisquer das infrações previstas no [art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021](#), quais sejam:

11.1.1. Dar causa à inexecução parcial do Contrato;

11.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.3. Dar causa à inexecução total do Contrato;

11.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela comissão de contratação durante o certame;

11.1.5. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

11.1.5.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.5.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.5.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

11.1.5.4. Deixar de apresentar amostra; ou

11.1.5.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

11.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.6.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação





ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

sem motivo justificado;

11.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

11.1.9. Fraudar a licitação.

11.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

11.1.10.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.10.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

11.1.12. Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

11.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, às seguintes sanções:

11.2.1. Advertência pela falta do subitem 11.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

11.2.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado dos itens prejudicados pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 11.1.1 a 11.1.11;

11.2.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 11.1.2 a 11.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

11.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 11.1.2 a 11.1.7, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.





ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

11.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

11.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

11.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 01% (um) do valor do contrato licitado.

11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, a multa será de 30% (trinta) do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a





ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá pedir esclarecimentos ou impugnar o ato convocatório deste Pregão, exclusivamente pela plataforma www.bll.org.br ou por meio eletrônico, mediante o envio do pedido ao endereço eletrônico licitacoes@garopaba.sc.gov.br, até as 18h00min, no horário oficial de Brasília/DF.

12.2. A Comissão de Contratação, com base em parecer ou auxílio dos setores responsáveis pela elaboração do Termo de Referência e seus Anexos, quando necessário, bem como de outros setores técnicos da Instituição, decidirá sobre a resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, conforme o [Art 164 § único da Lei 14133/2021](#).

12.2.1. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.2.2. As respostas aos pedidos de esclarecimentos vincularão os participantes e a Administração.

12.3. Não serão consideradas as impugnações e os pedidos de esclarecimentos encaminhados para outros endereços eletrônicos que não o supramencionado ou protocolados em endereço ou horários diversos aos citados acima.





ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

12.4. Serão imediatamente descartados pedidos de esclarecimentos que intencionem análise prévia de documentações ou descrições de modelos de produtos/serviços que o licitante almeja apresentar e/ou ofertar para a disputa do certame licitatório, haja vista que todas as análises serão efetuadas estritamente em momento oportuno, conforme o estabelecido no instrumento convocatório e de acordo com o princípio do julgamento objetivo.

12.5. Todas as respostas referentes às impugnações e/ou aos pedidos de esclarecimentos serão disponibilizadas exclusivamente pela plataforma www.bll.org.br e/ou pelo site <https://garopaba.atende.net>, cabendo aos licitantes a responsabilidade de acompanhar as respostas e respectivos encaminhamentos nesses canais indicados.

12.6. Não cabe a Administração qualquer responsabilidade por quaisquer desconhecimentos, por parte dos licitantes, decorrentes do não acompanhamento das informações prestadas nos sítios acima mencionados.

12.7. A Administração não encaminhará respostas a impugnações e/ou pedidos de esclarecimentos ao endereço eletrônico do requerente, com vistas a promover a ampla transparência a todos que tenham interesse no acesso a informações relativas aos certames licitatórios. As respostas serão disponibilizadas nos sítios indicados no item 12.5.

12.8. É indispensável que, previamente ao envio de quaisquer pedidos de esclarecimentos, o licitante consolide uma leitura plena e atenta do Edital e de seus Anexos, de modo que possa dirimir eventuais dúvidas ou, caso necessário, possa formulá-las e encaminhá-las de maneira conjunta.

12.9. Caso o sistema eletrônico BLL não comporte algum anexo do Edital, os arquivos serão disponibilizados no sítio da Administração, sendo que não serão atendidas quaisquer solicitações, por parte dos licitantes, de envios de arquivos em formatos distintos daqueles inicialmente fornecidos, não cabendo insistências ou contatos telefônicos.

12.10. Os licitantes que desejarem obter informações concernentes ao(s) atual (is) prestador(es) de serviço ou fornecedor(es) do objeto, referente ao presente certame, deverão requerer tais informações por meio dos canais de acesso à informação do Município ou diretamente aos departamentos ou unidades responsáveis pelas fases de execução do objeto, não cabendo ao Setor de Licitações do Município prestar esclarecimentos nesse sentido.

12.10.1. Questionamentos direcionados neste sentido serão automaticamente descartados sem qualquer menção, uma vez que não estão relacionados a elementos do ato convocatório ou, ainda, em diretrizes que subsidiem informações necessárias para a correta elaboração da proposta por parte dos interessados no certame. Assim, fica desde já respondido por este item o posicionamento do Departamento quanto a eventuais encaminhamentos com este teor.





ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

12.11. Não serão conhecidos as impugnações apresentadas fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado ou não identificado no processo para responder pela proponente.

12.12. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, desde que altere a formulação da proposta de preços, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DA CONTRATAÇÃO:

13.1. A contratação com o fornecedor será formalizada pelo órgão interessado por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil.

13.2. Como condição para celebração do contrato, a licitante vencedor deverá manter as mesmas condições de habilitação.

13.3. Quando o proponente vencedor não apresentar situação regular, no ato da assinatura do contrato, será convocada outra licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

13.3.1. O Contrato resultante deste certame terá a vigência pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, sendo reestabelecido o quantitativo inicial, sem que ocorra a acumulação de itens entre os períodos, desde que comprovado o preço vantajoso.

13.4. A partir de comunicado formal emitido pelo Município de Garopaba, a licitante vencedora terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, para proceder assinatura do instrumento contratual ou para encaminhar o mesmo assinado por correios ou transportadora ou via digital.

13.4.1. O prazo que trata o item 13.4 poderá, quando solicitado e justificado pelo proponente, ser prorrogado uma vez por igual período.

13.4.2. Se o licitante vencedor recusar-se a assinar o contrato, injustificadamente, será aplicada a regra estabelecida no item 11.2.2. e 11.2.3. e procedida a convocação do próximo classificado nos termos da [Lei 14.133/21](#).

13.5. Decorridos 60 (sessenta) dias consecutivos da data da apresentação das propostas, sem a comunicação para a contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

13.6. Durante a vigência do Contrato, a licitante vencedor deverá manter as mesmas condições exigidas para Habilitação e classificação da proposta.

13.7. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe





ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

13.8. A licitante vencedora obriga-se a apresentar documentação complementar que vier a ser exigida pelo Município para efeito de celebração do instrumento contratual.

13.9. Durante a vigência do Contrato o fornecimento será acompanhado e fiscalizado por servidor público designado para esse fim.

13.10. As decisões e providência que ultrapassarem a competência do servidor designado deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

13.11. O início do fornecimento ocorrerá a partir da solicitação da Secretaria competente, mediante emissão do respectivo empenho e comunicação à contratada, devendo ser atendidas todas as condições detalhadas no termo de referência (Anexo VI) deste edital.

13.11.1. A contratada é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

13.11.2. A contratada é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

13.11.3. A contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

13.12. Demais condições contratuais constam da íntegra da Minuta de contrato anexa a este Edital (Anexo IV)

14. DO REAJUSTE ([art. 92.V](#)):

14.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data da coleta estimada pela Administração.

14.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice Índice Nacional de Construção Civil – INCC, calculado pelo IBGE do período de execução do contrato, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

14.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

14.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o





ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

contratante pagará a contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

14.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

14.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

14.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

14.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

15. DA SUBCONTRATAÇÃO:

15.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

16. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

16.1. Os serviços contratados serão realizados conforme Projeto básico/Termo de Referência.

16.2. Cumprir os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências do mesmo.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico plataforma BLL: <https://bllcompras.com/> e no sítio eletrônico do Município de Garopaba: <https://garopaba.atende.net>.

17.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela comissão de contratação.

17.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

17.4. Concluído o julgamento, a autoridade superior competente promoverá a adjudicação do objeto da licitação ao vencedor e homologação do resultado.

17.4.1. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.





ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

17.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

17.6. Caberá aos gestores e fiscais a plena observância às rotinas administrativas aplicáveis à gestão e fiscalização de contratos no âmbito da Administração.

17.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

17.9. Na análise dos documentos de habilitação e classificação, o agente de contratação/comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

17.10. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

17.11. Nos casos de divergência ou equívocos encontrados no edital no momento da sessão ou análise da documentação, o Agente de Contratação/Comissão de licitação poderão sanar os equívocos registrando em Ata e dando conhecimento a todos.

17.12. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas PNCP) e nos endereços eletrônicos: <https://bllcompras.com/> e/ou <https://garopaba.atende.net>.

18. DOS ANEXOS:

18.1. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO ME OU EPP;
ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA;
ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA PARA HABILITAÇÃO;
ANEXO IV – MINUTA DE CONTRATO;
ANEXO V – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR;
ANEXO VI – PROJETO BÁSICO/TERMO DE REFERÊNCIA;

~~Garopaba-SC, 16 de janeiro de 2024~~ Garopaba-SC, 18 de abril de 2024





ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

Junior de Abreu Bento
Prefeito Municipal

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/04/2024 18:12 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.atende.net/p66218cd870698>.
POR JUNIOR DE ABREU BENTO.***308539** EM 18/04/2024 18:12





ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

ANEXO I

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICRO OU PEQUENA EMPRESA (Papel timbrado da empresa)

À
Comissão de Contratação
Município de Garopaba-SC.

DECLARAÇÃO

A empresa xxx, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º xx por intermédio de seu Representante Legal, Sr.(a) xx, portador(a) da Carteira de Identidade n.º xx, inscrito no CPF/MF sob o n.º xx, DECLARA, para fins do disposto no Edital de Concorrência Eletrônica nº 10/2023, sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

OBS:1) Assinalar com um "X" a condição da empresa.

() MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

Caso assinalada a opção (1) ou (2), DECLARA ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar n.º. 123, de 14 de dezembro de 2006.

LOCAL E DATA

ASSINATURA REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

Importante:

A DECLARAÇÃO de enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, poderá ser objeto de diligência para confirmação da veracidade da mesma e implicará no tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006.

A DECLARAÇÃO de enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte falsa ou inverídica sujeitará a licitante às penalidades previstas neste Edital, bem como, às demais sanções penais cabíveis.





ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

ANEXO II MODELO DE PROPOSTA (Papel timbrado da empresa)

À
Comissão de Contratação do Município de Garopaba

PROPOSTA DE PREÇOS

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA nº XXX/2024.

IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE: Razão social da licitante, número de inscrição junto CNPJ/MF, endereço completo, telefone e endereço eletrônico (e-mail) para contato, número da conta corrente, agência e respectivo Banco.

IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL: Dados do responsável que assinará o instrumento Contratual, compreendendo: Nome, CPF, RG, estado civil, profissão, endereço completo.

IDENTIFICAÇÃO DO PREPOSTO: Dados do preposto, que deverá possuir vínculo empregatício com a vencedora da licitação, compreendendo: Nome, CPF, RG, e-mail, telefone para contato direto;

IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO: Dados do responsável técnico que será responsável pela execução do objeto, compreendendo: Nome, CPF, RG, Registro no Conselho de Classe pertinente, e-mail, telefone para contato direto;

Apresentamos nossa proposta para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA SERVIÇO CONTÍNUO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA E MELHORIA DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE GAROPABA, INSTALADOS NA REDE DE DISTRIBUIÇÃO (RD) DE ENERGIA ELÉTRICA NA ÁREA DE RESPONSABILIDADE DA AGÊNCIA REGIONAL DA CELESC-DISTRIBUIÇÃO DE TUBARÃO – CELESC-D ARTUB E DA COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE PAULO LOPES – CERPALO, COMPREENDENDO TODOS OS SERVIÇOS RELACIONADOS AO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, INCLUSIVE A ELABORAÇÃO DE PROJETOS, CADASTRO DE UNIDADES, ATENDIMENTO A EVENTOS, FORNECIMENTO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E ELETRÔNICOS PARA MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

ITEM Nº	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID	QTD	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL DO ITEM R\$

DECLARAÇÕES:

Tomamos conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações, e execução do objeto da licitação e na concordância com





ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

todos os termos deste edital;

Que a proposta de preços terá validade de 60 (sessenta) dias corridos contados da data de sua apresentação;

Que atende os requisitos de qualidade mínima exigidos do(s) produto(s) ou serviço(s) bem como seus prazos e condições de entrega;

Que nos preços ofertados estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

Que a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de entrega das propostas.

Que examinamos criteriosamente todos os documentos do Edital, que os comparou entre si e obteve do MUNICÍPIO informação sobre qualquer dúvida que porventura venha ocorrer na interpretação deste Edital.

Que considerou que os elementos desta Licitação, lhe permitiram a elaboração de uma proposta totalmente satisfatória.

Que sendo vencedora da Licitação, assumirá integral responsabilidade pela perfeita e completa execução dos serviços objeto desta Licitação em todas as suas fases.

Que está ciente de que poderá ser acionada para execução concomitante de serviços em mais de um local com prazos de execução definidos em cada serviços requisitados.

LOCAL E DATA

ASSINATURA REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/04/2024 18:12:03:00-03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.atende.net/p66218cd870698>.
POR JUNIOR DE ABREU BENTO.***308539** EM 18/04/2024 18:12





ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

ANEXO III MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA PARA HABILITAÇÃO (Papel timbrado da empresa)

À

Comissão de Contratação do Município de Garopaba-SC.

CONCORRÊNCIA Nº XXX/2024

Pelo presente instrumento, a empresa _____, CNPJ nº _____, com sede na _____, através de seu representante legal infra-assinado, que:

1) Declaramos, para os fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal.

2) Declaramos, sob as penas da lei, que a empresa não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública e que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

3) Declaramos para todos os fins de direito, que conhecemos as especificações do objeto e os termos constantes neste Edital e seu (s) anexos, e que, concordamos com todos os termos constantes no mesmo e ainda, que possuímos todas as condições para atender e cumprir todas as exigências de fornecimento ali contidas, inclusive com relação a documentação, que está sendo apresentada para fins de habilitação.

4) Declaramos para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o (a) responsável legal da empresa é o (a) Sr. (a) _____, Portador (a) do RG sob nº _____ e CPF nº _____, cuja função/cargo é.....(sócio administrador/procurador/diretor/etc), responsável pela assinatura do contrato.

5) Declaramos para os devidos fins que não possuímos nenhum sócio, ligado ao Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores ou Secretários Municipais, por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o segundo grau, ou por adoção, bem como também não possuímos em nosso quadro social, nenhum Servidor do Município.

6) Declaramos de que a empresa não contratará empregados com incompatibilidade com as autoridades contratantes ou ocupantes de cargos de direção ou de assessoramento até o terceiro grau, na forma da Súmula Vinculante nº 013 do STF (Supremo Tribunal Federal).

7) Declaramos para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação,





ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

concordo que o Contrato seja encaminhado para o seguinte endereço:

_____.

8) Declaramos ter ciência de que em atendimento ao disposto na Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), o Município, para a execução do serviço objeto deste edital e em decorrência de obrigações legais e cumprimento do edital/instrumento contratual, notadamente em cumprimento da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), da Legislação de Licitações e determinações legais emanadas dos Órgãos de Controle, terá acesso aos dados pessoais dos representantes da LICITANTE/CONTRATADA, tais como: número do CPF, RG, telefone, endereço físico e eletrônico, e todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual, e poderá dar o tratamento legal aos mesmos, inclusive para atendimento de exigências dos órgãos de controle interno e externo.

9) Declaramos que não possui, em nossa cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observado o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III, do art. 5º da Constituição Federal.

10) Declaramos que a proposta apresentada para esta licitação foi elaborada de maneira independente. E-mail: _____. Telefone: _____.

11) Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

12) Declaramos que nossa proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de apresentação da proposta, sob pena de desclassificação.

13) Declaramos de que cumprimos as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Nomeamos e constituímos o senhor (a) _____, portador (a) do CPF/MF sob nº _____, para ser o (a) responsável para acompanhar a execução da ARP/contrato, referente à **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº XXX/2024** e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e no Contrato.

Local/Data,

Nome, cargo, e assinatura do responsável pela empresa





ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

ANEXO IV MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA E
A EMPRESA _____, NA MODALIDADE DE
EXECUÇÃO INDIRETA, NO REGIME DE
EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.

A Prefeitura Municipal de Garopaba, pessoa jurídica de direito público interno, com sede a Praça Governador Ivo Silveira, 296, Centro, inscrita no CNPJ nº 82.836.057/0001-90, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. Junior de Abreu Bento, brasileiro, casado, portador do CPF nº 054.308.539-25, denominada simplesmente CONTRATANTE e a Empresa: _____, com sede na _____, inscrita sob o CNPJ/MF nº _____, neste ato representada por seu _____, Sr. _____, CPF nº _____, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, considerando a homologação, objeto da licitação de que trata o Edital de CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA XXX/2024, Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e suas alterações, Lei Complementar nº 123/2006, e demais legislação em vigor, RESOLVEM celebrar o presente Contrato, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato é a Contratação de empresa de Engenharia para serviço contínuo de manutenção preventiva e corretiva e melhoria do SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE GAROPABA, instalados na rede de distribuição (RD) de energia elétrica na área de responsabilidade da Agência Regional da CELESC-Distribuição de Tubarão – CELESC-D ARTUB e da Cooperativa de Eletricidade de Paulo Lopes – CERPALO, compreendendo todos os serviços relacionados ao sistema de iluminação pública, inclusive a elaboração de projetos, cadastro de unidades, atendimento a eventos, fornecimento de materiais elétricos e eletrônicos para manutenção e ampliação do sistema de iluminação pública.

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.2.1. O Projeto Básico/Termo de referência.
- 1.2.2. O Edital da Licitação.
- 1.2.3. A Proposta da contratada.
- 1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.3. O regime de execução é o de empreitada por preço unitário.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato ou até a finalização da Parceria Público-Privada (PPP), na forma do [artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.2. Duração inicial da presente contratação terá o período de 12 (doze) meses, o qual poderá ser prorrogado, mediante acordo entre as partes, por iguais e sucessivos





ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

períodos, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, respeitada a vigência máxima decenal, na forma dos [artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. Os serviços contratados serão executados em toda a extensão da rede de iluminação pública do Município de Garopaba-SC, conforme Projeto Básico e seus anexos.

3.2. Os serviços devem ter sua execução iniciada conforme Projeto Básico/Termo de referência.

3.3. Após o início, o serviço deverá ser EXECUTADO no prazo máximo conforme Projeto Básico/Termo de referência. Podendo ser prorrogado até término da vigência do contrato.

3.4. Os serviços devem ser prestados de forma contínua, com mão-de-obra especializada, devidamente habilitada e treinada para prestação dos serviços descritos no Projeto Básico/Termo de referência.

3.5. A execução do serviço deverá obedecer, criteriosamente, as especificações técnicas que acompanham o Projeto Básico, além de ter que obedecer, obrigatoriamente, os ditames da Lei nº 14.133/21, com as suas devidas alterações subsequentes e normas.

3.6. Deverá executar os serviços de acordo com as especificações técnicas que acompanham o Projeto Básico.

3.7. A execução dos serviços em desconformidade com as especificações técnicas, caso não seja possível a devida correção, acarretará a devolução por parte da **CONTRATADA** do *quantum* que lhe foi pago, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO:

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de R\$..... ()

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. DAS MEDIÇÕES

6.1.1. Os serviços serão medidos e pagos pelo apontamento das quantidades executadas em planilha, sempre em conjunto com prepostos e fiscais da contratante e contratada.





ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

6.1.2. As medições dos serviços serão feitas de acordo com o Projeto Básico/Termo de referência, assinados pelos fiscais da Prefeitura Municipal de Garopaba, e pelos responsáveis legais da Contratada, que servirão de base para se proceder ao cálculo da remuneração.

6.1.3. A Fiscalização deverá atestar a satisfatória realização dos serviços solicitados.

6.1.4. Após, realizada a medição e tomadas as providências necessárias a Secretaria Responsável, encaminhará para as providências de pagamento.

6.2. DO PAGAMENTO

6.2.1. O pagamento será efetuado em moeda nacional corrente, por meio de Ordem Bancária para crédito em conta bancária da **CONTRATADA, de acordo com o Cronograma físico/financeiro, após a conclusão de cada etapa, depois de realizada a medição dos serviços executados e aceitação pela Secretaria demandante da obra/serviço da Nota Fiscal/Fatura.**

6.2.2. A contratada deverá obedecer as etapas e os limites estabelecidos nos cronogramas físico-financeiros que fazem parte integrante deste edital.

6.2.3. A contratante reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, o serviço não esteja de acordo com a especificação apresentada e aceita.

6.2.4. O pagamento à contratada será efetuado mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, que deverá indicar o número da Nota de Empenho, da Agência Bancária e da conta-corrente, através de Ordem Bancária – OB para crédito em conta-corrente da CONTRATADA, mediante apresentação dos seguintes documentos:

6.2.4.1. Controle de ponto dos empregados da empresa, com emissão de relatório mensal das horas extras trabalhadas, repousos semanais remunerados, ausências, substituições, etc., a fim de ser comparado com a folha de pagamento dos empregados;

6.2.4.2. Comprovantes de recolhimentos junto ao INSS e FGTS correspondentes ao mês da última competência vencida e dos salários do mês anterior, bem como a quitação dos demais impostos e taxas que porventura incidam sobre os mesmos;

6.2.5. A Prefeitura Municipal de Garopaba não se responsabilizará por qualquer despesa efetuada ou que venha a ser efetuada e que, porventura não tenha sido acordada na assinatura deste Contrato.

6.2.6. Em caso de inadimplência de pagamento por parte da administração, os valores serão atualizados monetariamente, a partir do dia de seu vencimento e até o de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para a atualização de obrigações tributárias, conforme disciplina o artigo 117 da constituição do Estado de Santa Catarina.

6.2.7. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por





ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa da repactuação de preços dos contratos.

6.2.8. A Prefeitura Municipal de Garopaba por ocasião do pagamento promoverá a retenção dos tributos federais e demais contribuições, nos termos da Lei nº 9.430/96 e demais legislações que regem a matéria, exceto da empresa optante pelo SIMPLES.

6.2.9. As notas fiscais serão pagas em até 30 (trinta) dias após a aprovação da medição e do ateste do serviço.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data da coleta estimada pela Contratante.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Construção Civil – INCC, calculado pelo IBGE do período de execução do contrato, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará a contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

7.5. Fica a Contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.6. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.7. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.9. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:





ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.

8.1.4. Notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.1.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela Contratada a gestão e fiscalização de contratos no âmbito da Administração Municipal.

8.1.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

8.1.7. Efetuar o pagamento em até 30 (trinta) dias do efetivo expediente, contados da data de apresentação dos documentos de cobrança, protocolizados no Setor de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Garopaba, de acordo com o cronograma físico-financeiro, devidamente atestados pela Fiscalização, condicionando o pagamento ao repasse do convênio referente ao respectivo contrato.

8.1.8. Aplicar a Contratada as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela Contratada;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.11. A Administração terá o prazo de 40 (quarenta) dias corridos, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.12. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela contratada no prazo máximo de até 20 (vinte) dias úteis.





ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

8.1.13. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.1.14. Comunicar a Contratada na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do [art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.15. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

8.1.16. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

8.1.17. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela Contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

8.1.18. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.1.19. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

8.1.20. Promover a retenção dos tributos federais e demais contribuições nos termos estabelecidos na Lei nº 9.430/96 e demais legislações vigentes.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

9.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Cumprir os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências do mesmo.

9.1.2. Os equipamentos/ferramentas necessários para execução dos serviços de manutenção predial serão fornecidos pela empresa contratada.

9.1.3. Disponibilizar equipamentos de segurança para os funcionários, conforme legislação vigente.

9.1.4. Dar devido destino aos resíduos pertinentes ao serviço executado, conforme legislação vigente.

9.1.5. Ficam a cargo da contratada as despesas com pagamento de funcionários e seus encargos, combustíveis, impostos, seguros, transporte de funcionários,





ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

manutenção e operação dos equipamentos.

9.1.6. Fornecer todos os materiais de consumo, bem como todos aqueles necessários à completa e efetiva execução total da obra proposta.

9.1.8. Usar material normatizado e de boa qualidade para a realização dos serviços.

9.1.9. Os serviços deverão seguir na íntegra o memorial descritivo e projetos em anexo. A contratada deverá manter os seus funcionários equipados com os devidos Equipamentos de Proteção Individual – EPI e Equipamento de Proteção Coletiva – EPC durante todo o período de trabalho, principalmente uniformizados e identificados. Recolher Anotação de Responsabilidade Técnica – ART junto ao CREA/SC, referente a todos os serviços de engenharia.

9.1.10. Todos os entulhos retirados do local da obra deverão ser removidos imediatamente, devendo o local ser mantido rigorosamente limpo.

9.1.11. Reparar, substituir prontamente o bem, serviço, caso durante a execução de algum dos serviços o mesmo venha ser danificado, sem quaisquer ônus para o município.

9.1.12. O local onde será realizado os serviços deverá ser entregue limpo, pronto para o uso público.

9.1.13. Reparar, ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução, transporte, armazenagem e manipulação nela empregados.

9.1.14. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

9.1.15. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.1.15.1 A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.1.16. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.17. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;





ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

9.1.18. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.19. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.20. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

9.1.21. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.22. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.1.23. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.1.24. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.1.25. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.1.26. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.1.27. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.1.28. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às





ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

especificações do instrumento congênere.

9.1.29. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.1.30. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

9.1.31. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.1.32. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.33. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub-operação firmados ou que venham a ser celebrados pela Contratada.

10.4. Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da LGPD](#), é dever da contratada eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da LGPD](#), incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.5. É dever da contratada orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.





ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

10.6. A Contratada deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.7. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a Contratada atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.8. A Contratada deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.9. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados ([LGPD, art. 37](#)), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o [§ 1º do art. 26 da LGPD](#) deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))

11.1. A contratada apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial/total/anual do contrato.

11.2. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que a contratada não pague o prêmio nas datas convencionadas.

11.3. A apólice do seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

11.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 11.1 deste contrato.





ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

11.5. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, a contratada ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

11.6. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

11.6.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

11.6.2. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela administração à contratada; e

11.6.3. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o fgts, não adimplidas pela contratada, quando couber.

11.7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

Exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1. O atraso injustificado na execução dos serviços ou o descumprimento das obrigações estabelecidas no contrato sujeitará a contratada à multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia e por ocorrência, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente.

12.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

12.2.1. Advertência;

12.2.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total contratado, no caso de inexecução do contrato, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial;

12.2.3. Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

12.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante ressarcir o Município pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

12.3. Além das penalidades citadas, a contratada ficará sujeita, ainda, ao cancelamento





ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores do Município e, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei nº 14.133/2021.

12.4. Comprovado o impedimento ou reconhecida a força maior, devidamente justificados e aceitos pela Administração, em relação a eventos potencialmente lesivos, a contratada ficará isenta das penalidades mencionadas.

12.5. As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-se os valores nos pagamentos subsequentes a serem efetuados.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

13.1. O presente instrumento poderá ser rescindido:

13.1.1. Por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos [incisos I a III do art. 138, da Lei nº 14.133/2021](#),

13.1.2. Judicial, nos termos da legislação;

13.2. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

13.3. Quando a rescisão ocorrer sem que haja culpa da contratada nos termos do [artigo 138, §1º e 2º da Lei 14.133/2021](#), será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:

13.3.1. Devolução da garantia;

13.3.2. Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;

13.3.3. Pagamento do custo da desmobilização.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte classificação orçamentária:

Recursos Utilizados	
Código Reduzido:	337
Órgão:	9 – SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
Unidade:	1 – SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
Ação:	2143 – Manutenção e Ampliação dos Serviços de Iluminação Pública
Vínculo:	175170002005 – Contribuição para o Custeio dos Serviços de





ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

	Iluminação Pública - COSIP
Subelemento:	33390399900000000000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:

15.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

15.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

15.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

15.4. Fiscalização Técnica:

15.4.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

15.4.2. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133/2021, art. 117](#));

15.4.3. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

15.4.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

15.4.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

15.4.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

15.5. Fiscalização Administrativa:





ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

15.5.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

15.5.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

15.6. Gestor do Contrato:

15.6.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração

15.6.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

15.6.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

15.6.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

15.6.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o [art. 158 da Lei nº 14.133/2021](#), ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

15.6.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

15.6.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.





ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), Decretos Municipais e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

17.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

17.2. A contratada é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês ([art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

17.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao [art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021](#), e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.511, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO ([art. 92, §1º](#))

19.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Município de Garopaba, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, o qual fica desde já eleito pelos Contratados como domicílio, para que neles exercitem e cumpram todos os direitos e obrigações decorrentes do presente instrumento contratual. Em qualquer procedimento judicial que a Administração ou a Fornecedora, derem causa, correrão por sua conta, além do principal, todos os custos e despesas oriundas desta medida e ainda os honorários advocatícios, mesmo em caso de purgação de mora.

E, por estarem, assim ajustadas e contratadas, firmam as partes o presente instrumento em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo identificadas, para que produzam os necessários efeitos legais.

Garopaba, ____ de _____ de 2024.





ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

Junior de Abreu Bento
Prefeito Municipal

A CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/04/2024 18:12 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.atende.net/p66218cd870698>.
POR JUNIOR DE ABREU BENTO.***308539** EM 18/04/2024 18:12





ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

ANEXO V ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES

Contratação de empresa de Engenharia para serviço contínuo de manutenção preventiva e corretiva e melhoria do SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE GAROPABA, instalados na rede de distribuição (RD) de energia elétrica na área de responsabilidade da Agência Regional da CELESC-Distribuição de Tubarão – CELESC-D ARTUB e da Cooperativa de Eletricidade de Paulo Lopes -CERPALO, compreendendo todos os serviços relacionados ao sistema de iluminação pública, inclusive a elaboração de projetos, cadastro de unidades, atendimento a eventos, fornecimento de materiais elétricos e eletrônicos para manutenção e ampliação do sistema de iluminação pública.

I - Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

O presente ESTUDO PRELIMINAR objetiva identificar soluções aplicáveis, por meio da documentação e reunião de elementos técnicos, mercadológicos, econômicos e ambientais necessários e suficientes para a contratação de empresa de Engenharia para serviço contínuo de manutenção preventiva e corretiva e melhoria do SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE GAROPABA, instalados na rede de distribuição (RD) de energia elétrica na área de responsabilidade da Agência Regional da CELESC-Distribuição de Tubarão – CELESC-D ARTUB e da Cooperativa de Eletricidade de Paulo Lopes -CERPALO, compreendendo todos os serviços relacionados ao sistema de iluminação pública, inclusive a elaboração de projetos, cadastro de unidades, atendimento a eventos, fornecimento de materiais elétricos e eletrônicos para manutenção e ampliação do sistema de iluminação pública.

A Prefeitura Municipal de Garopaba atua por meio do Setor de Iluminação Pública, através da Secretaria de Infraestrutura, é responsável pelo Parque de Iluminação Pública do município, devendo garantir segurança e bem-estar aos munícipes, através de um sistema de iluminação pública de qualidade, em pleno funcionamento e com devido investimento dos recursos oriundos da Contribuição para custeio de serviço de iluminação pública – COSIP. O Parque de Iluminação Pública do município possui nos dias atuais 8.170 Unidades de Iluminação Pública (UIP) instaladas, sendo 831 sem iluminação, 4.459 com LED, 2.834 em sódio e 46 metálica, de acordo com senso realizado no ano 2022 pela contratada no processo licitatório anterior, que se situam em logradouros, vias e parques do município, mantidas através da utilização de recursos de pessoal e equipamentos próprios municipais.

Os materiais retirados do Parque de Iluminação Pública serão limpos e armazenados pela empresa contratada, e a critério da CONTRATANTE, serão leiloados ou reinstalados no sistema. Mensalmente junto a apresentação da Nota Fiscal de pagamento será apresentada lista com todos os materiais que estão com a CONTRATADA e ainda não foram entregues a CONTRATANTE. Com o termo de contratação em tela, a municipalidade pretende alcançar padrões maiores de eficiência do sistema de iluminação, entregando a população local, não somente um sistema em pleno funcionamento; também mais moderno com aplicação de tecnologias capazes de entregar mais luminosidade com a demanda de menor consumo de energia. A depreciação e o fim da vida útil dos equipamentos de UIP hoje existente, tem gerado o





ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

aumento significativo dos custos com manutenção e consequentemente o aumento da insatisfação da população local com o funcionamento irregular destes.

Os custos com energia, apresentaram aumento significativo nos últimos anos, inclusive acima dos patamares da inflação nominal, e os aumentos dos patamares dos custos de energia não devem parar por onde estão.

Sendo da iluminação pública a responsabilidade pelo consumo de 16% de toda a commodity de energia elétrica nacional, consequentemente representando considerável custo ao erário público municipal, não pode a administração municipal se manter inerte, devendo buscar soluções para a minimização dos custos e recuperar seu poder de capital. Assim sendo, uma das medidas essenciais na presente contratação é a estimativa de substituição gradativa e instalação de iluminação de 3.711 pontos de iluminação existentes no ativo municipal, por pontos equipados em LED, gerando uma economia na grandeza de 45% nos custos com energia elétrica e também a redução dos custos com manutenção do sistema. As ações e necessidades da redução dos custos com energia não se esgotam na instalação de equipamentos mais eficientes. A administração municipal precisa ir mais além. As operações técnicas administrativas e operacionais devem ser executadas através do auxílio de recursos de informática existentes no mercado, software capazes de melhorar a comunicação e auxilia na transparência e agilidade da prestação dos serviços.

II - Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;

A presente contratação não está prevista no Plano Anual de Contratação.

III – Requisitos da Contratação

A contratação de empresa de Engenharia para serviço contínuo de manutenção preventiva e corretiva e melhoria do SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE GAROPABA, instalados na rede de distribuição (RD) de energia elétrica na área de responsabilidade da Agência Regional da CELESC-Distribuição de Tubarão – CELESC-D ARTUB e da Cooperativa de Eletricidade de Paulo Lopes -CERPALO, compreendendo todos os serviços relacionados ao sistema de iluminação pública, inclusive a elaboração de projetos, cadastro de unidades, atendimento a eventos, fornecimento de materiais elétricos e eletrônicos para manutenção e ampliação do sistema de iluminação pública, tem como objetivo proporcionar mais segurança e bem-estar aos munícipes, através de um sistema de iluminação pública de qualidade, em pleno funcionamento e com devido investimento dos recursos oriundos da Contribuição para custeio de serviço de iluminação pública – COSIP.

IV - Estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

Todo o levantamento de materiais a serem utilizados durante este contrato, foi devidamente levantado por um técnico da área, os mesmos estão especificados no Termo de referência.





ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

V - Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;

A municipalidade pretende alcançar padrões maiores de eficiência do sistema de iluminação, entregando a população local, não somente um sistema em pleno funcionamento; também mais moderno com aplicação de tecnologias capazes de entregar mais luminosidade com a demanda de menor consumo de energia.

Os serviços serão executados por corpo técnico especializado cuja municipalidade não apresenta em seu quadro.

VI - Estimativa do valor da contratação

Serão utilizados como metodologia para obtenção do preço e referência para a contratação, a média valor obtido na pesquisa de preços, cálculo obtido sobre um conjunto de três.

VII - Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

Não há manutenção e assistência técnica. O próprio serviço objeto da contratação já se constitui em uma manutenção obrigatória prevista em legislação.

VIII - Justificativas para o parcelamento ou não da contratação;

A Licitação será por menor preço global, visando atrair fornecedores especializados e qualificados.

Na modalidade de licitação por menor preço global, o vencedor é escolhido com base na proposta que apresenta o menor custo total para a administração pública. Isso significa que o critério de avaliação é o valor global oferecido pelo licitante para a execução completa do objeto do contrato

Vale ressaltar que, mesmo sendo uma licitação por preço global, os critérios de habilitação e qualidade técnica podem ser exigidos para garantir que a proposta vencedora seja capaz de cumprir com eficiência e qualidade o objeto do contrato.

IX - Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

Com a solução ora em debate, espera-se atender a demanda da Municipalidade, proporcionando segurança, orientação, melhoraria do ambiente urbano, contribuindo para uma experiência positiva e segura para as pessoas.

X – Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

A Secretaria de Infraestrutura, através do Setor de Iluminação Pública (COSIP) será o responsável pela fiscalização do objeto em que compete a prestação dos serviços, observando todos os aspectos contratados (prazos de entrega, local de entrega, observância acerca da qualidade e produtos contratados, manutenção da relação inicial entre os encargos do contratado.

XI - Contratações correlatas e/ou interdependentes;





ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

Não há no âmbito da Prefeitura Municipal de Garopaba contratações correlatas e/ou interdependente com o objeto da contratação em referência.

XII - Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;

Como forma de dar maior celeridade aos serviços administrativos, e por se tratar de materiais que serão instalados em locais públicos, foram levantados os possíveis impactos que a Execução dos Equipamentos podem causar:

- Consumo de energia: A iluminação artificial consome uma quantidade significativa de energia, principalmente se forem utilizadas lâmpadas convencionais de alta potência. Isso pode contribuir para a demanda de energia elétrica, aumentando a necessidade de usinas de energia e potencialmente resultando em emissões de gases de efeito estufa e outros poluentes;
- Poluição luminosa: A má colocação ou a intensidade excessiva da iluminação artificial podem resultar em poluição luminosa. Isso ocorre quando a luz se espalha além da área que se pretende iluminar, causando brilho e interferindo na visibilidade noturna. A poluição luminosa tem impactos negativos na fauna, afetando a orientação de animais, perturbando padrões de migração, alterando os ritmos naturais e prejudicando o comportamento de várias espécies;
- Perturbação dos ecossistemas: A iluminação excessiva pode perturbar os ecossistemas naturais e a vida selvagem. A iluminação intensa em áreas naturais, como parques, pode interferir nos ciclos de sono e vigília de animais noturnos, prejudicando sua capacidade de caçar, se reproduzir ou migrar. Isso pode afetar negativamente as cadeias alimentares e a biodiversidade em geral;
- Desperdício de recursos: A substituição frequente de lâmpadas e equipamentos de iluminação pode resultar em desperdício de recursos naturais, como metais, plásticos e outros materiais utilizados na fabricação desses dispositivos. Além disso, lâmpadas contendo mercúrio, como as lâmpadas fluorescentes compactas, podem representar um risco ambiental se não forem descartadas corretamente;
- Aquecimento urbano: A iluminação artificial em áreas urbanas pode contribuir para o fenômeno conhecido como "ilhas de calor". Os materiais utilizados em postes de iluminação e superfícies de refletores podem absorver e reter calor, levando ao aumento da temperatura local nas áreas urbanas. Isso pode resultar em maior consumo de energia para resfriamento, impactando o uso de ar-condicionado e contribuindo para um ciclo vicioso de maior demanda energética.

Para minimizar esses impactos ambientais, é importante adotar medidas como o uso de lâmpadas eficientes em termos energéticos, como lâmpadas LED, que consomem menos eletricidade e têm uma vida útil mais longa. Além disso, a iluminação deve ser planejada cuidadosamente, considerando a direção, o tempo de uso, a intensidade e a temperatura da cor da luz, a fim de evitar o desperdício e a poluição luminosa desnecessária. Vale ressaltar, que a administração irá realizar os estudos cabíveis durante as instalações, a fim de minimizar os impactos ambientais que podem ser causados

XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.





ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

Este Departamento declara VIÁVEL esta contratação, com base neste Estudo Técnico Preliminar.

Garopaba, 14 de dezembro de 2023

Jair Pereira
Secretaria de Infraestrutura

Maristela Correa Paulo
Gerente de Serviço de Iluminação Pública

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/04/2024 18:12 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.atende.net/tp66218cd870698>.
POR JUNIOR DE ABREU BENTO.***308539** EM 18/04/2024 18:12





ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

ANEXO VI TERMO DE REFERÊNCIA – PROJETO BÁSICO

PREGÃO PRESENCIAL PARA SERVIÇOS ESTIMADOS DE ENGENHARIA, REFERENTE A MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE GAROPABA

1 OBJETO

1.1. O objeto deste TERMO DE REFERÊNCIA é a contratação de empresa de Engenharia para serviço contínua de manutenção preventiva e corretiva e melhoria do SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE GAROPABA, instalados na rede de distribuição (RD) de energia elétrica na área de responsabilidade da Agência Regional da CELESC-Distribuição de Tubarão – CELESC-D ARTUB e da Cooperativa de Eletricidade de Paulo Lopes – CERPALO, compreendendo todos os serviços relacionados ao sistema de iluminação pública, inclusive a elaboração de projetos, cadastro de unidades, atendimento a eventos, fornecimento de materiais elétricos e eletrônicos para manutenção e ampliação do sistema de iluminação pública.

2 OBJETIVO

2.1. Este TERMO DE REFERÊNCIA tem como objetivo estabelecer os critérios a serem observados na Licitação e no sucessivo contrato, bem como, estabelecer os requisitos, condições e diretrizes técnicas e administrativas para a contratação de empresa de Engenharia para gestão com serviço contínua de manutenção preventiva e corretiva e melhoria do SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE GAROPABA, conforme especificado detalhadamente neste documento.

3 JUSTIFICATIVA

3.1. A atual gestão municipal, ciente de que uma iluminação pública eficiente contribui para a segurança pública, tanto do trânsito, quanto dos pedestres, e que o município tem forte uso de suas praças e pontos turísticos que devem estar eficientemente iluminadas, busca uma melhor estruturação, tanto do serviço de manutenção como dos serviços complementares, necessários ao bom desempenho do sistema de iluminação municipal.

3.2. Ciente ainda da urgente necessidade da continuação, pelo Município, dos serviços de manutenção da iluminação pública e a ampliação do atendimento das diversas demandas dentro do Município, a Administração Municipal, visando atuar com agilidade e eficiência na execução da manutenção, uma vez que é seu dever e responsabilidade organizar e prestar os serviços de interesse local, sendo a iluminação pública um desses serviços.

3.3. Considerando que o Sistema de Iluminação Pública de GAROPABA, que compreende hoje aproximadamente a 8168 pontos de iluminação (tabela 1), conforme último levantamento, necessitado de constante manutenção e que a Prefeitura não dispõe de uma estrutura técnica e operacional adequada para executar a manutenção e gerir este





ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

sistema de forma mais eficiente, faz-se necessária a contratação de empresa de engenharia para apoiar na execução dos serviços.

Tabela 1

TOTAL DE PONTOS GAROPABA	Total
Total de Postes Cadastrados	8168
Total de Luminárias Instaladas	6656
Luminárias LED	3775
Luminárias Vapor de Sódio	2835
Luminárias Vapor Mercúrio	46

4 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

4.1 DEFINIÇÕES E NORMAS A SEREM UTILIZADAS

4.1.1. Por unidade de iluminação pública (IP) entende-se uma luminária ou projetor, completo com todos os acessórios necessários ao seu funcionamento. Caso a luminária ou projetor contenham mais de uma lâmpada, o número de unidades equivalerá ao número de lâmpadas, sendo isto necessário para a compatibilização com os procedimentos adotados pela CELESC e CERPALO, no faturamento da energia consumida pelo sistema.

4.1.2. O número de unidades de iluminação deve ser permanentemente atualizado para suprimir as unidades retiradas e acrescentar as unidades instaladas no mês.

4.1.3. Esta contratação contempla além da execução dos serviços (mão de obra e equipamentos/ferramentas) a execução completa dos serviços e o fornecimento de todos os materiais necessários. Aplicam-se a este memorial e a execução do objeto a ser contratado, as prescrições normativas abaixo:

Resolução Normativa nº 414 da ANEEL.

NBR 5461 – ILUMINAÇÃO

NBR 14039 – INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DE MÉDIA TENSÃO DE 1,0 A 36,2KV

NBR 15129 - LUMINÁRIAS PARA ILUMINAÇÃO

NBR5101 - ILUMINAÇÃO PÚBLICA

NBR 5410 – INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DE BAIXA TENSÃO

NR 10 – SEGURANÇA EM INSTALAÇÕES E SERVIÇOS EM ELETRICIDADE

NR-35 TRABALHO EM ALTURA

ANEXO XII - NR-12 - SEGURANÇA NO TRABALHO EM MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

CELESC – FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA EM TENSÃO SECUNDÁRIA DE DISTRIBUIÇÃO (N-321.0001)

CELESC – FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA EM TENSÃO PRIMÁRIA DE DISTRIBUIÇÃO ATÉ 25KV (N-321.0002)

CELESC - COMPARTILHAMENTO DE POSTES. (I-313.0015).





ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

CELESC - FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA. (N-321.0008).

CELESC - DIRETRIZES CONTRATUAIS DE SEGURANÇA E SAÚDE (I-134.0025).

CELESC - REDE DE DISTRIBUIÇÃO AÉREA SECUNDÁRIA ISOLADA ATÉ 1KV. (E-313.0078).

ESPECIFICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS CELESC
ILUMINAÇÃO PÚBLICA. (FECO-D-16).

PORTARIA 20 INMETRO – Luminárias LED

PORTARIA 62 INMETRO - Luminárias LED

4.2 QUALIFICAÇÕES TÉCNICA

4.2.1. Certidão de Registro do Licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA da circunscrição da licitante, válida na data da apresentação da proposta;

4.2.2. - Comprovação da capacidade técnico-operacional da Proponente, através de Atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado na entidade profissional competente, acompanhado da respectiva certidão de acervo técnico, que comprove ter a licitante executado serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao do objeto desta contratação, cujo a parcela de maior relevância seja:

- a) Manutenção preventiva e corretiva, de forma continuada (por um período mínimo de 12 meses), do sistema de iluminação pública, em parque de no mínimo ~~2.000~~ 4.000 pontos incluindo o fornecimento de todos os materiais;
- b) A execução de serviços de ampliação e melhoria da rede de iluminação pública, incluindo o fornecimento de materiais, mínimo 400 pontos;
- c) Serviço de levantamento com identificação e Cadastro técnico georreferenciado, mínimo 500 pontos;
- d) Instalação de sistema de telecontrole para iluminação pública com 500 pontos.

Comprovação da capacidade técnico-profissional, através de atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente acompanhado das respectivas Certidões de Acervo Técnico (CAT) emitidas pelo CREA e/ou CAU, comprovando a execução, de serviços de características semelhantes e de complexidade equivalentes às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo, conforme descrito abaixo:

- a) Manutenção preventiva e corretiva, de forma continuada (por um período mínimo de 12 meses), do sistema de iluminação pública;
- b) A execução de serviços de ampliação e melhoria da rede de iluminação pública, incluindo o fornecimento de materiais;
- c) Serviço de levantamento com identificação e Cadastro técnico georreferenciado;
- d) Instalação de sistema de telecontrole para iluminação pública.





ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

4.2.3. Comprovação de que o proponente possuir registrado, na data prevista para a entrega das propostas, profissional de nível superior, o qual será obrigatoriamente o preposto (residente dos serviços), devendo juntar para tais comprovações os seguintes documentos:

4.2.3.1. Cópia da carteira de trabalho, que demonstrem a identificação do profissional; ou - Cópia de contrato de prestação de serviços; ou – Cópia da última alteração contratual da empresa proponente, no caso do profissional ser sócio da mesma;

4.2.4. Declaração formal, emitida pelo representante legal da empresa, indicando um profissional habilitado, para responder tecnicamente pelos serviços previstos no edital, (indicar o nome e número de inscrição junto ao CREA), cujo nome virá a constar na Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, relativa aos serviços em questão, devendo juntar a comprovação do vínculo empregatício do (s) profissional (s), mediante contrato de prestação de serviços ou outro instrumento contratual que demonstrem a identificação profissional, bem como estar registrado na Certidão de Pessoa Jurídica do CREA da empresa licitante como responsável técnico. Quando se tratar de sócio da empresa licitante, tal comprovação será feita através do ato constitutivo da mesma.

4.2.5. A empresa vencedora deverá apresentar declaração de disponibilidade de veículos, equipamentos e máquinas de propriedade ou posse da empresa a serem utilizadas nas prestações dos serviços conforme constante no edital;

4.2.6. A empresa vencedora deverá apresentar autorização para trabalhar na rede da Concessionária de Energia Elétrica - CELESC Distribuição AS e CERPALO, emitidos por estas. Tal comprovação deverá ser feita através da apresentação do Certificado de Registro Cadastral – CRC ou Homologação Técnica de Empreiteiras – HTE, ambos expedidos pela CELESC e CERPALO, autorizando a execução dos seguintes serviços: Para a CELESC:

- Serviços de Manutenção de Iluminação Pública;
- Serviços de Instalação de Iluminação Pública;
- Serviços de Construção e Reforma de Rede de Distribuição Aérea;
- Serviços de Construção de redes de distribuição subterrâneas;
- Serviços em Cadastro Técnico Georreferenciado de Redes de Iluminação Pública.

Para a CERPALO:

- Serviços de Manutenção de Iluminação Pública;
- Serviços de Instalação de Iluminação Pública.

Obs.: Tal exigência tem fundamento nos requisitos do Art. 37, § 3º, inciso I da Resolução Normativa Nº 414/10 da ANEEL, que determina que as empresas terceirizadas devam possuir prévia qualificação, sendo o cadastro ou a homologação necessária para tal análise. A CELESC Distribuição SA e a CERPALO faz o registro das empresas prestadoras de serviços e as autorizam a intervirem no seu sistema elétrico. Como envolve a ampliação do sistema de iluminação pública, está se exigindo o cadastro PREFEITURA DE GAROPABA junto a CELESC e a CERPALO para construção de rede de distribuição aérea e subterrânea, sem o qual, a empresa a ser contratada não poderá executá-la. Para a assinatura do contrato a empresa vencedora do certame deverá apresentar em até 03 (três) dias o Certificado de Registro Cadastral – CRC ou Homologação Técnica de





ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

Empreiteiras – HTE, ambos expedidos pela CELESC e CERPALO, com a autorização de execução dos serviços, conforme descrito acima.

4.3 ELABORAÇÕES DE PROJETOS TÉCNICOS

4.3.1. A contratada deverá elaborar todos os projetos de iluminação pública para o Município de GAROPABA. Os projetos deverão ser elaborados pela equipe técnica da contratada, sob sua responsabilidade técnica, e de acordo com as normas vigentes, obedecendo aos critérios da Concessionária CELESC.

4.3.2. Os projetos contemplarão todos os documentos necessários à execução da obra de ampliação do parque de iluminação pública, contemplando no mínimo o seguinte:

- a) Análise de viabilidade técnica para implementação de projetos;
- b) Estudo luminotécnico;
- c) Cálculos (dimensionamento de cabos, queda de tensão, etc);
- d) Plantas de localização e identificação dos componentes com georreferenciamento dos pontos;
- f) Especificação de equipamentos;
- g) Rede de alimentação (baixa e/ou média tensão - inclusive transformadores);
- h) Memoriais;
- i) Lista de materiais;
- j) Orçamentos;
- l) Anotação de Responsabilidade Técnica – ART;
- m) Aprovação junto à Concessionária CELESC.

4.3.3. Os serviços de elaboração de projeto serão acionados de acordo com a demanda do Município e serão medidos e pagos conforme forem executados.

5 **DEFINIÇÕES**

5.1. MANUTENÇÃO DO PARQUE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

5.1.1. Conjunto de atividades técnicas e administrativas destinadas a prevenir e corrigir falhas ou defeitos no sistema de Iluminação do Município, preservando a funcionalidade e as características de desempenho técnico do mesmo, além de promover a segurança noturna dos cidadãos nas vias e parques do Município.

5.2. MATERIAIS DE MANUTENÇÃO

5.2.1. Abrange todos os materiais que serão utilizados na atividade de manutenção e pequenas melhorias do Parque de Iluminação Pública do Município.

5.3. OUTROS SERVIÇOS

5.3.1. Serviços de natureza excepcional que tem de ser prestado de forma a atender as leis ambientais.





ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

5.4. SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA (IP)

5.4.1. São todos os materiais e equipamentos de iluminação pública e respectivo circuito elétrico, instalados a partir do ponto de conexão com a rede da concessionária de distribuição de energia elétrica.

5.5. PONTO LUMINOSO

5.5.1. Entende-se por ponto luminoso a unidade constituída por uma lâmpada e os seus acessórios indispensáveis ao funcionamento da mesma (atendendo ao limite estabelecido pelo sistema de IP) classificando como:

I – Ponto de Luminoso Simples

Aquele que cujo braço de luminária tem comprimento até 5m (cinco) metros, e está instalado em poste de madeira, concreto, PRFV ou metálicos pertencentes à rede de distribuição de energia da CELESC-D ou CERPALO, com altura de instalação até 12 (doze) metros em relação ao solo. É considerado um único ponto por luminária independente do número de lâmpadas em cada luminária.

II – Ponto de Luminoso Especial Tipo I aquele que:

- a) está instalado em poste de concreto, PRFV e/ou metálico com a característica tipo pétala, cuja altura de instalação seja de até 12 (doze) metros em relação ao solo. Considera-se 1 (uma) pétala, um ponto de luz;
- b) está instalado em poste de concreto, PRFV e/ou metálico com luminária ornamental com lâmpadas a Vapor ou de tecnologia LED, independente da altura de instalação em relação ao solo (praças, avenidas, pontes, viadutos, logradouros públicos, etc.). Considera-se cada luminária, um ponto de luz.
- c) está instalado em poste de concreto, PRFV e/ou metálico, dito “ponto de sustentação” pertencente ao Município, com a característica tipo refletor e ou luminária de IP ornamental ou não, instalado em cruzeta e/ou grade metálica, ou suporte apropriado, cuja altura de instalação seja inferior a 12 (doze) metros em relação ao solo. Considera-se cada refletor ou luminária ou pétala, um ponto de luz.

III – Ponto de Luminoso Especial Tipo II aquele que:

- a) está instalado em poste de concreto, PRFV e/ou metálico com a característica tipo pétala, instalado em cruzeta e/ou grade metálica, cuja altura de instalação seja superior a 12 (doze) metros em relação ao solo. Considera-se cada pétala, um ponto de luz;
- b) está instalado em poste de concreto, PRFV e/ou metálico, em ponto de sustentação ou pertencente às empresas de energia, com a característica tipo refletor, instalado em cruzeta e/ou grade metálica, cuja altura de instalação seja superior a 12 (doze) metros em relação ao solo. Considera-se cada refletor, um ponto de luz.





ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

IV – Ponto de sustentação:

a) Constituído de poste de concreto, madeira, homologado na CELESC-D ou CERPALO, PRFV ou metálico, não pertencente à RD convencional da Celesc-D e/ou CERPALO, mas de propriedade da Prefeitura, implantado em área de projeto especial de interesse municipal para ancoragem de rede de IP e instalação de ponto(s) de iluminação conforme os tipos elencados acima.

b) Os serviços de manutenção dos pontos de luz acima descritos compreendem a inspeção e a manutenção (ajuste e trocas), quando necessário dos seguintes componentes: conexões, fiação, comando fotoelétrico, equipamentos auxiliares, braços, luminárias, lâmpadas, reatores, etc e poda de árvores necessária ao acesso ao ponto de luz e/ou para permitir a projeção da luz na via pública ou em praças ou outros logradouros, que esteja fora do alcance da RD e que não ocasionem risco de dano à RD. Quando houver esse risco, a empresa deverá comunicar a Prefeitura e também a CELESC-D ou CERPALO para as devidas providências.

c) Nos casos de recuperação, revitalização e/ou ampliação de iluminação em praças, intersecções ou locais com rede subterrânea destinada à iluminação, incluem-se todos os serviços correlatos ao perfeito funcionamento e acionamento do sistema.

V – Manutenção Preventiva no Sistema de Iluminação Pública

a) A Manutenção Preventiva tem por objetivo executar ações anteriores à ocorrência de defeitos e problemas no Sistema de Iluminação Pública para evitar e/ou minimizar a ocorrência de falhas nesse mesmo Sistema, mantendo-o funcionando continuamente com a melhor qualidade possível.

VI – Manutenção Corretiva no Sistema de Iluminação Pública

a) A Manutenção Corretiva consiste em ações de reparo dos defeitos ocorridos no Sistema de Iluminação Pública. Estas ações serão executadas a partir das Ordens de Serviço (OS) geradas em decorrência das reclamações dirigidas à COSIP de GAROPABA, teleatendimento ou outras formas de geração de Ordem de Serviço e de inspeções prévias das equipes da Empresa Contratada.

VII – Melhorias e ampliação do Sistema de Iluminação Pública

a) A Melhoria consiste na substituição de postes danificados ou deteriorados, a substituição de luminárias, substituição de lâmpadas de vapor de mercúrio, vapor de sódio e metálicas por LED, Chaves de comando por relé, lâmpadas e demais acessórios por equipamentos com maior economia, com o objetivo de promover a modernização e a maior eficiência do Sistema de Iluminação Pública. Ampliação do Sistema de iluminação Pública em logradouros onde não existe iluminação, através de projetos conforme exigência da CELESC-D ou CERPALO e implantação de toda estrutura necessária.





ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

6 EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

- a) Os serviços de manutenção corretiva e preventiva serão acionados através do Departamento de Iluminação Pública do Município de Garopaba (COSIP), que receberão as reclamações dos munícipes e também do sistema de tele atendimento da Prefeitura, gerando as ordens de serviços.
- b) Os serviços de ampliação/modernização deverão ser executados mediante a emissão de Ordens de Serviços específicas por parte da Prefeitura, as quais deverão ser comunicadas com antecedência e autorizadas pela CELESC DISTRIBUIÇÃO S/A ou à CERPALO, quando houver a necessidade de desligamento temporário da rede de energia elétrica. Todo e qualquer serviço de melhoria e/ou extensão de rede deverá ser comunicado à CELESC DISTRIBUIÇÃO S/A ou a CERPALO, previamente; inclusive com a apresentação de croqui específico respeitando as normas técnicas vigentes da CELESC-D, CERPALO e normas da ABNT.
- c) Toda e qualquer melhoria e/ou extensão da rede de iluminação públicas executadas sem o conhecimento da Prefeitura, que não tenha sido previamente autorizada e constituam alterações da potência instalada na rede de iluminação pública, constatada pela CELESC-D OU CERPALO, será considerada como irregularidade na medição, sujeita às penalidades previstas na Resolução n.º 456 da ANEEL, sendo que a empresa prestadora do serviço à Prefeitura responderá pela irregularidade, sem ônus ao Poder Público Municipal.
- d) No caso de execução de ampliação de rede de distribuição (RD) para o sistema de iluminação padrão e especiais como praças, trevos e outros serviços especiais a critério e necessidade do Município, a empresa deverá apresentar à Prefeitura um projeto e um orçamento de todos os materiais necessários para estas finalidades e cópia de documento de transferência dos ativos à CELESC ou à CERPALO para redes de distribuição permanente, conforme o caso.

7 DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CONTRATADA

7.1. A EMPRESA, além dos demais encargos previstos neste Termo, obriga-se:

I – A fornecer às suas expensas, ferramentas e equipamentos descritos nos Anexos I e II, os quais fazem parte deste, independentemente de transcrição, necessários à execução dos serviços, previstos anteriormente;

II – A substituir todas as lâmpadas queimadas e/ou quebradas e efetuar reparos em colunas ornamentais existentes na Rede de Iluminação Pública;

III – A substituir relés, reatores, ignitores, bases para relés e fusíveis e soquetes avariados ou defeituosos, refratores/difusores (vidros) quebrados de luminárias, a fim de permitir o bom funcionamento da Rede de Iluminação Pública;

IV – A reparar e/ou substituir os braços de luminárias, as próprias luminárias defeituosas ou em mau estado, assim como a fiação defeituosa interna existente;





ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

V – A substituir globos de luminárias (refratores/difusores), bem como a substituição da fiação interna deficiente que se inicia no chão e vai até o topo dos postes em caso de sistema subterrâneo ou sistema convencional com eletroduto fixado em poste.

VI – A substituir luminárias convencionais ou especiais com lâmpadas a Vapor, por luminárias de tecnologia LED no sistema da IP.

VII – A executar o reparo ou substituição das tampas das caixas de passagem e/ou as próprias caixas que estiverem danificadas;

VIII – A executar a limpeza interna de luminárias e/ou caixas de passagem, conforme o caso;

IX – Será de responsabilidade da Empresa, recolher os materiais refugados resultantes da prestação de serviço, tais como, lâmpadas queimadas ou ineficiente, reatores, luminárias, condutores, conectores, relés fotoelétricos, braços de iluminação pública, chaves de comando, postes ornamentais, eletrodutos, onde a entrega desses materiais ao município deverá ser feita mediante o termo de recebimento de sucata, cujo conteúdo contemple a especificação e a quantidade do material a ser entregue, e que o prazo de entrega dos resíduos deverá ser de no máximo até 3 dias após a realização dos serviços.

X – A empresa deverá depositar as lâmpadas a vapor e/ou qualquer tipo retirado do sistema de IP no depósito da COSIP onde a PREFEITURA DE GAROPABA, se responsabilizará pelo descarte conforme a política nacional de resíduos sólidos, LEI nº 12305/10.

XI – A executar reparos e/ou substituições de chaves de comando, reaperto e/ou substituição de conectores relativos à fiação de Iluminação Pública;

XII – A atender as reclamações diárias dos consumidores, apresentadas à CELESC-D ou CERPALO, que necessitem de providências imediatas e que não constam da programação diária fornecida pela PREFEITURA, nos respectivos prazos, a seguir:

- a) Em no máximo 24 (vinte e quatro) horas, quando a solicitação ocorrer em domingos e/ou feriados, para execução de serviços em avenidas e demais locais, quando a falta da IP colocar em risco a segurança dos usuários dos logradouros públicos, durante toda a vigência do presente Termo;
- b) Em no máximo 48 (quarenta e oito) horas, exceto domingos e feriados, para execução de serviços em avenidas, durante toda a vigência do presente Termo;
- c) Em no máximo 72 (setenta e duas) horas, exceto domingos e feriados, para os demais locais, durante toda a vigência do presente Termo.

XIII – A fornecer o transporte dos materiais, de ferramentas, de equipamentos e de seu pessoal até os locais de execução dos serviços de manutenção do Sistema de Iluminação Pública, de acordo com as exigências do Código Nacional de Trânsito;





ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

XIV – A retirar o material do almoxarifado da Prefeitura e manter o local organizado, e anotar em planilha específica o material retirado no dia, no período vespertino da 13hs às 19hs. Excepcionalmente, para serviços emergenciais em finais de semana ou feriados, a equipe deverá suprir a caminhonete com estoque mínimo e a retirada desses materiais deverá ser efetuada nos dias úteis até as 19 horas ou no dia que antecede o feriado no horário prescrito.

XV – A responder pelo bom comportamento de seu pessoal em relação a terceiros, podendo a CELESC-D ou a CERPALO ou a PREFEITURA, exigir o afastamento imediato de qualquer empregado da Empresa a serviço do Município, cuja permanência seja considerada prejudicial às boas relações da CELESC-D e/ou CERPALO e/ou PREFEITURA com autoridades ou particulares da área atendida;

XVI – A fornecer e exigir do seu pessoal o uso de uniforme identificado em tecido apropriado aos serviços de eletricidade de acordo com a NR-10;

XVII – A identificar o veículo da Empresa com os dizeres: “Iluminação Pública” “A Serviço da Prefeitura Municipal de Garopaba”

XVIII – A responsabilizar-se pelos pagamentos, sem qualquer ônus à Prefeitura, à CELESC-D ou à CERPALO, de indenizações decorrentes de acidentes e/ou fatos que provoquem danos e/ou prejuízos patrimoniais ou extrapatrimoniais, ou a terceiros, causados por seus empregados em virtude da execução do objeto do presente Termo;

XIX – A ressarcir para a CELESC-D e/ou CERPALO, sem ônus à Prefeitura, qualquer multa regulatória ou prejuízo decorrente dos serviços prestados pela Empresa, objeto deste Termo;

XX – A não reivindicar da CELESC-D, da CERPALO ou da Prefeitura, qualquer indenização por perdas e danos de bens materiais ou imateriais de sua propriedade ou de terceiros sob sua responsabilidade;

XXI – A executar os serviços dentro das características técnicas exigidas, de acordo com as normativas da CELESC-D e CERPALO, refazendo os serviços realizados imperfeitamente, ressarcindo à Prefeitura o valor dos materiais excedentes utilizados.

XXII – A não prestar declarações e/ou informações sem prévia autorização por escrito da Prefeitura, a respeito do presente Termo;

XXIII – A reembolsar a CELESC-D e/ou a CERPALO, sem ônus à Prefeitura, por quaisquer danos aos materiais, aos equipamentos ou aos seus patrimônios pertencentes à RD, durante a execução dos serviços;

XXIV – A não executar nenhum serviço complementar, sem o devido conhecimento e aprovação/autorização da Prefeitura mediante ordem de serviço e sem o devido conhecimento e/ou aprovação da CELESC-D e/ou CERPALO;





ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

XXV – A utilizar somente pessoal comprovadamente qualificado, capacitado ou habilitado para todos os serviços técnicos e administrativos, sob sua inteira responsabilidade, bem como designar por escrito um engenheiro habilitado pelo Sistema CONFEA, como responsável junto à CELESC-D e à CERPALO; os funcionários deverão possuir no seu currículo curso atualizado de operação de equipamento hidráulico NR12, NR10, NR35 e outras normas regulamentadoras pelo ministério do trabalho que se façam necessárias, sem ônus à Prefeitura, e emitir cópia dos documentos comprobatórios antes da assinatura do contrato, para ser entregue à Prefeitura, à CELESC-D e à CERPALO uma relação com os nomes dos funcionários que acessarão a Rede de Distribuição; sendo o profissional eletricista, com experiência mínima de 5 anos na função; Um motorista/ajudante de eletricista, com habilitação para conduzir veículos até 4,0 ton.

XXVI –

a) Disponibilizar UMA equipe (turma) para o Município, proporcionalmente a UMA equipe para os seus 8000 pontos, composta por um ELETRICISTA e um ajudante de eletricista, capacitados, qualificados e autorizados na operação de equipamento hidráulico de elevação (muque) para atender a demanda dos serviços, de acordo com o ANEXO I, de acordo com a necessidade e sazonalidade e característica de serviço especial, a pedido da Prefeitura. No caso em que a demanda de reclamações não possa ser atendida com uma equipe, respeitando os prazos de atendimento, a empresa deverá acionar uma segunda equipe, a pedido prévio da Prefeitura, com pagamento proporcional ao período de permanência no sistema.

b) - A contratada deverá ter uma equipe de plantão, os quais serão acionados para atendimentos de emergências, em casos que envolvam riscos de acidentes com pessoas ou em situações que ofereçam risco ao patrimônio público ou particular. Os atendimentos emergenciais fora do horário estipulado serão medidos e pagos conforme sua utilização.

XXVII – A empresa deverá possuir na sua frota uma camionete, tração 4x4 com no máximo 5 anos de uso, capacidade mínima 1,0ton., equipada com cesto elevatório hidráulico, para trabalhos em até 9,0 m de altura em relação ao solo, caixa de ferramenta e materiais, em chapa de aço pintada ou fibra, padrão CELESC. E uma caminhonete disponível para, na eventualidade de manutenção ou revisão, substituí-la para dar continuidade ao serviço e será necessário a tração 4x4 por eventuais manutenção em vias extremamente ingrimes.

XXVIII – A empresa deverá possuir na sua frota caminhão disponível com cesto e muque com alcance superior a 10,0 m, para atender eventual manutenção ou revisão ou instalação de pontos com altura superior a 10,0 m, a pedido e comunicação prévia da Prefeitura, com pagamento proporcional ao período de permanência no sistema do equipamento e de recursos humanos excedentes, quando necessário e de acordo com a complexidade do serviço.

XXIX – A solicitar a presença imediata da CELESC-D ou CERPALO, em caso de acidente com vítimas e/ou danos em Redes de Distribuição em áreas urbanas ou rurais ou bens de terceiros, para que seja providenciada a necessária perícia;





ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

XX – A ter conhecimento pleno das condições específicas e climáticas dos locais onde serão executados os serviços;

XXI – A sinalizar com equipamento adequado, conforme as normas da CELESC-D e CERPALO, e de acordo com as exigências do Código Nacional de Trânsito, os locais onde estiverem sendo executados os serviços;

XXII – A executar os serviços que possam implicar em interrupção do fornecimento de energia elétrica em baixa tensão, conforme programação elaborada pela empresa, devidamente aprovada pela CELESC-D e/ou CERPALO e conhecimento da Prefeitura, sempre respeitando as instruções em vigor, declarando desde já, ter pleno conhecimento da legislação vigente;

XXIII – No caso de haver defeito que não seja possível reparar e que represente condição insegura, buscar orientação junto ao COD/SPMD (CELESC-D) e/ou CERPALO, visando definir que ação será adotada para eliminar e/ou reparar o problema. Constatada a situação que coloque em risco a segurança de terceiros, deverá permanecer alguém habilitado no local e/ou sinalizá-lo de forma adequada, até que o problema seja reparado e/ou eliminado;

XXIV – Comunicar imediatamente, verbal e por escrito à CELESC-D ou CERPALO e/ou à PREFEITURA, sobre a ocorrência dos casos previstos no Item XXIX, informando sobre a situação, para que se adote a solução definitiva para o problema.

XXV – Ao efetuar alteração de potência ou troca de tipo de lâmpada instalada durante a manutenção motivada por substituição de reator de lâmpada de mercúrio por sódio, ou de sódio e/ou mercúrio por tecnologia LED, a equipe deve fazer o croqui indicando o ponto alterado referenciado ao transformador ou chave fusível mais próxima para a Prefeitura relatar à CELESC-D ou CERPALO o balanço de carga para atualizar débito do consumo na COSIP.

XXVI – Ao constatar que a CELESC-D ou CERPALO executou ampliação de rede de distribuição, desenhar o croqui para a Prefeitura atualizar o cadastro ou, na impossibilidade, relatar na ordem de serviço à Prefeitura para que esta realize a referida atualização.

XXVII – Efetuar efficientização de logradouros públicos (ruas, avenidas, praças, intersecções etc) por substituição de luminárias convencionais abertas ou fechadas por luminárias integradas ou LED de menor potência, ou melhor, distribuição de fluxo luminoso de acordo com programação da administração.

7.2. Dos esclarecimentos e Obrigações da CELESC DISTRIBUIÇÃO S/A e CERPALO – conforme Termo de Transferência de ativos da Iluminação pública à Prefeitura de GAROPABA:

7.2.1. Compete à Empresa Contratada a contatar a CELESC-D ou CERPALO para:





ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

I – Esclarecer toda e qualquer dúvida com referência à execução do objeto do presente Termo, solicitada por escrito ou por telefone ou pessoalmente à área responsável ou na Agência Comercial Local;

II – Solicitar as normas e especificações técnicas necessárias à correta execução dos serviços, por escrito, à área correspondente;

III – Receber e acatar parecer quanto à aprovação nas inspeções dos serviços executados e aceitos ou não pela fiscalização da CELESC-D, CERPALO;

IV – Solicitar os desligamentos, se necessários, para a execução dos serviços, de acordo com os itens XXII, XXIII e XXIV.

V – Informar a CELESC-D e CERPALO sobre a programação diária/mensal dos Bairros onde os serviços serão executados pela Empresa.

VI – Informar à CELESC-D e CERPALO e Prefeitura, sobre avaria da RD que cause defeito na IP qual sejam condutores fases partidos ou em contato com cabo específico da IP, cabos rompidos, chaves abertas, etc ou por más práticas das empresas de telecomunicação e fibra ótica compartilhados nas estruturas da RD.

8 DAS RESPONSABILIDADES DA EMPRESA

8.1. A EMPRESA será responsável por todas as despesas decorrentes de desligamentos de energia elétricas oriundas da realização do objeto do presente Termo, comprovadamente efetuados ou ocorridos por sua culpa, sem prejuízo das sanções previstas neste Termo e sem qualquer ônus à CELESC- D, CERPALO ou PREFEITURA.

8.2. Parágrafo Único - Nestes casos, a CELESC-D e/ou CERPALO debitará à PREFEITURA as despesas necessárias para o referido restabelecimento do funcionamento das redes e qualquer outra daí decorrente, além dos prejuízos causados pelas interrupções à CELESC-D, à CERPALO e/ou a terceiros, cabendo à Empresa o ressarcimento à Prefeitura mediante apresentação de notificação orçamentária da CELESC-D e/ou CERPALO.

9 DO CONHECIMENTO DO LOCAL DOS SERVIÇOS E OUTRAS PROVIDÊNCIAS

9.1. Ao aceitar o presente Termo, fica entendido que a Empresa tomou pleno conhecimento das condições de locais e acessos às redes onde serão executados os serviços, inclusive no que se refere ao clima.

9.2. Para esse efeito, considera-se como reconhecimento tácito pela EMPRESA de que esta realizou investigações suficientes no local de serviços, não podendo alegar falta de conhecimento das condições que encontrará durante a execução do objeto deste Termo.

9.3. A falta de conhecimento destas condições pela EMPRESA, não será considerada como razão para reclamação e/ou reivindicação pela mesma.

10 SERVIÇOS ADICIONAIS E NÃO ESPECIFICADOS





ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

10.1. Os serviços não especificados e os materiais não disponíveis, mas que tiverem pertinência com o objeto, deverá ser objeto de fornecimento, sendo que o Município lavrará nestes casos termo aditivo ao contrato contemplando o fornecimento dos mesmos após pesquisa de mercado e desde que a contratada aceite prestar os serviços ou fornecer os materiais pelo menor valor encontrado na pesquisa.

10.2. A contratada poderá ser solicitada para atendimentos a eventos municipais, disponibilizando uma equipe habilitada, de acordo com a necessidade do Município. Estes serviços serão remunerados de acordo com a necessidade do Município.

10.3. Os serviços de eventos compreendem a locação, instalação, manutenção e retirada de figuras para braços de luminárias, portais para travessias de ruas, figuras para fachadas de prédios, iluminação decorativa, gerador de energia e torres de iluminação. Estes serviços serão remunerados de acordo com a necessidade do Município.

11 MATERIAIS

11.1. Todos os materiais necessários aos serviços no parque de iluminação do Município de GAROPABA serão fornecidos pela contratada, e serão pagos mediante comprovada aplicação dos mesmos e aprovação pela FISCALIZAÇÃO.

11.2. Os materiais deverão obedecer às descrições da planilha de materiais e atender as normas vigentes.

11.3. As luminárias, projetores, postes ornamentais e outros deverão obedecer à especificação técnica, conforme anexo III e IV.

12 CONTROLE DE QUALIDADE

12.1. A contratada deverá GARANTIR a qualidade dos serviços prestados e dos materiais aplicados sob pena de multa.

12.2. A contratada deverá apresentar um registro de todos os serviços realizados no parque de iluminação pública do Município. O relatório deverá ser gerado no mínimo uma vez por mês, e este se converterá no Boletim de Medição, que deverá ser, obrigatoriamente, aprovado pela FISCALIZAÇÃO. O relatório deverá conter as seguintes informações mínimas: data, local da execução dos serviços (rua, praça, parque), materiais aplicados, equipe de trabalho, observações gerais.

13 FISCALIZAÇÃO

13.1. À CELESC-D e à CERPALO está automaticamente facultado o direito de exercer ampla fiscalização sobre os serviços executados e/ou contratados. Fica entendida que a fiscalização dos trabalhos por parte da CELESC-D e CERPALO não desobriga a PREFEITURA de sua responsabilidade quanto à perfeita execução dos serviços, por parte da Contratada observando-se preceitos da boa técnica a fim de dar aos mesmos a absoluta segurança e perfeito acabamento.





ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

13.2. Parágrafo Único - Os representantes da CELESC-D, CERPALO e o TÉCNICO DA ELÉTRICA da Prefeitura de Garopaba, terão poderes para:

I – Acompanhar a execução de todos os serviços, especialmente quando acarretarem desligamentos;

II – Sustar os trabalhos de quaisquer partes dos serviços que considerar medida necessária à segurança do trabalho e boa execução dos mesmos ou quando da necessidade de não ultrapassar as durações dos desligamentos previstos;

III – Recusar quaisquer trabalhos que não tenham relação com o objeto ou que sejam distintos dos padrões exigidos por este Termo;

IV – Decidir, dentro dos limites de suas atribuições, as questões que se levantarem no campo durante o andamento dos serviços;

V – Aferir a capacidade profissional do pessoal da EMPRESA, podendo determinar, por escrito à empresa prestadora do serviço e à Prefeitura, o afastamento do empregado que não atender às condições do serviço e das normas de segurança do trabalho, devendo a EMPRESA providenciar a imediata substituição, sem ônus para o Município;

VI – Verificar as condições das ferramentas e equipamentos, inclusive viatura(s) da EMPRESA, determinando imediata correção ou substituição nos casos em que julgar necessário;

VII – Aferir a utilização das ferramentas da EMPRESA aplicadas na prestação de serviços.

VIII – A PREFEITURA fica automaticamente solidária com as mesmas responsabilidades devendo comunicar à EMPRESA sobre irregularidades constatadas e exigir imediata adequação.

14 JORNADA

14.1. Os serviços de manutenção da rede de iluminação pública deverão ser executados diariamente de segunda feira a sexta feira, com jornada de **8 horas diárias** sendo das **16h00min às 01h00min** tendo uma hora de intervalo obedecendo ao estabelecido em Ordens de Serviços.

14.2. O excedente de turno ou turma conforme necessidade e solicitação da Prefeitura terá custo acrescido proporcionalmente com dito no item XXVI e XXVIII (Das obrigações da Empresa Contratada).

15 MEDIÇÃO

15.1. A medição efetuada por profissional designado pela Prefeitura será efetuada computando os dias efetivamente trabalhados considerando a quantidade de equipes envolvidas com base no valor fixo de mão de – obra.





ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

16 PRAZO

16.1. O contrato terá duração de UM ano a partir da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses

17 ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

17.1 Fica ressalvado à Prefeitura o direito de incluir e/ou alterar cláusulas contratuais referentes ao presente Termo, lavrando-se o competente aditivo, nos casos previstos na Lei nº 14.133/2021.

18 RESCISÃO DO CONTRATO

18.1 O contrato deste Termo poderá ser rescindido bilateralmente, havendo razões que justifiquem esta medida, sem prejuízo de outros direitos e/ou indenizações, cuja notificação deverá ser expedida com antecedência de 60 (sessenta) dias, por ambas as partes.

19 ANEXOS

São partes integrantes ao presente Termo de Referência:

Anexo I (Atribuições e Composições das Turmas de Manutenção de Iluminação Pública);

Anexo II (Relação de Ferramentas, Equipamentos de Iluminação Pública e Veículos Disponíveis);

Anexo III (Composição de custo mensal do serviço para manutenção preventiva e corretiva da iluminação pública);

Anexo IV (Estimativa de materiais para manutenção da iluminação pública);

Anexo V (Estimativa de serviços para ampliação e melhoria da iluminação pública);

Anexo VI (Estimativa de materiais para ampliação e melhoria da iluminação pública).

Garopaba, 20 de setembro de 2023

YSLON COELHO SILVA
ELETROTÉCNICO
CRT 02198261960





ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

ANEXO I

ATRIBUIÇÕES E COMPOSIÇÃO DAS TURMAS DE MANUTENÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

1. ATRIBUIÇÕES

1.1. As turmas de manutenção de Iluminação Pública têm como finalidade básica o atendimento dos pontos de luz instalados no sistema, de modo que não fiquem acesos durante o dia nem apagados durante a noite, através da realização de atividades descritas neste Termo de Referência.

2. COMPOSIÇÃO DA TURMA

2.1. Entende-se por turma completa de operação e trabalho na rede de distribuição, item 2.1.1 (a) e (b) abaixo, o conjunto formado pelos recursos humanos, ferramentas, equipamentos e veículo, conforme definido neste e Anexo II:

2.1.1. Quadro de Pessoal:

2.1.1.1. Cada turma será composta de um Eletricista e de um Ajudante de Eletricista. Deverão ser observados os seguintes aspectos:

2.1.1.1.1. Sumário dos Cargos:

a) Eletricista:

I – Compete ao Eletricista, programar, planejar, organizar e executar com as ferramentas apropriadas, os serviços necessários ao restabelecimento do sistema de iluminação pública.

b) Ajudante de Eletricista:

I – Compete ao Ajudante de Eletricista executar as tarefas secundárias, auxiliando o Eletricista sempre que necessário.

2.1.2 Atividades Funcionais:

a) Eletricista:

I – Receber a programação dos serviços a serem executados pela turma;

II – Zelar pela qualidade dos serviços e disciplina da turma;

III – Registrar os serviços executados;

IV – Zelar pela segurança pessoal e coletiva da turma;

V – Executar todos os trabalhos pertinentes ao serviço de manutenção de iluminação pública.

b) Ajudante de Eletricista:

I – Auxiliar o Encarregado sempre que solicitado;

II – Abastecer de materiais e ferramentas o Encarregado na execução dos serviços;

III – Executar toda natureza de serviços ao nível do solo;





ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

- IV – Zelar pela segurança pessoal e coletiva da turma;
- V – Sinalizar o local de trabalho quando necessário;
- VI – Limpar, controlar e guardar os materiais e ferramentas.

2.2. Qualquer um dos componentes da turma de operação e trabalho na rede de distribuição poderá dirigir o veículo e operar equipamentos hidráulicos, comprovadamente e devidamente treinados e habilitados.

2.3. A empresa deverá fornecer gratuitamente aos empregados, de acordo com a NR-6, os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), que se fizerem necessários, de acordo com a natureza dos serviços.

2.4. Cabe ainda à empresa adquirir e utilizar os Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs), que se fizerem necessários para o desenvolvimento seguro dos serviços nas obras.





ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

ANEXO II

RELAÇÃO DAS FERRAMENTAS, EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS TENDO COMO REFERÊNCIA A PADRONIZAÇÃO DA CELESC DISTRIBUIÇÃO S/A.

1. Como parâmetro geral balizador do cálculo do número mínimo de equipes e veículos de manutenção deverá ser utilizado para cada intervalo de 8.000 (oito mil) pontos de luz => 01 (uma) dupla {01 (um) eletricista e 01 (um) ajudante de eletricista)} com 01 (um) veículo devidamente equipado, conforme especificações dos itens 1 a seguir apresentado.

2. Para encontrar o número mínimo de Equipe/Veículos de Manutenção, a CELESC DISTRIBUIÇÃO S/A divide o número total de pontos de luz existentes pelo intervalo estabelecido de (8000 – oito mil), arredondando a fração obtida para o número inteiro imediatamente superior.

3. A EMPRESA deverá, ao longo do tempo, com base no crescimento vegetativo do número de pontos de I.P. (Iluminação Pública), ampliar também sua equipe/veículos, conforme parâmetros acima, ressalvados à autorização e solicitação da Contratante.

4 – RELAÇÃO DE FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS DE USO INDIVIDUAL DOS ELETRICISTAS ENCARGADOS E AJUDANTES DE ELETRICISTAS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

4.1. O Quadro Quantidade Existente deve ser preenchido multiplicando-se a quantidade necessária pelo número de eletricistas encarregados e ajudantes de eletricistas disponíveis/necessários ao serviço.

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QUANT
1	Alicate Universal c/ Cabo Isolado p/ 1000 V - CA NR-10	PÇ	1
2	Bolsa p/ Luva da BT	PÇ	1
3	Bota de Borracha padrão CELESC com CA NR-10	PAR	2
4	Botina de Couro padrão CELESC com CA NR-10	PAR	2
5	Capacete, padrão CELESC ou similar CA NR-10	PÇ	2
6	Caneta Esferográfica	PÇ	2
7	Cinto de Segurança padrão CELESC	PÇ	1
8	Capa de Chuva, padrão CELESC	PÇ	2
9	Chave Ajustável 200m, Abertura até 26mm (12")	PÇ	1
10	Chave de Fenda 3,3 X 150, comprimento total 250mm	PÇ	1
11	Chave de Fenda 4,5 X 150, comprimento total 150mm	PÇ	1
12	Chave de Fenda 6,3 X 200, comprimento total 300mm	PÇ	1
13	Chave de Fenda Neon (teste)	PÇ	1
14	Canivete p/ eletricista	PÇ	1
15	Luvras de Raspa padrão CELESC CA NR-10	PAR	2
16	Luvras de Borracha BT CA NR-10	PAR	1
17	Luvras de Couro p/ Proteção da Luva de BT CA NR-10	PAR	1
18	Lanterna Manual Tipo Laser, com Bateria 7,5V	PÇ	1





ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

19	Maleta de Couro p/ Ferramentas	PÇ	1
20	Óculos de Segurança padrão CELESC CA NR-10	PÇ	1
21	Uniforme, padrão CONTRATADA, CA NR-10	PÇ	1
22	Alicate bomba d'agua 10" com isolamento 1.000V	PÇ	1
23	Chave ajustável 200mm, (12") cabo isolado 1.000 V 2	PÇ	1

5 – RELAÇÃO DE FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS DE USO COLETIVO À DISPOSIÇÃO NA VIATURA DA TURMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

5.1. Devem estar disponíveis em cada viatura os itens abaixo descritos, observando que o Quadro Quantidade Existente deve ser preenchido multiplicando-se a quantidade necessária pelo número de veículos com escada giratória disponíveis/necessários ao serviço (ITEM 3).

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QUANT
1	Alicate Volt/Ampere digital	PÇ	1
2	Arco de Serra Ajustável, c/ Lâmina 370 a 480mm	PÇ	1
3	Bandeirola para Sinalização, padrão CELESC 30X30	PÇ	4
4	Chave Allen de 6 a 12mm	JG	1
5	Carretilha p/ Içamento, para corda 0,16mm 250 kgf	PÇ	2
6	Corda p/ Içamento 0,16mm	MT	20
7	Caixa p/ Primeiros Socorros	PÇ	2
8	Cone de Sinalização, padrão CELESC 0,50 cm.	PÇ	5
10	Escala Métrica	PÇ	1
11	Farol de Milha Portátil, 12V	PÇ	1
12	Lima Murça Chata	PÇ	1
13	Martelo Pena 500g com Cabo	PÇ	1
14	Prancheta c/ Papel para Anotações	PÇ	1
15	Placa de Sinalização, padrão CELESC	PÇ	1
17	Alicate Bico Redondo	PÇ	1
18	Colete Refletivo	PÇ	1
19	Escova de Aço Tipo "V"	PÇ	1
20	Chave combinada 6 à 22 mm	PÇ	1
21	Escada de abrir de pelo menos sete degraus em material polimérico isolado	JG	1
22	Vara de manobra para atender item IV do objeto do TR	PÇ	1
23	KIT de aterramento de média tensão para atender item IV do TR	PÇ	1
24	Catraca para eventual execução de rede de IP	CJ	1
25		PÇ	1





ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

6 – VEÍCULOS DISPONÍVEIS PARA OS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO MUNICÍPIO DEFINIDO POR ESTE TERMO.

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QUANT
1	Veículo tipo camionete com no máximo 5 anos de uso, 4x4 capacidade mínima 1,0 ton, equipada com cesto elevatório hidráulico, para trabalhos em até 10 m de altura em relação ao solo, farol regulável instalado sobre a cabine, caixa de ferramenta e materiais, em chapa de aço pintada ou fibra, padrão CELESC.	1	8 Hs DE SEGUNDA A SEXTA
2	Caminhão cabine simples capacidade mínima de 8t, dotado de carroceria com compartimentos e dimensões adequadas para acomodação de materiais, equipamentos e ferramentas, com sapatas estabilizadoras dianteiras e traseiras, para permitir utilização de cesta aérea com acionamento hidráulico com seções de lanças articuláveis e/ou telescópicas que possam atingir uma altura mínima de 20 metros, com comando inferior (base), dotada de válvulas de segurança e sistema de emergência para descida manual do conjunto em contingências que exijam tal operação	1	NA FIRMA (à disposição referente anexo v, item 3.77)

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/04/2024 18:12 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.atende.net/p66218cd870698>.
POR JUNIOR DE ABREU BENTO.***308539** EM 18/04/2024 18:12





ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

ANEXO III

COMPOSIÇÃO DE CUSTO MENSAL DO SERVIÇO PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE GAROPABA REFERENTE A 8000 8168 PONTOS

O cálculo da despesa foi efetuado com base nos valores MÉDIOS LOCAIS:

COMPOSIÇÃO DE CUSTO MENSAL DO SERVIÇO PARA MANUTENÇÃO					
Item	Descrição	Quant.	Un.	Valor Unit. (R\$)	Valor total (R\$)
1.1	Custo mensal do salário das turmas de manutenção				R\$
1.1.1	DOIS (2) ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES, QUALIFICADO E CAPACITADO EM REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA BT/AT, COM CURSOS ATUALIZADOS NA NR-10 E NR-35. (8 HORAS POR DIA, 5 DIAS POR SEMANA DAS 16H00MIN À 1H00MIN)	160	H	98,44	R\$ 15.750,4
1.2	Custo mensal de veículos				R\$
1.2.1	Veículo tipo camionete, tração 4x4 com no máximo 5 anos de uso, capacidade mínima 1,0ton., equipada com cesto elevatório hidráulico, para trabalhos em até 9,0 m de altura em relação ao solo, caixa de ferramenta e materiais, em chapa de aço pintada ou fibra, padrão CELESC.	1	un	25.588,46	R\$ 25.588,46
1.3	Custo mensal de equipamentos, ferramentas, EPI's, EPC's e móveis				R\$
1.3.3	Equipamentos e ferramentas para eletricitas, EPI's e EPC's	2	un	875,32	R\$ 1.750,64
1.4	Custo mensal de aluguel de imóvel				R\$
1.4.1	Aluguel de container para depósito de material (almoxarifado) e veículo	1	un	2.102,15	R\$ 2.102,15
1.5	Custo mensal de despesas operacionais				R\$
1.5.1	Custo mensal de despesas operacionais (telefone, água, luz, materiais de expediente, seguros, etc)	1	un	679,94	R\$ 679,94
1.6	Custo mensal total				R\$
1.7	BDI Médio (conforme Acórdão 2622/2013 - TCU)	25,84	%		R\$ 11.590,41
1.8	Preço mensal total dos serviços de manutenção normal do sistema de iluminação pública	1	mensal		R\$ 52.454,5

COMPOSIÇÃO DE CUSTO MENSAL DO SERVIÇO PARA MANUTENÇÃO						
Item	Descrição	Quant.	Un.	Valor Unit. (R\$)	Composição Mensal (R\$)	Valor total anual (R\$)
1.1	Custo mensal do salário das turmas de manutenção					R\$ -



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE GAROPABA

1.1.1	DOIS (2) ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES, QUALIFICADO E CAPACITADO EM REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELETRICA BT/AT, COM CURSOS ATUALIZADOS NA NR-10 E NR-35. (8 HORAS POR DIA, 5 DIAS POR SEMANA DAS 16H00MIN À 1H00MIN)	1.920	H	98,44	15.750,4	R\$ 189.004,80
1.2	Custo mensal de veículos					R\$ -
1.2.1	Veículo tipo camionete com no máximo 5 anos de uso, 4X4, capacidade mínima 1,0ton., equipada com cesto elevatório hidráulico, para trabalhos em até 10 m de altura em relação ao solo, farol regulável instalado sobre a cabine, caixa de ferramenta e materiais, em chapa de aço pintada ou fibra, padrão CELESC.	12	un	25.588,46	25.588,46	R\$ 307.061,52-
1.3	Custo mensal de equipamentos, ferramentas, EPI's, EPC's e móveis					R\$ -
1.3.3	Equipamentos e ferramentas para eletricitas, EPI's e EPC's	24	un	875,32	1.750,64	R\$ 21.007,68
1.4	Custo mensal de aluguel de imóvel					R\$ -
1.4.1	Aluguel de container para deposito de material (almoxarifado) e veículo	12	un	2.102,15	2.102,15	R\$ 25.225,80
1.5	Custo mensal de despesas operacionais					R\$ -
1.5.1	Custo mensal de despesas operacionais (telefone, agua, luz, materiais de expediente, seguros, etc)	12	un	679,94	679,94	R\$ 8.159,28
1.6	Custo mensal total				R\$ 45.871,59	
1.7	BDI Médio (conforme Acórdão 2622/2013 - TCU)	12	25,84%	11.853,21	11.853,21	R\$ 142.238,52
1.8	Preço mensal total dos serviços de manutenção normal do sistema de iluminação pública	12		mensal	R\$ 57.724,80	R\$ 692.697,60

ANEXO IV

ESTIMATIVO DE MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PUBLICA DO MUNICIPIO DE GAROPABA

O calculo da despesa foi efetuado com base nos valores MÉDIOS LOCAIS.

ESTIMATIVO MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PUBLICA DO MUNICIPIO DE GAROPABA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT.	PREÇOS (R\$)	
				UNITÁRIO	TOTAL
2.1	Base para rele fotoeletrônico, 10 A, NBR 5123. Suporte em L forjado em chapa galvanizada a fogo com espessura de 3mm e largura de 32mm±2; e dimensões conforme anexo, distância de 60mm±2, (ver anexo 3)	pç	300	13,99	R\$ 4.197,00 -
2.2	Braço (reto) de iluminação pública especial com sapata, comprimento 1000mm, D25±2mm, em tubo de aço carbono SAE 1010/1020 zincados a quente de acordo com a NBR 6323 com camada de 100µm (média) e 86µm (ponto mínimo) certificado, espessura mínima do tubo de 1,9mm, resistência mecânica: F 15 da N, flecha residual máxima 15mm, estampado no corpo dos braços ou na chapa de fixação, de forma legível e indelével, no mínimo, o nome ou marca do fabricante, mês e ano de fabricação, furação de fixação da sapata no padrão Celelesc. O braço não deve apresentar achatamento durante sua fabricação e durante a sua aplicação em campo e não possuir rebarbas. (ver anexo 4)	pç	120	85,11	R\$ 10.213,20





ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

2.3	Braço (curvo) de iluminação pública especial com sapata, comprimento 1500mm, D33±2mm, em tubo de aço carbono SAE 1010/1020 zincados a quente de acordo com a NBR 6323 com camada de 100µm (média) e 86µm(ponto mínimo) certificado, espessura mínima do tubo de 2,2mm, resistência mecânica: F 25 daN, flecha residual máxima 15mm, estampado no corpo dos braços ou na chapa de fixação, de forma legível e indelével, no mínimo, o nome ou marca do fabricante, mês e ano de fabricação, furação de fixação da sapata no padrão Celesc. O braço não deve apresentar achatamento durante sua fabricação e durante a sua aplicação em campo e não possuir rebarbas. (ver anexo 5)	pç	120	110,50	R\$ 13.260,00
2.4	Braço de iluminação pública especial com sapata, comprimento 3000mm, D46 a 49mm, em tubo de aço carbono SAE 1010/1020 zincados a quente de acordo com a NBR 6323 com camada de 100µm (média) e 86µm(ponto mínimo) certificado, espessura mínima do tubo de 3mm, resistência mecânica: F 25 daN, flecha residual máxima 15mm, estampado no corpo dos braços ou na chapa de fixação, de forma legível e indelével, no mínimo, o nome ou marca do fabricante, mês e ano de fabricação, furação de fixação da sapata no padrão Celesc. O braço não deve apresentar achatamento durante sua fabricação e durante a sua aplicação em campo e não possuir rebarbas. (ver anexo 6)	pç	120	341,06	R\$ 40.927,20
2.5	Chave magnética para comando de IP, ser e, alumínio fundido ou estampado. A vedação entre a caixa e a tampa é feita através de gaxeta de 22eprene, moldada na caixa ou na tampa. Tipo NA, contatos em liga de prata a fim de permitir boa condutividade até com 100% de sobrecarga na partida das lâmpadas, tensão de operação de 192V a 242V, 1x50 A, com pino de acionamento do disjuntor, com base para rele fotoeletrônico, condutor neutro: cor branca; comprimento 1600 mm; seção 1,5 mm², condutor fase: cor preta e comprimento 1400 mm com seção de 10mm², condutor controle na cor vermelha com comprimento 600 mm e seção de 10 mm², alça (Suporte) de Fixação em Aço carbono 1010 a 1020, laminado, aço inox ou duralumínio, espessura mínima 3,0mm zincada a quente, conforme a NBR 6323, com camada de 100 µm (média) e 86 µm (ponto mínimo). Deve ser gravado, de forma legível e indelével, no mínimo: a) nome ou marcado fabricante; b) tipo ou modelo de referência; c) tensão nominal de operação; d) corrente nominal de carga; e) data de fabricação. (ver anexo 8)	pç	10	426,81	R\$ 4.268,10
2.6	Conector cunha de BT, tipo I (cinza), Homologado pela DVEN CELESC.	pç	200	12,92	R\$ 2.584,00
2.7	Conector cunha de BT, tipo II (verde), Homologado pela DVEN CELESC.	pç	200	9,13	R\$ 1.826,00
2.8	Conector cunha de BT, tipo III (vermelho), Homologado pela DVEN CELESC.	pç	200	3,91	R\$ 782,00
2.9	Conector de derivação perfurante 10 - 95 x 1,5 - 10mm², Homologado pela DVEN CELESC	pç	300	13,47	R\$ 4.041,00
2.10	Conector de derivação perfurante 35 - 70 x 35 - 70mm², Homologado pela DVEN CELESC	pç	50	36,61	R\$ 1.830,50
2.11	Lâmpada de multivapores metálicos 250W, bulbo tubular, base E-40; 1 ano de garantia.	pç	150	47,60	R\$ 7.140,00
2.12	Lâmpada de multivapores metálicos 70W, bulbo tubular, base E-27; 1 ano de garantia.	pç	50	38,73	R\$ 1.936,50





ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

2.13	Lâmpada de multivapores metálicos 150W, bulbo tubular, base E-40; 1 ano de garantia.	pç	300	48,48	R\$ 14.544,00
2.14	Luminária para iluminação pública, fechada, porta-lâmpada E-40, para lâmpada até 400W, (utilizada somente em manutenção ou pequenas ampliações onde este padrão já é existente)	pç	50	237,33	R\$ 11.866,50
2.15	Luminária estampada fechada com soquete em porcelanavitrificada com mola de reforço e contato interno em prata tipo E- 27 para lâmpadas de 70w, ALM - 01P, conjunta de vedação do corpo ótico com grau de proteção IP65, difusor em policarbonato reforçado com grau de proteção contra impacto IK 08 ou IK10 conforme NBR-62262 de 01/2015, proteção contra raios UV, com fecho e dobradiça em aço inoxidável, com encaixe para braço de 25mm a 32mm de diâmetro externo.	pç	100	197,68	R\$ 19.768,00
2.16	Luminária estampada fechada soquete em porcelana vitrificada com mola de reforço e contato interno em prata tipo E-40 para lâmpadas de 150 a 400w, com junta de vedação do corpo ótico com grau de proteção IP65, difusor em policarbonato reforçado com grau de proteção contra impacto IK 08 ou IK10 conforme NBR-62262 de 01/2015, proteção contra raios UV, com fecho e dobradiça em aço inoxidável, com encaixe para braço de 32mm a 50mm de diâmetro externo.	pç	100	205,72	R\$ 20.572,00
2.17	Luminária decorativa ornamental de LED para iluminação de espaços públicos, em alumínio, grau de proteção estanqueidade IP66 ou maior, Resistência a choque IK 08 ou maior, fixação em topo de poste de 60,3mm, temperatura de operação entre - 30°C a 50°C, IRC igual ou maior que 70, 220V, 60Hz, proteção contra surtos, Potência máxima de 110W, fluxo luminoso mínimo de 12500lm, temperatura de cor 4000K. Assimétrica. Altura máxima 600mm e 700mm diâmetro. Peso máximo de 15kg. Cor a ser definido pela prefeitura. Certificado no Inmetro.	pç	20	3.772,51	R\$ 75.450,20
2.18	Reator para uso externo, para lâmpada de vapor de sódio, 70W, 220V, 60Hz, com ignitor, alto fator de potência, acabamento em aço galvanizado à fogo, Padrão Celesc. Com Selo Procel e Inmetro, anexar a proposta.	pç	504	109,74	R\$ 55.308,96
2.19	Reator para uso externo, para lâmpada de vapor de sódio, 150W, 220V, 60Hz, com ignitor, alto fator de potência, acabamento em aço galvanizado à fogo, Padrão Celesc. Com Selo Procel e Inmetro, anexar a proposta.	pç	300	137,41	R\$ 41.223,00
2.20	Reator para uso externo, para lâmpada de vapor de sódio, 250W, 220V, 60Hz, com ignitor, alto fator de potência, acabamento em aço galvanizado à fogo, Padrão Celesc. Com Selo Procel e Inmetro, anexar a proposta.	pç	180	152,21	R\$ 27.397,80
2.21	Cabo de cobre unipolar flexível, PVC, para 450/750v, seção 2,5mm²	m	600	2,60	R\$ 1.560,00
2.22	Receptáculo de porcelana vitrificada reforçado com rosca E-40. As partes metálicas devem ser de latão niquelado ou material não ferroso, de preferência, em aço inox. Deve ser estampado no soquete, de forma legível, no mínimo: a) nome ou marca do fabricante; b) tipo ou modelo do soquete; c) tensão nominal; d) corrente nominal. (ver anexo 13)	pç	100	13,58	R\$ 1.358,00
2.23	Receptáculo de porcelana vitrificada reforçado com rosca E-27. As partes metálicas devem ser de latão niquelado ou material não ferroso, de preferência, em aço inox. Deve ser estampado no soquete, de forma legível, no mínimo: a) nome ou marca do fabricante; b) tipo ou modelo do soquete; c) tensão nominal; d) corrente nominal. (ver anexo 13)	pç	100	2,89	R\$ 289,00





ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

2.24	Relé foto eletrônico, NF, tampa em policarbonato, estabilizado contra radiações UV, 1000W, tempo de retardo de 3 a 5s e durabilidade dos contatos(número de operações) mínimo de 35000, em conformidade com a NBR 5123, Padrão Celesc. Anexar a proposta ensaios conforme NBR 5123. Carta do fabricante dando garantia contra defeitos de fabricação durante 5 anos.	pç	1200	R\$ 25,59	R\$ 30.708,00
2.25	Luminária LED potencia maxima 72W. Temperatura de cor 4000K. As luminárias terão que possuir na parte superior uma tomada padrão ANSI C 136.41 (Dimming Receptales) de 7 (sete) contatos para acoplamento do módulo destinado ao sistema de TELE monitoramento ou fotocélula; Tensão de entrada com reconhecimento automático entre 220/240 volts; Distorção harmônica total (THD): $\leq 10\%$; Frequência de 50/60Hz; Fator de potência $> 0,95$; Grau de proteção IP- 66; Vida útil igual ou superior a 70.000 (cinquenta mil) horas para o conjunto; Fluxo Luminoso da luminária deverá ser igual ou superior a 11000 lumens; Driver dimerizável, com regulação de 0 a 10V; Deverá ter proteção para suportar impulsos de tensão de pico de $10KV \pm 10\%$; Deverá possuir resistência mecânica ao impacto IK 08; Temperatura de operação de -10°C a 40°C; Sistema de encaixe adaptável a braços existentes com diâmetros de 48,2 a 60,3 mm; Não poderá ser utilizado acessórios para encaixes da luminária; IRC igual ou superior a 70; Garantia Mínima de 5 (cinco) anos; Certificado no Inmetro. Selo Procel.	pç	40	R\$ 1.072,19	R\$ 42.887,60
2.26	Luminária LED potencia maxima 110W. Temperatura de cor 4000K. As luminárias terão que possuir na parte superior uma tomada padrão ANSI C 136.41 (Dimming Receptales) de 7 (sete) contatos para acoplamento do módulo destinado ao sistema de TELE monitoramento ou fotocélula; Tensão de entrada com reconhecimento automático entre 220/240 volts; Distorção harmônica total (THD): $\leq 10\%$; Frequência de 50/60Hz; Fator de potência $> 0,95$; Grau de proteção IP- 66; Vida útil igual ou superior a 70.000 (cinquenta mil) horas para o conjunto; Fluxo Luminoso da luminária deverá ser igual ou superior a 16600 lumens; Driver dimerizável, com regulação de 0 a 10V; Deverá ter proteção para suportar impulsos de tensão de pico de $10KV \pm 10\%$; Deverá possuir resistência mecânica ao impacto IK 08; Temperatura de operação de -10°C a 40°C; Sistema de encaixe adaptável a braços existentes com diâmetros de 48,2 a 60,3 mm; Não poderá ser utilizado acessórios para encaixes da luminária; IRC igual ou superior a 70; Garantia Mínima de 5 (cinco) anos; Certificado no Inmetro. Selo Procel.	pç	40	R\$ 1.573,46	R\$ 62.938,40
2.27	Fita auto fusão, 19MM x 10m, espessura 0,76mm.	pç	10	R\$ 31,82	R\$ 318,20
2.28	Fita isolante, 19mm x 20m, conforme NBR5037.	pç	30	R\$ 10,01	R\$ 300,30
2.29	Projeto Modular LED maximo 90W LED, minimo 12900 lumens, 5000K, IP66, ou equivalente técnico.	pç	20	R\$ 1.835,46	R\$ 36.709,20
2.30	Projeto Modular LED maximo 240W LED, minimo 30000 lumens, 5000K, IP66, ou equivalente técnico.	pç	10	R\$ 2.955,67	R\$ 29.556,70
2.31	Projeto Modular LED maximo 375W LED, minimo 50000 lumens, 5000K, IP66, ou equivalente técnico.	pç	10	R\$ 4.343,86	R\$ 43.438,60
2.32	Refletor holofote slin LED RGBW SMD SLIM 50 w bivolt ip66 uso externo/interno, com memória e controle remoto, com 16 tonalidades de cores inclusive a opção de luz branca fria, abertura de ângulo de 120 graus, vida útil de 25.000 h	pç	10	R\$ 283,58	R\$ 2.835,80
2.33	Refletor holofote slin LED RGBW SMD SLIM 100 w bivolt ip66 uso externo/interno, com memória e controle remoto, com 16 tonalidades de cores inclusive a opção de luz	pç	10	R\$ 488,36	R\$ 4.883,60





ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE GAROPABA

	branca fria, abertura de ângulo de 120 graus, vida útil de 25.000 h				
	TOTAL MATERIAIS ESTIMADOS PARA MANUTENÇÃO				616.919,36
ITE M	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT.	UNITÁRIO	
3.1	Cadastro georreferenciado de ponto de iluminação pública novos	UN	1008	R\$ 99,75	R\$ 100.548,00
3.2	Instalação de plaqueta de identificação dos pontos de iluminação novos	UN	1008	R\$ 31,50	R\$ 31.752,00
3.3	Desligamento provisório de circuito	UN	10	R\$ 123,44	R\$ 1.234,40
3.4	Abertura e fechamento de cava para poste com altura de até 12 metros	UN	60	R\$ 93,09	R\$ 5.585,40
3.5	Retirada e recomposição de pavimento asfáltico.	M	4	R\$ 540,77	R\$ 2.163,08
3.6	Abertura e fechamento de vala com 60cm de largura e 80cm de profundidade.	M	250	R\$ 50,29	R\$ 12.571,50
3.7	Desmontagem e retirada de poste até 10m	UN	20	R\$ 119,58	R\$ 2.391,60
3.8	Desmontagem e retirada de poste entre 10m e 15m	UN	20	R\$ 415,13	R\$ 8.302,60
3.9	Envelopamento de dutos ou cabos, com fornecimento de materiais	M	250	R\$ 43,51	R\$ 10.878,50
3.10	Execução de caixa de passagem tipo "B" dimensões 70X90X100cm, em alvenaria ou concreto, com sistema de drenagem, padrão Celesc	UN	10	R\$ 536,42	R\$ 5.364,20
3.11	Execução de base engastada, com tubo de concreto, para poste até 10 metros de altura livre	UN.	12	R\$ 336,91	R\$ 4.042,92
3.12	Execução de base engastada, com tubo de concreto, para poste com altura livre maior que 10 metros e menor que 15 metros	UN	12	R\$ 580,33	R\$ 6.963,96
3.13	Instalação de afastador de rede	UN	10	R\$ 137,43	R\$ 1.374,30
3.14	Instalação de armação secundária de distribuição	UN	20	R\$ 22,30	R\$ 446,00
3.15	Instalação de chave fusível unipolar	UN	6	R\$ 110,75	R\$ 664,50
3.16	Instalação de cabo de cobre para aterramento	M	240	R\$ 10,71	R\$ 2.570,40
3.17	Instalação de caixa de inspeção em concreto, dimensões: 300x300x400mm, com tampa de concreto com alça metálica	UN	20	R\$ 30,32	R\$ 606,40
3.18	Instalação de caixa de inspeção em polietileno, dimensões 250x250x400 mm (LxCxP), com tampa	UN	10	R\$ 32,94	R\$ 329,40
3.19	Instalação de caixa de passagem em concreto armado, circular, dimensões de 400x500mm (diâmetro x profundidade), com tampa de concreto	UN	4	R\$ 60,18	R\$ 240,72
3.20	Instalação de caixa de passagem em concreto armado, dimensões 650x450x600 mm (LxCxP), com tampa de ferro fundido, padrão Celesc para entrada de energia em baixa tensão	UN	5	R\$ 221,23	R\$ 1.106,15
3.21	Instalação de caixa de passagem em concreto armado, dimensões externas 400x400x400 mm (LxCxP), com tampa de concreto	UN	5	R\$ 58,89	R\$ 294,45
3.22	Instalação de chave magnética de I. P. até 50A ou rele fotoelétrico.	UN	240	R\$ 34,26	R\$ 8.222,40
3.23	Instalação de condutores de baixa tensão, aéreos ou embutidos, com bitola até 35mm²	M	2880	R\$ 7,40	R\$ 21.312,00
3.24	Instalação de Controlador Individual de Luminária para tele-monitoramento	un.	1650	R\$ 381,27	R\$ 629.095,50
3.25	Instalação de Controlador de grupo de Luminária para tele-monitoramento	un.	4	R\$ 2.526,53	R\$ 10.106,12
3.26	Instalação de conjunto de microgeração em poste, solar/eólico	un.	1	R\$ 7.737,55	R\$ 7.737,55
3.27	Instalação de conjunto de microgeração tipo usina micro	un.	1	R\$	R\$ 29.358,98





ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

	solar			29.358,98	
3.28	Instalação de conjunto de placa Solar	un.	10	R\$ 917,91	R\$ 9.179,10
3.29	Instalação de comando para iluminação pública em grupo, com derivação aéreo/subterrâneo	UN	10	R\$ 28,64	R\$ 286,40
3.30	Instalação de eletroduto aparente	M	36	R\$ 7,13	R\$ 256,68
3.31	Instalação de escora de subsolo dupla	UN	12	R\$ 162,36	R\$ 1.948,32
3.32	Lançamento de condutor aéreo, nu, até 2/OCA ou CAA ou até 1/OAEG Cu ou de condutor isolado, aéreo até 50 mm ² .	M	150	R\$ 9,90	R\$ 1.485,00
3.33	Retencionamento de condutor aéreo, nu, até 2/OCA ou CAA ou até 1/OAEG Cu ou de condutor isolado, aéreo até 50 mm ²	M	50	R\$ 5,40	R\$ 270,00
3.34	Instalação de haste de aterramento	UN	20	R\$ 49,52	R\$ 990,40
3.35	Instalação de luminária, com braço de até 1 metro de comprimento	UN	150	R\$ 207,63	R\$ 31.144,50
3.36	Instalação de luminária fechada, em braço maior que 1m	UN	150	R\$ 349,04	R\$ 52.357,00
3.37	Instalação de luminária tipo pétala, ornamental ou projetor, em poste com comprimento de até 12m	UN	100	R\$ 431,57	R\$ 43.157,00
3.38	Instalação de condutores isolados, com bitola superior a 35 mm ² , em rede secundária, diretamente enterrada ou instalada em eletrodutos.	M	1440	R\$ 7,83	R\$ 11.275,20
3.39	Instalação de olhal e sapatilha, cintas e parafusos para encabeçamento de rede multiplexada	UN	150	R\$ 90,79	R\$ 13.618,50
3.40	Instalação de padrão de entrada de energia, secundário, em poste.	UN	5	R\$ 512,97	R\$ 2.564,85
3.41	Instalação de padrão de entrada de energia, secundário, em mureta de alvenaria.	UN	5	R\$ 1.237,73	R\$ 6.188,65
3.42	Instalação de projetor, em fachadas, em altura até 10m	UN	60	R\$ 154,23	R\$ 9.253,80
3.43	Instalação de projetor, ou baliza, sobre o solo/piso	UN	50	R\$ 154,94	R\$ 7.747,00
3.44	Instalação de quadro de comando e proteção de iluminação pública, corrente nominal 20 a 70A	UN	5	R\$ 555,45	R\$ 2.777,25
3.45	Instalação de quadro de distribuição até 15 disjuntores	UN	5	R\$ 261,80	R\$ 1.309,00
3.46	Instalação de quadro de distribuição até 36 disjuntores	UN	6	R\$ 326,77	R\$ 1.960,62
3.47	Instalação completa de transformador de até 150 kVA, 15 kV, em rede nova ou existente	UN	6	R\$ 2.373,87	R\$ 14.243,22
3.48	Instalação de caixa de medidor monofásico em poste com caixa provisória para evento, padrão Celesc.	UN	5	R\$ 527,71	R\$ 2.638,55
3.49	Instalação de caixa de medidor trifásico em poste com caixa provisória para evento, padrão Celesc.	UN	5	R\$ 595,71	R\$ 2.978,55
3.50	Remoção de caixa de medidor monofásico em poste com caixa provisória para evento, padrão Celesc.	UN	5	R\$ 136,97	R\$ 684,85
3.51	Remoção de caixa de medidor trifásico em poste com caixa provisória para evento, padrão Celesc.	UN	5	R\$ 159,44	R\$ 797,20
3.52	Instalação de conector Perfurante ou tipo cunha em rede aérea	UN	300	R\$ 8,46	R\$ 2.538,00
3.53	Instalação de eletroduto aparente inclusive fixações e derivações	M	360	R\$ 7,28	R\$ 2.619,80
3.54	Instalação de estrutura primária de distribuição, por cruzeta.	UN	20	R\$ 159,19	R\$ 3.183,80
3.55	Instalação de grade de proteção para projetor no solo, com fornecimento de grade	UN	40	R\$ 611,27	R\$ 24.450,80
3.56	Montagem de estrutura primária de distribuição	UN	20	R\$ 140,04	R\$ 2.800,80
3.57	Montagem de poste de aço ou concreto entre 10m e 15m	UN	20	R\$ 359,03	R\$ 7.180,60
3.58	Montagem de poste de concreto ou de aço, até 10m	UN	20	R\$ 208,90	R\$ 4.178,00
3.59	Projetos elétricos de iluminação de vias públicas. Com estudo de viabilidade técnica E estudo de verificação/organização e controle de consumo (CMVP)	UN	240	R\$ 137,77	R\$ 33.064,80
3.60	Projetos elétricos, luminotécnicos, decorativos, praças, pontes e outros.	UN	120	R\$ 194,11	R\$ 23.293,20
3.61	Remoção de armação secundaria	UN	10	R\$ 13,88	R\$ 138,80





ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

3.62	Remoção de condutores isolados até 1 kV, com bitola até 35mm ² , embutidos em eletrodutos	M	100	R\$ 3,52	R\$ 352,00
3.63	Remoção de condutores isolados até 1 kV, singelos, duplex, triplex, ou quadruplex, aéreos, com bitola de até 50mm ²	M	100	R\$ 4,76	R\$ 476,00
3.64	Remoção de eletroduto aparente até 2"	M	20	R\$ 4,07	R\$ 81,40
3.65	Remoção de estrutura primária de distribuição	UN	5	R\$ 48,05	R\$ 240,25
3.66	Instalação de conjunto grampo de suspensão de cabo multiplexado de baixa tensão	UN	50	R\$ 43,69	R\$ 2.184,50
3.67	Remoção de projetor, ou baliza, sobre o solo/piso	UN	12	R\$ 125,24	R\$ 1.502,88
3.68	Instalação de luminária LED em braço até 1 m de comprimento - somente instalação	UN	500	R\$ 212,84	R\$ 106.420,00
3.69	Instalação de luminária LED em braço maior que 1 m de comprimento - somente instalação	UN	500	R\$ 353,59	R\$ 176.795,00
3.70	Retirada de luminária aberta ou fechada, em braço até 1m	UN	200	R\$ 30,94	R\$ 6.188,00
3.71	Retirada de luminária aberta ou fechada, em braço maior que 1m	UN	150	R\$ 64,72	R\$ 9.708,00
3.72	Retirada de luminária tipo pétala, ornamental ou projetor, em poste com altura até 10m	UN	60	R\$ 116,69	R\$ 7.001,40
3.73	Instalação de pára-raios	UN	12	R\$ 275,74	R\$ 3.308,88
3.74	Retirada e recomposição de pavimento não asfáltico (concreto, lajota, paver ou grama).	M	40	R\$ 120,19	R\$ 4.807,60
3.75	Equipe técnica com caminhonete leve equipada com cesto hidráulico nos dias de semana	hora	120	R\$ 353,15	R\$ 42.378,00
3.76	Equipe técnica com caminhão guindauto equipado com lança hidráulica para até 10 metros, com cesto nos dias de semana	hora	80	R\$ 702,06	R\$ 56.164,80
3.77	Equipe técnica com caminhão guindauto equipado com lança hidráulica para até 20 metros, com cesto nos dias de semana	hora	80	R\$ 677,31	R\$ 54.184,80
TOTAL ESTIMADO DOS SERVIÇOS PARA AMPLIAÇÃO, MELHORIA					R\$ 1.699.616,78





ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

ANEXO VI-A

ESTIMATIVOS MATERIAIS PARA AMPLIAÇÃO, MELHORIA DA REDE DE ILUMINAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GAROPABA

O calculo da despesa foi efetuado com base nos valores MÉDIOS LOCAIS:

ESTIMATIVOS MATERIAIS PARA AMPLIAÇÃO, MELHORIA DA REDE DE ILUMINAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GAROPABA					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT.	PREÇOS (R\$)	
				UNITÁRIO	TOTAL
4.1	Abraçadeira auto travante, para amarração em nylon dimensões de 148x3,6mm	PÇ	600	R\$ 0,12	R\$ 72,00
4.2	Abraçadeira auto travante, para amarração em nylon dimensões de 200x2,5mm	PÇ	600	R\$ 0,17	R\$ 102,00
4.3	Abraçadeira auto travante, para amarração em nylon dimensões de 200x4,6mm	PÇ	600	R\$ 0,20	R\$ 120,00
4.4	Abraçadeira auto travante, para amarração em nylon dimensões de 390x7,6mm	PÇ	600	R\$ 1,44	R\$ 864,00
4.5	Abraçadeira tipo D, com cunha, galvanizada à fogo, diâmetro de 3/4	PÇ	100	R\$ 1,71	R\$ 171,00
4.6	Abraçadeira tipo D, com cunha, galvanizada à fogo, diâmetro de 1"	PÇ	100	R\$ 1,32	R\$ 132,00
4.7	Abraçadeira tipo D, com cunha, galvanizada à fogo, diâmetro de 1" 1/4	PÇ	50	R\$ 3,78	R\$ 193,50
4.8	Abraçadeira tipo D, com cunha, galvanizada à fogo, diâmetro de 1" 1/2	PÇ	50	R\$ 5,29	R\$ 264,50
4.9	Adaptador de Estribo Cunha 1/0AWG	PÇ	5	R\$ 54,23	R\$ 271,15
4.10	Afastador de armação secundária dimensões 500x 900 mm	PÇ	6	R\$ 457,92	R\$ 2.747,52
4.11	Alça pré-formada de distribuição para cabo de alumínio CA/CAA 1/0 AWG, Homologado pela DVEN CELESC.	pç	20	R\$ 15,36	R\$ 307,20
4.12	Alça pré-formada de distribuição para cabo de alumínio CA/CAA 2 AWG, Homologado pela DVEN CELESC.	pç	50	R\$ 8,77	R\$ 438,50
4.13	Alça pré-formada de distribuição para cabo de alumínio CA/CAA 4 AWG, Homologado pela DVEN CELESC.	pç	50	R\$ 5,30	R\$ 265,00
4.14	Alça pré-formada de distribuição para cabo de cobre 25mm², Homologado pela DVEN CELESC.	pç	20	R\$ 43,82	R\$ 876,40
4.15	Alça pré-formada de serviço para cabo de alumínio, CA/CAA, 10mm², Homologado pela DVEN CELESC.	pç	20	R\$ 2,81	R\$ 56,20
4.16	Alça pré-formada de serviço para cabo de cobre, 10mm², Homologado pela DVEN CELESC.	pç	20	R\$ 15,03	R\$ 300,60
4.17	Armação secundária de 1 estribo, dimensões 110x125x5mm, padrão Celesc	pç	50	R\$ 39,64	R\$ 1.982,00
4.18	Armação secundária de 2 estribos, dimensões 310x32x55mm, padrão Celesc	pç	10	R\$ 78,92	R\$ 789,20
4.19	Arruela de alumínio 2.1/2"	PÇ	10	R\$ 4,76	R\$ 47,60
4.20	Arruela lisa em aço polido e zinca do diâmetro 1/2". Padrão Celesc.	PÇ	100	R\$ 0,77	R\$ 77,00





ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

4.21	Arruela quadrada 38x38x3mm, furo de 18 para parafuso M-16, forjada em aço carbono 1010 a 1020 laminado, galvanizada a fogo por imersão. (ver anexo 1)	PÇ	500	R\$ 1,24	R\$ 620,00
4.22	Base para rele fotoeletrônico, 10 A, NBR 5123. Suporte em L forjado em chapa galvanizada a fogo com espessura de 3mm e largura de 32mm±2; e dimensões conforme anexo, distância de 60mm±2, (ver anexo 3)	PÇ	500	R\$ 13,99	R\$ 6.995,00
4.23	Braço antibalanço rede compacta15kV	PÇ	12	R\$ 140,31	R\$ 1.683,72
4.24	Braço (reto) de iluminação pública especial com sapata, comprimento 1000mm, D25±2mm, em tubo de aço carbono SAE 1010/1020 zincados a quente de acordo com a NBR 6323 com camada de 100µm (média) e 86µm (ponto mínimo) certificado, espessura mínima do tubo de 1,9mm, resistência mecânica: F 15 daN, flecha residual máxima 15mm, estampado no corpo dos braços ou na chapa de fixação, de forma legível e indelével, no mínimo, o nome ou marca do fabricante, mês e ano de fabricação, furação de fixação da sapata no padrão Celesc. O braço não deve apresentar achatamento durante sua fabricação e durante a sua aplicação em campo e não possuir rebarbas. (ver anexo 4)	PÇ	500	R\$ 85,11	R\$ 42.555,00
4.25	Braço (curvo) de iluminação pública especial com sapata, comprimento 1500mm, D33±2mm, em tubo de aço carbono SAE 1010/1020 zincados a quente de acordo com a NBR 6323 com camada de 100µm (média) e 86µm (ponto mínimo) certificado, espessura mínima do tubo de 2,2mm, resistência mecânica: F 25 daN, flecha residual máxima 15mm, estampado no corpo dos braços ou na chapa de fixação, de forma legível e indelével, no mínimo, o nome ou marca do fabricante, mês e ano de fabricação, furação de fixação da sapata no padrão Celesc. O braço não deve apresentar achatamento durante sua fabricação e durante a sua aplicação em campo e não possuir rebarbas. (ver anexo 5)	PÇ	500	R\$ 110,50	R\$ 55.250,00
4.26	Braço de iluminação pública especial com sapata, comprimento 3000mm, D46 a 49mm, em tubo de aço carbono SAE 1010/1020 zincados a quente de acordo com a NBR 6323 com camada de 100µm (média) e 86µm (ponto mínimo) certificado, espessura mínima do tubo de 3mm, resistência mecânica: F 25 daN, flecha residual máxima 15mm, estampado no corpo dos braços ou na chapa de fixação, de forma legível e indelével, no mínimo, o nome ou marca do fabricante, mês e ano de fabricação, furação de fixação da sapata no padrão Celesc. O braço não deve apresentar achatamento durante sua fabricação e durante a sua aplicação em campo e não possuir rebarbas. (ver anexo 6)	PÇ	500	R\$ 341,06	R\$ 170.530,00
4.27	Braço Tipo Sextante p/ 1 Projetor, Galvanizado, pintado em epoxi	pç	10	R\$ 3.826,55	R\$ 38.265,50
4.28	Braço Tipo Sextante p/ 3 Projetores, Galvanizado, pintado em epoxi	pç	10	R\$ 4.421,55	R\$ 44.215,50
4.29	Braço Tipo C Para Rede Compacta15kV	PÇ	6	R\$ 238,05	R\$ 1.428,30
4.30	Braço tipo L para rede compacta15kV	PÇ	6	R\$ 190,16	R\$ 1.140,96
4.31	Bucha de nylon, tipo S10, com parafuso de aço inox	PÇ	500	R\$ 1,03	R\$ 515,00
4.32	Bucha de nylon, tipo S6, com parafuso de aço inox	PÇ	500	R\$ 0,41	R\$ 205,00
4.33	Bucha de nylon, tipo S8, com parafuso de aço inox	PÇ	500	R\$ 0,64	R\$ 320,00
4.34	Bucha e arruela de alumínio diâmetro 3/4	PÇ	20	R\$ 2,77	R\$ 55,40
4.35	Bucha e arruela de alumínio diâmetro 1"	PÇ	20	R\$ 3,62	R\$ 72,40
4.36	Bucha e arruela de alumínio diâmetro 1" 1/4	PÇ	20	R\$ 4,57	R\$ 91,40





ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

4.37	Bucha e arruela de alumínio diâmetro 1" 1/2	PÇ	20	R\$ 5,95	R\$ 119,00
4.38	Cabo de aço, diâmetro 9,5mm, 7 fios, padrão CELESC	M	30	R\$ 16,91	R\$ 509,10
4.39	Cabo de Alumínio Coberto 50mm² 15Kv Para Rede Compacta	M	300	R\$ 12,98	R\$ 3.894,00
4.40	Cabo de alumínio nu, CA ,2AWG, 7fios, encordoamento classe A	KG	20	R\$ 54,99	R\$ 1.099,80
4.41	Cabo de alumínio nu, CA, 4AWG ,7fios, encordoamento classe A	KG	18	R\$ 53,53	R\$ 963,54
4.42	Cabo de alumínio multiplexado, isolado em XLPE, 0,6/1kV, 1x10+10mm², Homologado pela DVEN CELESC.	m	400	R\$ 6,35	R\$ 2.540,00
4.43	Cabo de alumínio multiplexado, isolado em XLPE, 0,6/1kV, 1x16+16mm², Homologado pela DVEN CELESC.	m	550	R\$ 9,34	R\$ 5.137,00
4.44	Cabo de alumínio multiplexado, isolado em XLPE, 0,6/1kV, 1x25+25mm², Homologado pela DVEN CELESC.	m	200	R\$ 15,76	R\$ 3.152,00
4.45	Cabo de alumínio multiplexado, isolado em XLPE, 0,6/1kV, 1x35+35mm², Homologado pela DVEN CELESC.	m	200	R\$ 20,33	R\$ 4.066,00
4.46	Cabo de alumínio multiplexado, isolado em XLPE, 0,6/1kV, 3x35+35mm², Homologado pela DVEN CELESC.	m	200	R\$ 46,41	R\$ 9.282,00
4.47	Cabo de alumínio multiplexado, isolado em XLPE, 0,6/1kV, 3x50+50mm², Homologado pela DVEN CELESC.	m	300	R\$ 67,30	R\$ 20.190,00
4.48	Cabo de cobre multipolar flexível, PP, PVC, 450/750V, #3x1,5mm²	M	300	R\$ 6,04	R\$ 1.812,00
4.49	Cabo de cobre multipolar flexível, PP, PVC, 450/750V, #3x2,5mm²	M	300	R\$ 9,54	R\$ 2.862,00
4.50	Cabo de cobre unipolar, isolado em PVC, para 0,6/1KV, seção 1,5mm²	M	1000	R\$ 1,94	R\$ 1.940,00
4.51	Cabo de cobre unipolar, isolado em PVC, para 0,6/1KV, seção 10mm²	M	1000	R\$ 11,29	R\$ 11.290,00
4.52	Cabo de cobre unipolar, isolado em PVC, para 0,6/1KV, seção 2,5mm²	M	500	R\$ 3,00	R\$ 1.500,00
4.53	Cabo de cobre unipolar, isolado em PVC, para 0,6/1KV, seção 25mm²	M	200	R\$ 29,75	R\$ 5.950,00
4.54	Cabo de cobre unipolar, isolado em PVC, para 0,6/1KV, seção 4,0mm²	m	500	R\$ 5,54	R\$ 2.770,00
4.55	Cabo de cobre unipolar, isolado em PVC, para 0,6/1KV, seção 6,0mm²	M	500	R\$ 7,45	R\$ 3.725,00
4.56	Cabo de cobre unipolar, isolado em PVC, para 450/750V, seção 1,5mm²	M	1000	R\$ 1,63	R\$ 1.630,00
4.57	Cabo de cobre unipolar, isolado em PVC, para 450/750V, seção 2,5mm²	M	2000	R\$ 2,60	R\$ 5.200,00
4.58	Cabo de cobre unipolar, isolado em EPR ou XLPE, 0,6/1kV, 16,0mm². -a. Padrão Celesc.	M	500	R\$ 15,49	R\$ 7.745,00
4.59	Cabeçote de alumínio Ø 1.1/2", para topo de tudo de aço	PÇ	12	R\$ 10,92	R\$ 131,04
4.60	Cabo de cobre unipolar, isolado em EPR ou XLPE, 0,6/1kV, 35,0mm². Padrão Celesc.	M	400	R\$ 33,37	R\$ 13.348,00
4.61	Cabo nu de cobre, meio duro, 16mm², 7 fios, normatizado.	KG	12	R\$ 125,71	R\$ 1.508,52
4.62	Cabo nu de cobre, meio duro, 25mm², 7 fios, normatizado.	KG	25	R\$ 125,71	R\$ 3.142,75
4.63	Cabo nu de cobre, meio duro, 35mm², 7 fios, normatizado.	KG	12	R\$ 125,71	R\$ 1.508,52
4.64	Caixa de passagem em concreto, com dimensões internas de 30x30x40mm, c/ tampa	PÇ	30	R\$ 57,99	R\$ 1.739,70
4.65	Caixa para entrada de energia em BT, Concreto armado, dimensões 65x45x70cm. Padrão Celesc.	PÇ	10	R\$ 129,54	R\$ 1.295,40
4.66	Caixa para entrada de energia em BT, Concreto armado, dimensões 85x65x80cm. Padrão Celesc.	PÇ	6	R\$ 1.004,83	R\$ 6.028,98





ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

4.67	Caixa do Medidor de kWh monofásica com lente e corpo confeccionado em policarbonato, resistente a irradiação ultravioleta CÓDIGO: N-321.0008 FL. 15/35 PADRONIZAÇÃO APROVAÇÃO ELABORAÇÃO VISTO APRE RES. DCL 05/07/2021 DVGT DPGT e ser antichama. A tampa deve ser confeccionada em policarbonato incolor, polida (cristal) totalmente transparente, resistente à irradiação ultravioleta (ensaio de 2000h) e apresentar o logotipo e/ou nome do fabricante, bem como identificação do lote mês/ano de fabricação. Toda a caixa deve ser fabricada e ensaiada conforme a Norma ABNT NBR 15820, apresentar grau de proteção mínimo IP-43 conforme a Norma ABNT NBR IEC 60529. Deve apresentar suporte para o disjuntor, DPS e o medidor. Na tampa da caixa deve apresentar a advertência "Cuidado Eletricidade" e o raio típico, conforme modelo da Celesc D, em conjunto com plaqueta de advertência e alerta de segurança com os dizeres "ATENÇÃO! CUIDADO RISCO DE CHOQUE ELÉTRICO! DISJUNTOR APÓS O MEDIDOR", com dimensões de 90 x 50 mm (L x A), possuir barramento de cobre para conexão do neutro com o aterramento, aterramento de DPS, conforme padrão Celesc D, mínimo barra de 5/8" (15,87 mm) x 3/16" (4,76 mm) x 105 mm (L x E x C), com 03 parafusos de cobre ou latão de M6 x 12 mm, cabeça fenda ou Philips ou ambas. Com disjuntor monofásico din de 50A e dps. (ver anexo 18)	PÇ	6	R\$ 526,57	R\$ 3.159,42
4.68	Caixa do Medidor de kWh trifásica com lente e corpo confeccionado em policarbonato, resistente a irradiação ultravioleta CÓDIGO: N-321.0008 FL. 15/35 PADRONIZAÇÃO APROVAÇÃO ELABORAÇÃO VISTO APRE RES. DCL 05/07/2021 DVGT DPGT e ser antichama. A tampa deve ser confeccionada em policarbonato incolor, polida (cristal) totalmente transparente, resistente à irradiação ultravioleta (ensaio de 2000h) e apresentar o logotipo e/ou nome do fabricante, bem como identificação do lote mês/ano de fabricação. Toda a caixa deve ser fabricada e ensaiada conforme a Norma ABNT NBR 15820, apresentar grau de proteção mínimo IP-43 conforme a Norma ABNT NBR IEC 60529. Deve apresentar suporte para o disjuntor, DPS e o medidor. Na tampa da caixa deve apresentar a advertência "Cuidado Eletricidade" e o raio típico, conforme modelo da Celesc D, em conjunto com plaqueta de advertência e alerta de segurança com os dizeres "ATENÇÃO! CUIDADO RISCO DE CHOQUE ELÉTRICO! DISJUNTOR APÓS O MEDIDOR", com dimensões de 90 x 50 mm (L x A), possuir barramento de cobre para conexão do neutro com o aterramento, aterramento de DPS, conforme padrão Celesc D, mínimo barra de 5/8" (15,87 mm) x 3/16" (4,76 mm) x 105 mm (L x E x C), com 03 parafusos de cobre ou latão de M6 x 12 mm, cabeça fenda ou Philips ou ambas. Com disjuntor trifásico din de 50A e dps (ver anexo 18).	PÇ	6	R\$ 592,85	R\$ 3.557,10
4.69	Caixa para ligação provisória, com Dimensão: 322 x 260 x 120 mm padrão Celesc, montada com um disjuntor trifásico din de 50A, um DR de 63A, e um disjuntor de 20A, e uma régua com 4 tomadas.	PÇ	8	R\$ 380,24	R\$ 3.041,92
4.70	Caixa para ligação provisória, com Dimensão: 322 x 260 x 120 mm padrão Celesc, montada com um disjuntor monofásico din de 50A, um DR de 63A, e um disjuntor de 20A, e uma régua com 4 tomadas.	PÇ	8	R\$ 325,19	R\$ 2.601,52
4.71	Cantoneira Auxiliar Para Braço Tipo C Para Rede Compacta	PÇ	5	R\$ 199,17	R\$ 995,85





ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

4.72	Chave magnética para comando de IP, ser e, alumínio fundido ou estampado. A vedação entre a caixa e a tampa é feita através de gaxeta de 22eoprene, moldada na caixa ou na tampa. Tipo NA, contatos em liga de prata a fim de permitir boa condutividade até com 100% de sobrecarga na partida das lâmpadas, tensão de operação de 192V a 242V, 1x50 A, com pino de acionamento do disjuntor, com base para rele fotoeletrônico, condutor neutro: cor branca; comprimento 1600 mm; seção 1,5 mm ² , condutor fase: cor preta e comprimento 1400 mm com seção de 10mm ² , condutor controle na cor vermelha com comprimento 600 mm e seção de 10 mm ² , alça (Suporte) de Fixação em Aço carbono 1010 a 1020, laminado, aço inox ou duralumínio, espessura mínima 3,0mm zincada a quente, conforme a NBR 6323, com camada de 100 µm (média) e 86 µm (ponto mínimo). Deve ser gravado, de forma legível e indelével, no mínimo: a) nome ou marcado fabricante; b) tipo ou modelo de referência; c) tensão nominal de operação; d) corrente nominal de carga; e) data de fabricação. (ver anexo 8)	PÇ	20	R\$ 426,81	R\$ 8.536,20
4.73	Curva 90° longa de aço carbono tipo pesado, galvanizado a fogo, Ø 1.1/2 de 6000mm, rosca interna BSP, NBR5598.	PÇ	6	R\$ 81,99	R\$ 491,94
4.74	Chave fusível 1 classe gancho 100 25,3 KV 6,3 KA	PÇ	6	R\$ 628,47	R\$ 3.770,82
4.75	PAR de Cinta poste circular em aço carbono SAE 1010/1020 zincados a quente de acordo com a NBR 6323, D190mm, 5000 daN, estampado na peça. (ver anexo17)	PÇ	200	R\$ 69,87	R\$ 13.974,00
4.76	PAR de Cinta poste circular em aço carbono SAE 1010/1020 zincados a quente de acordo com a NBR 6323, D200mm, 5000 daN, estampado na peça. (ver anexo17)	PÇ	300	R\$ 71,25	R\$ 21.375,00
4.77	PAR de Cinta poste circular em aço carbono SAE 1010/1020 zincados a quente de acordo com a NBR6323, D210mm, 5000 daN, estampado na peça. (ver anexo17)	PÇ	300	R\$ 67,99	R\$ 20.397,00
4.78	PAR de Cinta poste circular em aço carbono SAE 1010/1020 zincados a quente de acordo com a NBR 6323, D220mm, 5000 daN, estampado na peça. (ver anexo17)	PÇ	200	R\$ 70,07	R\$ 14.014,00
4.79	PAR de Cinta poste circular em aço carbono SAE 1010/1020 zincados a quente de acordo com a NBR 6323, D230mm, 5000 daN, estampado na peça. (ver anexo 17)	PÇ	200	R\$ 75,99	R\$ 15.198,00
4.80	PAR de Cinta poste circular em aço carbono SAE 1010/1020 zincados a quente de acordo com a NBR 6323, D240mm, 5000 daN, (ver anexo 17)	PÇ	100	R\$ 78,63	R\$ 7.863,00
4.81	PAR de Cinta poste circular em aço carbono SAE 1010/1020 zincados a quente de acordo com a NBR 6323, D270mm, 5000 daN, estampado na peça. (ver anexo17)	PÇ	100	R\$ 83,74	R\$ 8.374,00
4.82	PAR de Cinta poste circular em aço carbono SAE 1010/1020 zincados a quente de acordo com a NBR 6323, D280mm, 5000 daN, estampado na peça. (ver anexo17)	PÇ	100	R\$ 92,47	R\$ 9.247,00
4.83	PAR de Cintas quadrada, para poste DT, em aço galvanizado a fogo, lado 140mm, padrão Celesc	PÇ	50	R\$ 241,76	R\$ 12.085,00
4.84	PAR de Cintas quadrada, para poste DT, em aço galvanizado a fogo, lado 150mm, padrão Celesc	PÇ	50	R\$ 248,01	R\$ 12.400,50
4.85	PAR de Cintas quadrada, para poste DT, em aço galvanizado a fogo, lado 170mm, padrão Celesc	PÇ	50	R\$ 262,90	R\$ 13.145,00
4.86	PAR de Cintas quadrada, para poste DT, em aço galvanizado a fogo, lado 190mm, padrão Celesc	PÇ	50	R\$ 270,53	R\$ 13.526,50
4.87	Condutete de alumínio, tipo universal (C,T,E), diâmetro 1 1/2"	PÇ	12	R\$ 76,63	R\$ 919,56
4.88	Condutete de alumínio, tipo universal (C,T,E), diâmetro 1 1/4"	PÇ	12	R\$ 51,09	R\$ 613,08





ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

4.89	Condutete de alumínio, tipo universal (C,T,E), diâmetro 1"	PÇ	20	R\$ 25,87	R\$ 517,40
4.90	Condutete de alumínio, tipo universal (C,T,E), diâmetro 3/4"	PÇ	20	R\$ 17,79	R\$ 355,80
4.91	Conector cunha de BT, tipo A, Homologado pela DVEN CELESC.	pç	20	R\$ 11,03	R\$ 220,60
4.92	Conector cunha de BT, tipo B, Homologado pela DVEN CELESC.	pç	20	R\$ 11,38	R\$ 227,60
4.93	Conector cunha de BT, tipo I (cinza), Homologado pela DVEN CELESC.	pç	40	R\$ 12,92	R\$ 516,80
4.94	Conector cunha de BT, tipo II (verde), Homologado pela DVEN CELESC.	pç	370	R\$ 9,13	R\$ 3.378,10
4.95	Conector cunha de BT, tipo III (vermelho), Homologado pela DVEN CELESC.	pç	260	R\$ 3,91	R\$ 1.016,60
4.96	Conector cunha de BT, tipo IV (azul), Homologado pela DVEN CELESC.	pç	10	R\$ 4,14	R\$ 41,40
4.97	Conector cunha de BT, tipo V (amarelo), Homologado pela DVEN CELESC.	pç	10	R\$ 6,78	R\$ 67,80
4.98	Conector cunha de BT, tipo VI (azul/branco), Homologado pela DVEN CELESC.	pç	10	R\$ 10,87	R\$ 108,70
4.99	Conector cunha de BT, tipo VII (vermelho/branco), Homologado pela DVEN CELESC.	pç	10	R\$ 12,57	R\$ 125,70
4.10 0	Conector cunha em alumínio para conexão de cabo 336,4MCM a 1/0AWG (azul), Homologado pela DVEN CELESC.	pç	4	R\$ 16,81	R\$ 67,23
4.10 1	Conector cunha para conexão de haste de aterramento 5/8" e cabo de cobre 25 a 35mm²	pç	51	R\$ 20,23	R\$ 1.031,73
4.10 2	Conector cunha tipo múltiplo	pç	500	R\$ 12,54	R\$ 6.270,00
4.10 3	Conector de derivação perfurante 10 - 95 x 1,5 - 10mm², Homologado pela DVEN CELESC.	pç	380	R\$ 13,47	R\$ 5.118,60
4.10 4	Conector de derivação perfurante 35 - 70 x 35 - 70mm², Homologado pela DVEN CELESC.	pç	30	R\$ 36,61	R\$ 1.098,30
4.10 5	Conjunto de microgeração em Poste solar e eólico completo para iluminação com 8mts, Luminária (W) 60, Fixação com parafusos/chumbadores no piso, Altura do poste vertical com 5,8 mts, 02 pçs de Pannel solar 140 W, 01 pç de Gerador Eólico 300W AC, 01 pç Luminária Led 60 W / 24V, 02 pçs Bateria Estacionaria 12 V / 120 Ah eletrolítica selada de ciclo profundo, com compartimento externo ip67, Controlador sistema solar e eólico, uma saída 300W AC, e uma saída 500W CC , acionamento automática na ausência de luminosidade, programável pelo controlador., Autonomia de 3 dias com 11h/dia. Poste com Corpo em aço com tratamento anticorrosivo e pintura eletrostática	pç	1	R\$ 16.059,67	R\$ 16.059,67
4.10 6	Conjunto de microgeração Solar, com geração de 3500 Watts, projetado em plataforma de sustentação galvanizada, contemplando todos os itens para o perfeito funcionamento e saída de carga designada.	pç	1	R\$ 14.953,45	R\$ 14.953,45
4.10 7	Conector paralelo Cu/AL 2AWG, com 1(UM) parafuso em liga e alumínio extrudado e acessórios em aço galvanizado a fogo, conexão por aperto, alta condutividade e resistência a corrosão, norma ABNTNBR-11788	PÇ	120	R\$ 7,74	R\$ 928,80
4.10 8	Contator tripolar, 25A, 220Vca, 50/60Hz, categoria AC3, fixação em trilho DIN 35mm	PÇ	4	R\$ 1.515,28	R\$ 6.061,12
4.10 9	Contator tripolar, 32A, 220Vca, 50/60Hz, categoria AC3, fixação em trilho DIN 35mm	PÇ	4	R\$ 308,17	R\$ 1.232,68





ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE GAROPABA

4.11 0	Controlador individual para telemonitoramento de unidade de iluminação pública, capaz de permitir apagar e acender a lâmpada, reduzir o fluxo luminoso de luminárias Led (dimerização), coletar e enviar a um estação controladora os dados de grandezas elétricas da luminária (tensão, corrente, fator de potência, potência e energia consumida) através de sinais de rádio frequência, atuando por meio de protocolo de comunicação digital DALI e/ou analógica 1-10V; 220-240 V (+/-10 %); 60 Hz; todas as frequências de operação deverão ser certificadas e liberadas pela ANATEL.	pç	1650	R\$ 989,97	R\$ 1.633.450,50
4.11 1	Controlador de grupo de luminárias, com capacidade de comunicação via rádio frequência com no mínimo 250 controladores individuais de luminárias e transferência de dados para o servidor do sistema de central de monitoramento por modem GSM/GPRS e permitir conexão por fibra ótica ou porta Ethernet; todas as frequências de operação deverão ser certificadas e liberadas pela ANATEL; instalado em caixa para uso ao tempo, com grau de proteção contra penetração de sólidos e líquidos IP 66.	pç	4	R\$ 9.913,56	R\$ 39.654,24
4.11 2	Conjunto Grampo Suspensão Para Cabo Multiplexado BT	PÇ	20	R\$ 80,49	R\$ 1.609,80
4.11 3	Cruzeta de concreto, dimensões 90x112,5x2400mm, padrão Celesc	PÇ	10	R\$ 342,82	R\$ 3.428,20
4.11 4	Cruzeta de metalica, dimensões 90x112,5x2400mm, padrão Celesc	PÇ	10	R\$ 494,40	R\$ 4.944,00
4.11 5	Cruzeta de madeira, dimensões 90x112,5x2400mm, padrão Celesc	PÇ	10	R\$ 474,11	R\$ 4.741,10
4.11 6	Curva 90°, de aço galvanizado a fogo, diâmetro 1 1/2", para eletroduto, com uma luva	PÇ	20	R\$ 34,74	R\$ 694,80
4.11 7	Curva 90°, de aço galvanizado a fogo, diâmetro 1 1/4", para eletroduto, com uma luva	PÇ	20	R\$ 20,57	R\$ 411,40
4.11 8	Curva 90°, de aço galvanizado a fogo, diâmetro 1", para eletroduto, com uma luva	PÇ	30	R\$ 13,28	R\$ 398,40
4.11 9	Curva 90°, de aço galvanizado a fogo, diâmetro 3/4", para eletroduto, com uma luva	PÇ	30	R\$ 31,48	R\$ 944,40
4.12 0	Curva de PVC rígido, 180°, diâmetro 1 1/4", cor preta, com uma luva	PÇ	20	R\$ 17,36	R\$ 347,20
4.12 1	Curva de PVC rígido, 180°, diâmetro 1 1/2", cor preta, com uma luva	PÇ	20	R\$ 19,61	R\$ 392,20
4.12 2	Curva de PVC rígido, 180°, diâmetro 1", cor preta, com uma luva	PÇ	20	R\$ 9,56	R\$ 191,20
4.12 3	Disjuntor diferencial residual (DR), tipo AC, corrente nominal residual 30mA, corrente nominal de 63A, tetrapolar (fase + fase + fase + neutro), capacidade de interrupção 4,5kA, em 380/220Vca, norma IEC 61009	PÇ	10	R\$ 190,97	R\$ 1.909,70
4.12 4	Curva de PVC rígido, 180°, diâmetro 3/4", cor preta, com uma luva	PÇ	20	R\$ 5,26	R\$ 105,20
4.12 5	Curva de PVC rígido, 90°, diâmetro 1 1/2", cor preta, com uma luva	PÇ	30	R\$ 5,86	R\$ 175,80
4.12 6	Curva de PVC rígido, 90°, diâmetro 1 1/4", cor preta, com uma luva	PÇ	30	R\$ 6,84	R\$ 205,20
4.12 7	Curva de PVC rígido, 90°, diâmetro 1", cor preta, com uma luva	PÇ	30	R\$ 4,97	R\$ 149,10
4.12 8	Curva de PVC rígido, 90°, diâmetro 3/4", cor preta, com uma luva	PÇ	30	R\$ 3,36	R\$ 100,80
4.12 9	Disjuntor bipolar, 50A, 6 kA em 220Vca, padrão IEC	PÇ	10	R\$ 52,45	R\$ 524,50
4.13 0	Disjuntor bipolar, 25A, 6 kA em 220Vca, padrão IEC	PÇ	10	R\$ 48,40	R\$ 484,00
4.13 1	Disjuntor diferencial residual (DR), tipo AC, corrente nominal residual 30mA, corrente nominal de 16A, monopolar (fase + neutro), capacidade de interrupção 4,5kA, em 380/220Vca, norma IEC 61009	PÇ	10	R\$ 141,03	R\$ 1.410,30





ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

4.13 2	Disjuntor diferencial residual (DR), tipo AC, corrente nominal residual 30mA, corrente nominal de 40A, monopolar (fase + neutro), capacidade de interrupção 4,5kA, em 380/220Vca, norma IEC 61009	PÇ	10	R\$ 160,74	R\$ 1.607,40
4.13 3	Disjuntor diferencial residual (DR), tipo AC, corrente nominal residual 30mA, corrente nominal de 63A, monopolar (fase + neutro), capacidade de interrupção 4,5kA, em 380/220Vca, norma IEC 61009	PÇ	15	R\$ 170,67	R\$ 2.560,05
4.13 4	Disjuntor monopolar, 63A, 6 kA em 220Vca, padrão IEC	PÇ	25	R\$ 13,84	R\$ 346,00
4.13 5	Disjuntor monopolar, 32A, 6 kA em 220Vca, padrão IEC	PÇ	25	R\$ 11,40	R\$ 285,00
4.13 6	Disjuntor monopolar, 50A, 6 kA em 220Vca, padrão IEC	PÇ	10	R\$ 13,05	R\$ 130,50
4.13 7	Disjuntor tripolar, 63A, 6 kA em 380Vca, padrão IEC	PÇ	10	R\$ 72,35	R\$ 723,50
4.13 8	Disjuntor tripolar, 32A, 6 kA em 380Vca, padrão IEC	PÇ	15	R\$ 55,17	R\$ 827,55
4.13 9	Disjuntor tripolar, em caixa moldada, 100A, 13 kA em 380 Vca	PÇ	5	R\$ 486,86	R\$ 2.434,30
4.14 0	Disjuntor tripolar, em caixa moldada, 125A, 13 kA em 380 Vca	PÇ	5	R\$ 528,60	R\$ 2.643,00
4.14 1	Eletroduto corrugado, em PEAD, diâmetro de 1 1/2"	M	500	R\$ 4,36	R\$ 2.180,00
4.14 2	Eletroduto corrugado, em PEAD, diâmetro de 1 1/4"	M	500	R\$ 4,13	R\$ 2.065,00
4.14 3	Eletroduto corrugado, em PEAD, diâmetro de 2"	M	300	R\$ 5,77	R\$ 1.731,00
4.14 4	Eletroduto corrugado, flexível, em PVC, diâmetro 1"	M	500	R\$ 2,83	R\$ 1.415,00
4.14 5	Eletroduto corrugado, flexível, em PVC, diâmetro 3/4"	M	500	R\$ 0,98	R\$ 490,00
4.14 6	Eletroduto de PVC rígido, diâmetro 1 1/2", 3 metros, cor preta, com uma luva	PÇ	20	R\$ 41,81	R\$ 836,20
4.14 7	Eletroduto de PVC rígido, diâmetro 1 1/4", 3 metros, cor preta, com uma luva	PÇ	20	R\$ 38,18	R\$ 763,60
4.14 8	Eletroduto de PVC rígido, diâmetro 1", 3 metros, cor preta, com uma luva	PÇ	20	R\$ 22,26	R\$ 445,20
4.14 9	Eletroduto de PVC rígido, diâmetro 3/4", 3 metros, cor preta, com uma luva	PÇ	20	R\$ 12,73	R\$ 254,60
4.15 0	Elo fusível de distribuição, 2H, comprimento de 500mm, Homologado pela DVEN CELESC.	PÇ	6	R\$ 9,58	R\$ 57,48
4.15 1	Elo fusível de distribuição, 3H, comprimento de 500mm, Homologado pela DVEN CELESC.	PÇ	6	R\$ 14,20	R\$ 85,20
4.15 2	Elo fusível de distribuição, 6K, comprimento de 500mm, Homologado pela DVEN CELESC.	PÇ	6	R\$ 10,12	R\$ 60,72
4.15 3	Fecho dentado para fita de aço inóx 3/8"x0,6mm	PÇ	20	R\$ 3,44	R\$ 68,80
4.15 4	Espaçador losangular para rede compacta 15kV com anel de amarração	PÇ	5	R\$ 41,37	R\$ 206,85
4.15 5	Espaçador vertical para rede compacta 15kV com anel de amarração	PÇ	5	R\$ 98,92	R\$ 494,60
4.15 6	Fio de alumínio nú, 4AWG, para amarração, padrão Celesc	KG	5	R\$ 76,58	R\$ 382,90
4.15 7	Fita de aço inóx, dimensões 3/8"x0,6mm, rolo com 30 metros	PÇ	3	R\$ 450,05	R\$ 1.350,15
4.15 8	Fita isolante autofusão 19mm x 0,76mm x 10m temp. 90°C	PÇ	40	R\$ 23,83	R\$ 953,20
4.15 9	Fita isolante vinílica 19mm x 0,18m x 20m antichama, rigidez dielétrica 1250V/mm, temperatura 80°C	PÇ	40	R\$ 10,01	R\$ 400,40
4.16 0	Gancho olhal, 5000daN, em aço galvanizado a fogo, padrão Celesc	PÇ	12	R\$ 25,35	R\$ 304,20





ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

4.16 1	Grampo de suspensão em alumínio para cabo 50mm ² - 1/0AWG, 1000dan, Homologado pela DVEN CELESC.	PÇ	5	R\$ 81,00	R\$ 405,00
4.16 2	Haste de aterramento, em aço cobreado, dimensões 5/8"x2400mm, camada cobre 0,254mm, Homologado pela DVEN CELESC.	PÇ	50	R\$ 152,51	R\$ 7.625,50
4.16 3	Isolador pilar, de porcelana vitrificada, 23,1 kV, Padrão Celesc	PÇ	12	R\$ 193,72	R\$ 2.324,64
4.16 4	Isolador polimérico ancoragem, para 25 kV, Homologado pela DVEN CELESC.	PÇ	12	R\$ 43,97	R\$ 527,64
4.16 5	Isolador roldana, dimensões ø76x79mm, 1,3kV, Homologado pela DVEN CELESC.	PÇ	12	R\$ 16,01	R\$ 192,12
4.16 6	Lâmpada de multivapores metálicos 250W, bulbo tubular, base E-40; 1 ano de garantia.	PÇ	120	R\$ 47,58	R\$ 5.709,60
4.16 7	Lâmpada de multivapores metálicos 400W, bulbo tubular, base E-40; 1 ano de garantia.	PÇ	60	R\$ 52,81	R\$ 3.168,60
4.16 8	Lâmpada de multivapores metálicos 70W, bulbo tubular, base E-27; 1 ano de garantia.	PÇ	50	R\$ 38,73	R\$ 1.936,50
4.16 9	Lâmpada de multivapores metálicos 150W, bulbo tubular, base E-40; 1 ano de garantia.	PÇ	150	R\$ 47,36	R\$ 7.104,00
4.17 0	Luminária estampada fechada com soquete em porcelanavitrificada com mola de reforço e contato interno em prata tipo E- 27 para lâmpadas de 70w, ALM - 01P, conjunta de vedação do corpo ótico com grau de proteção IP65, difusor em policarbonato reforçado com grau de proteção contra impacto IK 08 ou IK10 conforme NBR-62262 de 01/2015, proteção contra raios UV, com fecho e dobradiça em aço inoxidável, com encaixe para braço de 25mm a 32mm de diâmetro externo.	PÇ	50	R\$ 197,68	R\$ 9.884,00
4.17 1	Luminária estampada fechada soquete em porcelana vitrificada com mola de reforço e contato interno em prata tipo E-40 para lâmpadas de 150 a 400w, com juntade vedação do corpo ótico com grau de proteção IP65, difusor em policarbonato reforçado com grau de proteção contra impacto IK 08 ou IK10 conforme NBR-62262 de 01/2015, proteção contra raios UV, com fecho e dobradiça em aço inoxidável, com encaixe para braço de 32mm a 50mm de diâmetro externo.	PÇ	50	R\$ 205,72	R\$ 10.286,00
4.17 2	Luminária decorativa ornamental de LED para iluminação de espaços públicos, em alumínio, grau de proteção estanqueidade IP66 ou maior, Resistência a choque IK 08 ou maior, fixação em topo de poste de 60,3mm, temperatura de operação entre - 30°C a 50°C, IRC igual ou maior que 70, 220V, 60Hz, proteção contra surtos, Potência máxima de 110W, fluxo luminoso mínimo de 12500lm, temperatura de cor 4000K. Assimétrica. Altura máxima 600mm e 700mm diâmetro. Peso máximo de 15kg. Cor a ser definido pela prefeitura. Certificado no Inmetro.	PÇ	120	R\$ 3.772,51	R\$ 452.701,20
4.17 3	Luminária LED potencia maxima 72W. Temperatura de cor 4000K. As luminárias terão que possuir na parte superior uma tomada padrão ANSI C 136.41 (Dimming Receptales) de 7 (sete) contatos para acoplamento do módulo destinado ao sistema de TELE monitoramento ou fotocélula; Tensão de entrada com reconhecimento automático entre 220/240 volts; Distorção harmônica total (THD): ≤ 10%; Frequência de 50/60Hz; Fator de potência > 0,95; Grau de proteção IP- 66; Vida útil igual ou superior a 70.000 (cinquenta mil) horas para o conjunto; Fluxo Luminoso da luminária deverá ser igual ou superior a 11000 lumens; Driver dimerizável, com regulagem de 0 a 10V; Deverá ter proteção para suportar impulsos de tensão de pico de 10KV±10%; Deverá possuir resistência mecânica ao impacto IK 08; Temperatura de operação de - 10°C a 40°C; Sistema de encaixe adaptável a braços existentes com diâmetros de 48,2 a 60,3 mm; Não poderá	pç	150	R\$ 1.162,71	R\$ 174.406,50





ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

	ser utilizado acessórios para encaixes da luminária; IRC igual ou superior a 70; Garantia Mínima de 5 (cinco) anos; Certificado no Inmetro. Selo Procel.				
4.17 4	Luminária LED potencia máxima 83W. Temperatura de cor 4000K. As luminárias terão que possuir na parte superior uma tomada padrão ANSI C 136.41 (Dimming Receptales) de 7 (sete) contatos para acoplamento do módulo destinado ao sistema de TELE monitoramento ou fotocélula; Tensão de entrada com reconhecimento automático entre 220/240 volts; Distorção harmônica total (THD): $\leq 10\%$; Frequência de 50/60Hz; Fator de potência $> 0,95$; Grau de proteção IP- 66; Vida útil igual ou superior a 70.000 (cinquenta mil) horas para o conjunto; Fluxo Luminoso da luminária deverá ser igual ou superior a 12850 lumens; Driver dimerizável, com regulagem de 0 a 10V; Deverá ter proteção para suportar impulsos de tensão de pico de $10KV \pm 10\%$; Deverá possuir resistência mecânica ao impacto IK 08; Temperatura de operação de $-10^{\circ}C$ a $40^{\circ}C$; Sistema de encaixe adaptável a braços existentes com diâmetros de 48,2 a 60,3 mm; Não poderá ser utilizado acessórios para encaixes da luminária; IRC igual ou superior a 70; Garantia Mínima de 5 (cinco) anos; Certificado no Inmetro. Selo Procel.	pc	150	R\$ 1.389,92	R\$ 208.488,00
4.17 5	Luminária LED potencia máxima 94W. Temperatura de cor 4000K. As luminárias terão que possuir na parte superior uma tomada padrão ANSI C 136.41 (Dimming Receptales) de 7 (sete) contatos para acoplamento do módulo destinado ao sistema de TELE monitoramento ou fotocélula; Tensão de entrada com reconhecimento automático entre 220/240 volts; Distorção harmônica total (THD): $\leq 10\%$; Frequência de 50/60Hz; Fator de potência $> 0,95$; Grau de proteção IP- 66; Vida útil igual ou superior a 70.000 (cinquenta mil) horas para o conjunto; Fluxo Luminoso da luminária deverá ser igual ou superior a 15000 lumens; Driver dimerizável, com regulagem de 0 a 10V; Deverá ter proteção para suportar impulsos de tensão de pico de $10KV \pm 10\%$; Deverá possuir resistência mecânica ao impacto IK 08; Temperatura de operação de $-10^{\circ}C$ a $40^{\circ}C$; Sistema de encaixe adaptável a braços existentes com diâmetros de 48,2 a 60,3 mm; Não poderá ser utilizado acessórios para encaixes da luminária; IRC igual ou superior a 70; Garantia Mínima de 5 (cinco) anos; Certificado no Inmetro. Selo Procel.	pc	150	R\$ 1.561,71	R\$ 234.256,50





ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

4.17 6	Luminária LED potencia maxima 110W. Temperatura de cor 4000K. As luminárias terão que possuir na parte superior uma tomada padrão ANSI C 136.41 (Dimming Receptales) de 7 (sete) contatos para acoplamento do módulo destinado ao sistema de TELE monitoramento ou fotocélula; Tensão de entrada com reconhecimento automático entre 220/240 volts; Distorção harmônica total (THD): $\leq 10\%$; Frequência de 50/60Hz; Fator de potência $> 0,95$; Grau de proteção IP- 66; Vida útil igual ou superior a 70.000 (cinquenta mil) horas para o conjunto; Fluxo Luminoso da luminária deverá ser igual ou superior a 16600 lumens; Driver dimerizável, com regulagem de 0 a 10V; Deverá ter proteção para suportar impulsos de tensão de pico de $10KV \pm 10\%$; Deverá possuir resistência mecânica ao impacto IK 08; Temperatura de operação de $-10^{\circ}C$ a $40^{\circ}C$; Sistema de encaixe adaptável a braços existentes com diâmetros de 48,2 a 60,3 mm; Não poderá ser utilizado acessórios para encaixes da luminária; IRC igual ou superior a 70; Garantia Mínima de 5 (cinco) anos; Certificado no Inmetro. Selo Procel.	pc	120	R\$ 1.606,16	R\$ 192.739,20
4.17 7	Luminária LED potencia maxima 125W. Temperatura de cor 4000K. As luminárias terão que possuir na parte superior uma tomada padrão ANSI C 136.41 (Dimming Receptales) de 7 (sete) contatos para acoplamento do módulo destinado ao sistema de TELE monitoramento ou fotocélula; Tensão de entrada com reconhecimento automático entre 220/240 volts; Distorção harmônica total (THD): $\leq 10\%$; Frequência de 50/60Hz; Fator de potência $> 0,95$; Grau de proteção IP- 66; Vida útil igual ou superior a 70.000 (cinquenta mil) horas para o conjunto; Fluxo Luminoso da luminária deverá ser igual ou superior a 19500 lumens; Driver dimerizável, com regulagem de 0 a 10V; Deverá ter proteção para suportar impulsos de tensão de pico de $10KV \pm 10\%$; Deverá possuir resistência mecânica ao impacto IK 08; Temperatura de operação de $-10^{\circ}C$ a $40^{\circ}C$; Sistema de encaixe adaptável a braços existentes com diâmetros de 48,2 a 60,3 mm; Não poderá ser utilizado acessórios para encaixes da luminária; IRC igual ou superior a 70; Garantia Mínima de 5 (cinco) anos; Certificado no Inmetro. Selo Procel.	pc	100	R\$ 1.932,75	R\$ 193.275,00
4.17 8	Luminária LED potencia maxima 150W. Temperatura de cor 4000K. As luminárias terão que possuir na parte superior uma tomada padrão ANSI C 136.41 (Dimming Receptales) de 7 (sete) contatos para acoplamento do módulo destinado ao sistema de TELE monitoramento ou fotocélula; Tensão de entrada com reconhecimento automático entre 220/240 volts; Distorção harmônica total (THD): $\leq 10\%$; Frequência de 50/60Hz; Fator de potência $> 0,95$; Grau de proteção IP- 66; Vida útil igual ou superior a 70.000 (cinquenta mil) horas para o conjunto; Fluxo Luminoso da luminária deverá ser igual ou superior a 22500 lumens; Driver dimerizável, com regulagem de 0 a 10V; Deverá ter proteção para suportar impulsos de tensão de pico de $10KV \pm 10\%$; Deverá possuir resistência mecânica ao impacto IK 08; Temperatura de operação de $-10^{\circ}C$ a $40^{\circ}C$; Sistema de encaixe adaptável a braços existentes com diâmetros de 48,2 a 60,3 mm; Não poderá ser utilizado acessórios para encaixes da luminária; IRC igual ou superior a 70; Garantia Mínima de 5 (cinco) anos; Certificado no Inmetro. Selo Procel.	pc	80	R\$ 2.062,62	R\$ 165.009,60





ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

4.179	Luminária LED potencia maxima 170W. Temperatura de cor 4000K. As luminárias terão que possuir na parte superior uma tomada padrão ANSI C 136.41 (Dimming Receptales) de 7 (sete) contatos para acoplamento do módulo destinado ao sistema de TELE monitoramento ou fotocélula; Tensão de entrada com reconhecimento automático entre 220/240 volts; Distorção harmônica total (THD): $\leq 10\%$; Frequência de 50/60Hz; Fator de potência $> 0,95$; Grau de proteção IP- 66; Vida útil igual ou superior a 70.000 (cinquenta mil) horas para o conjunto; Fluxo Luminoso da luminária deverá ser igual ou superior a 24000 lumens; Driver dimerizável, com regulação de 0 a 10V; Deverá ter proteção para suportar impulsos de tensão de pico de $10KV \pm 10\%$; Deverá possuir resistência mecânica ao impacto IK 08; Temperatura de operação de $-10^{\circ}C$ a $40^{\circ}C$; Sistema de encaixe adaptável a braços existentes com diâmetros de 48,2 a 60,3 mm; Não poderá ser utilizado acessórios para encaixes da luminária; IRC igual ou superior a 70; Garantia Mínima de 5 (cinco) anos; Certificado no Inmetro. Selo Procel.	pç	50	R\$ 2.221,79	R\$ 111.089,50
4.180	Luminária solar (fotovoltaica) de fabricação nacional, iluminação super led de potência 80w de alto brilho, temperatura da cor de 5000K, fluxo luminoso mínimo declarado de 13600lm, painel solar em policristalino, bateria de lítio com vida útil mínima de 1500 ciclos, corpo em alumínio. Deverá possuir e módulos de iluminação programável possibilitando programar a diminuição do fluxo por meio de sensor de fotopresença, autonomia mínima de 6 hora4, temperatura de operação de $-20^{\circ}C$ a $60^{\circ}C$ com suporte de encaixe para fixação forjado em aço galvanizado a fogo e parafusos inox para aplicação em postes retos e/ou braços de iluminação pública com diâmetro de 40 a 60mm ou em parede por meio de abraçadeiras e parafusos inox inclusos.	PÇ	50	R\$ 6.525,12	R\$ 326.256,00
4.181	Projeto Modular LED maximo 90W LED, minimo 12900 lumens, 5000K, IP66, ou equivalente técnico.	pç	30	R\$ 1.835,46	R\$ 55.063,80
4.182	Projeto Modular LED maximo 240W LED, minimo 30000 lumens, 5000K, IP66, ou equivalente técnico.	pç	20	R\$ 2.955,67	R\$ 59.113,40
4.183	Projeto Modular LED maximo 375W LED, minimo 50000 lumens, 5000K, IP66, ou equivalente técnico.	pç	10	R\$ 4.343,86	R\$ 43.438,60
4.184	Projeto Circular de embutir no solo 50W RGB DMX IP66, ou equivalente técnico.	pç	5	R\$ 5.403,16	R\$ 27.015,80
4.185	Projeto Linear de Sobrepor 18W RGBW DMX IP66, ou equivalente técnico.	pç	10	R\$ 2.822,97	R\$ 28.229,70
4.186	Projeto Linear de Sobrepor 60W RGBW DMX IP66, ou equivalente técnico.	pç	5	R\$ 6.142,66	R\$ 30.713,30
4.187	Refletor holofote LED RGBW SMD SLIM 50 w bivolt ip66 uso externo/interno, com memória e controle remoto, com 16 tonalidades de cores inclusive a opção de luz branca fria, abertura de ângulo de 120 graus, vida útil de 25.000 h	PÇ	40	R\$ 331,58	R\$ 13.263,20
4.188	Refletor holofote LED RGBW SMD SLIM 100 w bivolt ip66 uso externo/interno, com memória e controle remoto, com 16 tonalidades de cores inclusive a opção de luz branca fria, abertura de ângulo de 120 graus, vida útil de 25.000 h	PÇ	30	R\$ 523,20	R\$ 15.696,00
4.189	Projeto iluminação de destaque, de embutir, para lâmpada até 18W LED, o corpo em alumínio injetado aloja os acessórios elétricos e o bloco ótico, IP66. Ou equivalente técnico.	PÇ	10	R\$ 541,75	R\$ 5.417,50
4.190	Luva de PVC rígido, roscável, diâmetro 1 1/2", cor preta	PÇ	20	R\$ 3,64	R\$ 72,80
4.191	Luva de PVC rígido, roscável, diâmetro 1 1/4", cor preta	PÇ	20	R\$ 3,16	R\$ 63,20
4.19	Luva de PVC rígido, roscável, diâmetro 1", cor preta	PÇ	20	R\$ 1,99	R\$ 39,80





ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

2					
4.19 3	Luva de PVC rígido, roscável, diâmetro 3/4", cor preta	PÇ	20	R\$ 1,40	R\$ 28,00
4.19 4	Mesa Controle DMX512 - 192 canais	pç	2	R\$ 686,01	R\$ 1.372,02
4.19 5	Módulo de Tomada Aquatic 2P+T, 10A	pç	8	R\$ 155,08	R\$ 1.240,64
4.19 6	Nobreak UPS Mini 500VA	pç	2	R\$ 920,73	R\$ 1.841,46
4.19 7	Manilha sapatilha em aço galvanizado à fogo 5000 dan - padrão Celesc	PÇ	12	R\$ 25,16	R\$ 301,92
4.19 8	Mão francesa perfilada 726mm - padrão Celesc	PÇ	10	R\$ 73,68	R\$ 736,80
4.19 9	Olhal para parafuso, em aço galvanizado a fogo, 5000 daN - padrão Celesc	PÇ	40	R\$ 25,10	R\$ 1.004,00
4.20 0	Parafuso cabeça abaulada M16-70mm galvanizado a quente. (ver anexo 11)	PÇ	200	R\$ 7,62	R\$ 1.524,00
4.20 1	Parafuso cabeça abaulada M16-45mm galvanizado a quente. (ver anexo 11)	PÇ	200	R\$ 6,70	R\$ 1.340,00
4.20 2	Parafuso cabeça quadrada M16-150mm galvanizado a quente. (ver anexo 10)	PÇ	200	R\$ 12,50	R\$ 2.500,00
4.20 3	Parafuso cabeça quadrada M16-200mm galvanizado a quente. (ver anexo 10)	PÇ	200	R\$ 13,63	R\$ 2.726,00
4.20 4	Parafuso cabeça quadrada M16-250mm galvanizado a quente. (ver anexo 10)	PÇ	250	R\$ 16,71	R\$ 4.177,50
4.20 5	Parafuso cabeça quadrada M16-300mm galvanizado a quente. (ver anexo 9)	PÇ	100	R\$ 18,57	R\$ 1.857,00
4.20 6	Parafuso cabeça quadrada M16-350mm galvanizado a quente. (ver anexo 10)	PÇ	50	R\$ 22,79	R\$ 1.139,50
4.20 7	Parafuso cabeça quadrada M16-400mm galvanizado a quente. (ver anexo 10)	PÇ	50	R\$ 24,61	R\$ 1.230,50
4.20 8	Parafuso Máquina M12x200MM c/ Porca 12MM galvanizados a fogo	PÇ	200	R\$ 9,88	R\$ 1.976,00
4.20 9	Pára-raio de distribuição, tipo válvula, 12kV - 10kA, padrão Celesc	PÇ	12	R\$ 302,03	R\$ 3.624,36
4.21 0	Pino para isolador pilar, 15 kV, padrão Celesc	PÇ	12	R\$ 40,73	R\$ 488,76
4.21 1	Placa em alumínio ou PVC, dimensão mínima de 15x5x0,1cm, dotada de letras ou números grifados em relevo, com furos laterais para passagem da fita de aço de fixação	PÇ	1008	R\$ 11,15	R\$ 11.239,20
4.21 2	Placa Solar Modulo fotovoltaico 12V 550Watts	pç	10	R\$ 1.377,30	R\$ 13.773,00
4.21 3	Porca quadrada 24x24mm, rosca M16x2 ABNT NBR ISSO 965-2, em aço carbono MR250 laminado outrefilado, galvanizada a quente por imersão. (ver anexo 10)	PÇ	600	R\$ 2,80	R\$ 1.680,00
4.21 4	Poste de concreto, seção circular, 10 metros/1000daN, padrão Celesc	PÇ	2	R\$ 8.538,85	R\$ 17.077,70
4.21 5	Poste de concreto, seção circular, 10 metros/300daN, padrão Celesc	PÇ	20	R\$ 3.534,49	R\$ 70.689,80
4.21 6	Poste de concreto, seção circular, 10 metros/600daN, padrão Celesc	PÇ	10	R\$ 4.770,69	R\$ 47.706,90
4.21 7	Poste de concreto, seção circular, 11 metros/600daN, padrão Celesc	PÇ	6	R\$ 5.906,34	R\$ 35.438,04
4.21 8	Poste de concreto, seção circular, 12 metros/300daN, padrão Celesc	PÇ	4	R\$ 4.761,52	R\$ 19.046,08
4.21 9	Poste de concreto, seção circular, 15 metros/300daN, padrão Celesc	PÇ	2	R\$ 4.987,36	R\$ 9.974,72
4.22 0	Poste de concreto, seção duplo T, 10 metros/150daN, padrão Celesc	PÇ	20	R\$ 1.953,25	R\$ 39.065,00





ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

4.22 1	Poste de concreto, seção duplo T, 10 metros/300daN, padrão Celesc	PÇ	15	R\$ 2.586,31	R\$ 38.794,65
4.22 2	Poste de concreto, seção duplo T, 10 metros/600daN, padrão Celesc	PÇ	12	R\$ 4.384,22	R\$ 52.610,64
4.22 3	Poste de concreto, seção duplo T, 11 metros/300daN, padrão Celesc	PÇ	10	R\$ 3.186,91	R\$ 31.869,10
4.22 4	Poste de concreto, seção duplo T, 11 metros/600daN, padrão Celesc	PÇ	10	R\$ 4.750,72	R\$ 47.507,20
4.22 5	Poste de concreto, seção duplo T, 12 metros/300daN, padrão Celesc	PÇ	6	R\$ 3.747,20	R\$ 22.483,20
4.22 6	Poste de concreto, seção duplo T, 7 metros/100daN, padrão Celesc	PÇ	5	R\$ 1.070,17	R\$ 5.350,85
4.22 7	Poste de concreto, seção duplo T, 8 metros/100daN, padrão Celesc	PÇ	5	R\$ 1.232,70	R\$ 6.163,50
4.22 8	Poste de concreto, seção circular, 9 metros/150daN, padrão Celesc	PÇ	4	R\$ 2.006,15	R\$ 8.024,60
4.22 9	Poste de concreto, seção circular, 7 metros/150daN, padrão Celesc	PÇ	4	R\$ 1.087,01	R\$ 4.348,04
4.23 0	Poste Circular Cônico PRFV (fibra) 12m 100dan (Engastado)	pç	10	R\$ 6.343,49	R\$ 63.434,90
4.23 1	Poste Circular Cônico PRFV (fibra) 5,7m 50 dan (Engastado)	pç	80	R\$ 2.116,52	R\$ 169.321,60
4.23 2	Poste Circular Cônico PRFV (fibra) 7m 100dan (Engastado)	pç	8	R\$ 2.848,11	R\$ 22.784,88
4.23 3	Poste Circular PRFV (fibra) 10M 150DAN 1 SEGM - Engastado	pç	5	R\$ 5.158,04	R\$ 25.790,20
4.23 4	Poste metálico reto, em aço galvanizado à fogo (espessura min camada de zinco 100 microns), tipo cônico contínuo, base engastada, resistente a ventos de até 100km/h, altura livre acima do solo 5 metros, diâmetro no topo 60mm, com janela de inspeção para fusível tipo D	PÇ	4	R\$ 2.075,30	R\$ 8.301,20
4.23 5	Poste ornamental, formado por coluna cônica poligonal, flangeada ou engastada, altura livre 12 m equipado com núcleo decorativo na configuração de sextante, capaz de suportar até 2 para luminárias de led, Os tirantes de sustentação e demais acessórios deverão ser de aço inoxidável. A cor deverá ser a definida pelo município.	PÇ	4	R\$ 14.435,94	R\$ 57.743,76
4.23 6	Poste ornamental, formado por coluna cônica poligonal, flangeada ou engastada, com dois braços com altura livre de 09m e 12 m equipado com núcleo para luminária decorativa meia esfera, na configuração calçada e via, capaz de suportar até 2 luminárias de led, Os demais acessórios deverão ser de aço inoxidável. A cor deverá ser a definida pelo município.	PÇ	4	R\$ 14.601,34	R\$ 58.405,36
4.23 7	Kit postinho de concreto 7/100 daN, monofásico, ramal de entrada e saída aéreo e/ou subterrâneo, com caixa de medição incorporada, conforme os desenhos padronizados na Norma N.321.001 de Julho de 2019, para disjuntor de proteção geral até 50A. O kit deve ser completo com todos os acessórios necessários, incluindo caixa do medidor, suporte Sak ou retrátil, condutores e seus terminais, disjuntor, DPS classe II, armação secundária e roldana, haste e caixa de inspeção de aterramento etc., os de condutores deverão ser de cobre isolados em EPR, XLPE e HEPR com capa protetora ST2 para 0,6/1 kV. Os fabricantes deverão ser cadastrados e ter seus postes certificados pela Celesc. Aplicação em praças e outros logradouros. (ver anexo 7)	PÇ	4	R\$ 2.034,58	R\$ 8.138,32





ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

4.23 8	Kit postinho de concreto 8/100 daN, monofásico, ramal de entrada e saída aéreo e/ou subterrâneo, com caixa de medição incorporada, conforme os desenhos padronizados na Norma N.321.001 de Julho de 2019, para disjuntor de proteção geral até 50A. O kit deve ser completo com todos os acessórios necessários, incluindo caixa do medidor, suporte Sak ou retrátil, condutores e seus terminais, disjuntor, DPS classe II, armação secundária e roldana, haste e caixa de inspeção de aterramento etc., os de condutores deverão ser de cobre isolados em EPR, XLPE e HEPR com capa protetora ST2 para 0,6/1 kV. Os fabricantes deverão ser cadastrados e ter seus postes certificados pela Celesc. Aplicação em praças e outros logradouros. (ver anexo 7)	PÇ	6	R\$ 2.472,30	R\$ 14.833,80
4.23 9	Kit postinho de concreto 7/100 daN, trifásico, ramal de entrada e saída aéreo e/ou subterrâneo, com caixa de medição incorporada, conforme os desenhos padronizados na Norma N.321.001 de Julho de 2019, para disjuntor de proteção geral até 50A. O kit deve ser completo com todos os acessórios necessários, incluindo caixa do medidor, suporte Sak ou retrátil, condutores e seus terminais, disjuntor, DPS classe II, armação secundária e roldana, haste e caixa de inspeção de aterramento etc., os de condutores deverão ser de cobre isolados em EPR, XLPE e HEPR com capa protetora ST2 para 0,6/1 kV. Os fabricantes deverão ser cadastrados e ter seus postes certificados pela Celesc. Aplicação em praças e outros logradouros. (ver anexo 7)	PÇ	4	R\$ 2.753,57	R\$ 11.014,28
4.24 0	Kit postinho de concreto 8/100 daN, trifásico, ramal de entrada e saída aéreo e/ou subterrâneo, com caixa de medição incorporada, conforme os desenhos padronizados na Norma N.321.001 de Julho de 2019, para disjuntor de proteção geral até 50A. O kit deve ser completo com todos os acessórios necessários, incluindo caixa do medidor, suporte Sak ou retrátil, condutores e seus terminais, disjuntor, DPS classe II, armação secundária e roldana, haste e caixa de inspeção de aterramento etc., os de condutores deverão ser de cobre isolados em EPR, XLPE e HEPR com capa protetora ST2 para 0,6/1 kV. Os fabricantes deverão ser cadastrados e ter seus postes certificados pela Celesc. Aplicação em praças e outros logradouros. (ver anexo 7)	PÇ	4	R\$ 3.124,53	R\$ 12.498,12
4.24 1	Kit postinho de concreto 7/100 daN, com 3 medidores, ramal de entrada e saída aéreo e/ou subterrâneo, com caixa de medição incorporada, conforme os desenhos padronizados na Norma N.321.001 de Julho de 2019, para disjuntor de proteção geral até 50A. O kit deve ser completo com todos os acessórios necessários, incluindo caixa do medidor, suporte Sak ou retrátil, condutores e seus terminais, disjuntor, DPS classe II, armação secundária e roldana, haste e caixa de inspeção de aterramento etc., os de condutores deverão ser de cobre isolados em EPR, XLPE e HEPR com capa protetora ST2 para 0,6/1 kV. Os fabricantes deverão ser cadastrados e ter seus postes certificados pela Celesc. Aplicação em praças e outros logradouros. (ver anexo 7)	PÇ	4	R\$ 3.457,68	R\$ 13.830,72

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/04/2024 18:12 - 03:00 - 03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR <https://c.atende.net/p66218cd870698>.
POR JUNIOR DE ABREU BEITO: ***308539** EM 18/04/2024 18:12





ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE GAROPABA

4.24 2	Kit postinho de concreto 7/100 daN, com 2 medidores mono, ramal de entrada e saída aéreo e/ou subterrâneo, com caixa de medição incorporada, conforme os desenhos padronizados na Norma N.321.001 de Julho de 2019, para disjuntor de proteção geral até 50A. O kit deve ser completo com todos os acessórios necessários, incluindo caixa do medidor, suporte Sak ou retrátil, condutores e seus terminais, disjuntor, DPS classe II, armação secundária e roldana, haste e caixa de inspeção de aterramento etc., os de condutores deverão ser de cobre isolados em EPR, XLPE e HEPR com capa protetora ST2 para 0,6/1 kV. Os fabricantes deverão ser cadastrados e ter seus postes certificados pela Celesc. Aplicação em praças e outros logradouros. (ver anexo 7)	PÇ	4	R\$ 2.821,75	R\$ 11.287,00
4.24 3	Quadro de distribuição de embutir até 9 disjuntores monopólores + geral tripolar até 50A, norma DIN	PÇ	10	R\$ 95,44	R\$ 954,40
4.24 4	Quadro de distribuição, de sobrepor, de PVC, para 1 a 3 disjuntores	PÇ	10	R\$ 61,97	R\$ 619,70
4.24 5	Reator para uso externo, para lâmpada de vapor de sódio, 70W, 220V, 60Hz, com ignitor, alto fator de potência, acabamento em aço galvanizado à fogo, Padrão Celesc. Com Selo Procel e Inmetro, anexar a proposta.	pç	100	R\$ 109,74	R\$ 10.974,00
4.24 6	Reator para uso externo, para lâmpada de vapor de sódio, 150W, 220V, 60Hz, com ignitor, alto fator de potência, acabamento em aço galvanizado à fogo, Padrão Celesc. Com Selo Procel e Inmetro, anexar a proposta.	pç	100	R\$ 137,41	R\$ 13.741,00
4.24 7	Reator para uso externo, para lâmpada de vapor de sódio, 250W, 220V, 60Hz, com ignitor, alto fator de potência, acabamento em aço galvanizado à fogo, Padrão Celesc. Com Selo Procel e Inmetro, anexar a proposta.	pç	50	R\$ 152,21	R\$ 7.610,50
4.24 8	Reator interno baixa perda p/lâmpada vapor de sódio 250w, 220V, 60Hz, F.P. 0,92 com ignitor e capacitor	PÇ	20	R\$ 151,77	R\$ 3.035,40
4.24 9	Reator interno baixa perda p/lâmpada vapor de sódio 150w, 220V, 60Hz, F.P. 0,92 com ignitor e capacitor	PÇ	30	R\$ 132,49	R\$ 3.974,70
4.25 0	Reator interno baixa perda p/lâmpada vapor de sódio 70w, 220V, 60Hz, F.P. 0,92 com ignitor e capacitor	PÇ	10	R\$ 58,59	R\$ 585,90
4.25 1	Receptáculo de porcelana vitrificada reforçado com rosca E-40. As partes metálicas devem ser de latão niquelado ou material não ferroso, de preferência, em aço inox. Deve ser estampado no soquete, de forma legível, no mínimo: a) nome ou marca do fabricante; b) tipo ou modelo do soquete; c) tensão nominal; d) corrente nominal. (ver anexo 13)	PÇ	50	R\$ 13,58	R\$ 679,00
4.25 2	Receptáculo de porcelana vitrificada reforçado com rosca E-27. As partes metálicas devem ser de latão niquelado ou material não ferroso, de preferência, em aço inox. Deve ser estampado no soquete, de forma legível, no mínimo: a) nome ou marca do fabricante; b) tipo ou modelo do soquete; c) tensão nominal; d) corrente nominal. (ver anexo 13)	PÇ	60	R\$ 2,89	R\$ 173,40
4.25 3	Relé foto eletrônico, NF, tampa em policarbonato, estabilizado contra radiações UV, 1000W, tempo de retardo de 3 a 5s e durabilidade dos contatos (número de operações) mínimo de 35000, em conformidade com a NBR 5123, Padrão Celesc. Anexar a proposta ensaios conforme NBR 5123. Carta do fabricante dando garantia contra defeitos de fabricação durante 5 anos.	PÇ	1500	R\$ 25,59	R\$ 38.385,00
4.25 4	Rele Fotoeletrônico Temporizavel	pç	5	R\$ 177,54	R\$ 887,70
4.25 5	Sapatilha para cabo de aço de diâmetro até 8,5mm, padrão Celesc	PÇ	20	R\$ 4,90	R\$ 98,00





ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

4.25 6	Suporte de transformador para poste de concreto circular, 230mm, padrão Celesc	PÇ	6	R\$ 267,13	R\$ 1.602,78
4.25 7	Suporte T, para chave fusível e pára-raios, padrão Celesc	PÇ	12	R\$ 186,70	R\$ 2.240,40
4.25 8	Suporte central fabricado em aço carbono 1010/1020galvanizado a fogo por imersão de acordo com a NBR 6323 com camada de 100µm (média) e 86µm (pontominimo), espessura mínima do tubo de 3mm, encaixe para poste reto com diâmetro de 76mm, encaixe para luminária com 190±5mm de comprimento e diâmetro 63mm, tipo 1 pétala . Parafusos de aperto em aço inoxidável previamente engraxados e possuir tampão superior forjado em alumínio ou chapa galvanizada e fixada com parafusos de latão resistentes à corrosão. (ver anexo 15)	PÇ	20	R\$ 141,38	R\$ 2.827,60
4.25 9	Suporte central fabricado em aço carbono 1010/1020galvanizado a fogo por imersão de acordo com a NBR 6323 com camada de 100µm (média) e 86µm (pontominimo), espessura mínima do tubo de 3mm, encaixe para poste reto com diâmetro de 76mm, encaixe para luminária com 190±5mm de comprimento e diâmetro 63mm, tipo 2 pétalas . Parafusos de aperto em aço inoxidável previamente engraxados e possuir tampão superior forjado em alumínio ou chapa galvanizada e fixada com parafusos de latão resistentes à corrosão. (ver anexo 15)	PÇ	10	R\$ 245,46	R\$ 2.454,60
4.26 0	Suporte central fabricado em aço carbono 1010/1020galvanizado a fogo por imersão de acordo com a NBR 6323 com camada de 100µm (média) e 86µm (ponto mínimo), espessura mínima do tubo de 3mm, encaixe para poste reto com 1.233 diâmetro de 76mm, encaixe para luminária com 190±5mm de comprimento e PÇ diâmetro 63mm, tipo 3 pétalas . Parafusos de aperto em aço inoxidável previamente engraxados e possuir tampão superior forjado em alumínio ou chapa galvanizada e fixada com parafusos de latão resistentes à corrosão. (ver anexo 15)	PÇ	10	R\$ 248,17	R\$ 2.481,70
4.26 1	Suporte (par de abraçadeiras) para caixa de medição monofásica tipo lente fixada em poste, forjado em alumínio anodizado conforme processo da norma ABNTNBR12609, para a classe A18, camada de 16 a 20 micras de óxido com componentes de fixação como parafusos, arruelas e porcas zincados a quente, ou inox, ou em latão.No conjunto deverá ser estampado de forma legível e indelével, no mínimo nome ou marca do fabricante, lote e data (mês/ano) de fabricação. (Demais especificações conforme Anexo 16)	PÇ	10	R\$ 42,17	R\$ 421,70
4.26 2	Suporte (par de abraçadeiras) para caixa de medição trifásica tipo lente fixada em poste, forjado em alumínio anodizado conforme processo da norma ABNTNBR12609, para a classe A18, camada de 16 a 20 micras de óxido com componentes de fixação como parafusos, arruelas e porcas zincados a quente, ou inox, ou em latão.No conjunto deverá ser estampado de forma legível e indelével, no mínimo nome ou marca do fabricante, lote e data (mês/ano) de fabricação. (Demais especificações conforme Anexo 16)	PÇ	10	R\$ 43,46	R\$ 434,60
4.26 3	Tampa de ferro fundido nodular de 125 KN de 70cm homologada na Celesc-D	PÇ	4	R\$ 924,64	R\$ 3.698,56
4.26 4	Tampa de ferro fundido nodular de 400 KN de 70cm homologada Celesc-D	PÇ	4	R\$ 1.168,52	R\$ 4.674,08
4.26 5	Terminal de compressão tipo olhal 25,0 mm²	PÇ	100	R\$ 4,84	R\$ 484,00
4.26 6	Terminal de compressão tipo olhal 50,0 mm²	PÇ	100	R\$ 7,10	R\$ 710,00





ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GAROPABA

4.26 7	Terminal de compressão, tipo olhal, bitola 16mm ²	PÇ	100	R\$ 2,76	R\$ 276,00
4.26 8	Terminal pré-isolado em cobre, tipo olhal, 10 mm ²	PÇ	100	R\$ 2,94	R\$ 294,00
4.26 9	Terminal pré-isolado em cobre, tipo olhal, 2,5 mm ²	PÇ	100	R\$ 0,38	R\$ 38,00
4.27 0	Terminal pré-isolado em cobre, tipo olhal, 6 mm ²	PÇ	100	R\$ 0,65	R\$ 65,00
4.27 1	Terminal pré-isolado em cobre, tipo tubular, 10 mm ²	PÇ	100	R\$ 2,00	R\$ 200,00
4.27 2	Terminal pré-isolado em cobre, tipo tubular, 16mm ²	PÇ	100	R\$ 3,53	R\$ 353,00
4.27 3	Terminal pré-isolado em cobre, tipo tubular, 6 mm ²	PÇ	100	R\$ 1,05	R\$ 105,00
4.27 4	Tora de madeira, diâmetro de 200mm e comprimento de 1000mm, padrão Celesc	PÇ	20	R\$ 105,67	R\$ 2.113,40
4.27 5	Transformador monofásico 15kVA 13,8/r3kV 440/220V 15kV	pç	1	R\$ 7.435,28	R\$ 7.435,28
4.27 6	Transformador de distribuição para instalação em poste, trifásico, tensão primária de 13,8 kV e secundária de 220/380V, isolado à óleo, 45 kVA, Homologado pela DVEN CELESC.	pç	1	R\$ 18.873,13	R\$ 18.873,13
4.27 7	Transformador de distribuição para instalação em poste, trifásico, tensão primária de 13,8 kV e secundária de 220/380V, isolado à óleo, 75 kVA, Homologado pela DVEN CELESC.	pç	1	R\$ 21.495,42	R\$ 21.495,42
4.27 8	Trilho metálico para instalação de disjuntor e contadoras em quadro de comando	M	5	R\$ 29,87	R\$ 149,35
4.27 9	Tubo de concreto simples, diâmetro interno de 500 mm e altura de 1000mm	pç	10	R\$ 155,69	R\$ 1.556,90
4.28 0	Tubo de concreto simples, diâmetro interno de 600 mm e altura de 1000mm	pç	10	R\$ 217,65	R\$ 2.176,50
4.28 1	Tubo de concreto simples, diâmetro interno de 800 mm e altura de 1000mm	pç	10	R\$ 245,78	R\$ 2.457,80
4.28 2	Tubo de concreto simples, diâmetro interno de 300 mm e altura de 1000mm	pç	10	R\$ 71,40	R\$ 714,00
4.28 3	Tubo de aço carbono tipo pesado, galvanizado a fogo camada 80µm a 100 µm (microns), Ø 1.1/2 de 6000mm, rosca externa BSP, NBR5598.	PÇ	4	R\$ 483,54	R\$ 1.934,16
4.28 4	Cabo de cobre multipolar flexível PP, PVC 450/750V # 4x10mm ²	M	50	R\$ 46,32	R\$ 2.316,00
4.28 5	Cabo de cobre multipolar flexível PP, PVC 450/750V # 4x16mm ²	M	40	R\$ 91,28	R\$ 3.651,20
PREÇO TOTAL MATERIAIS AMPLIAÇÃO					R\$ 6.014.984,95

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/04/2024 18:12 - 03:00 - 03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.atende.net/p66218cd870698>.
POR JUNIOR DE ABREU BEITO.***308539** EM 18/04/2024 18:12

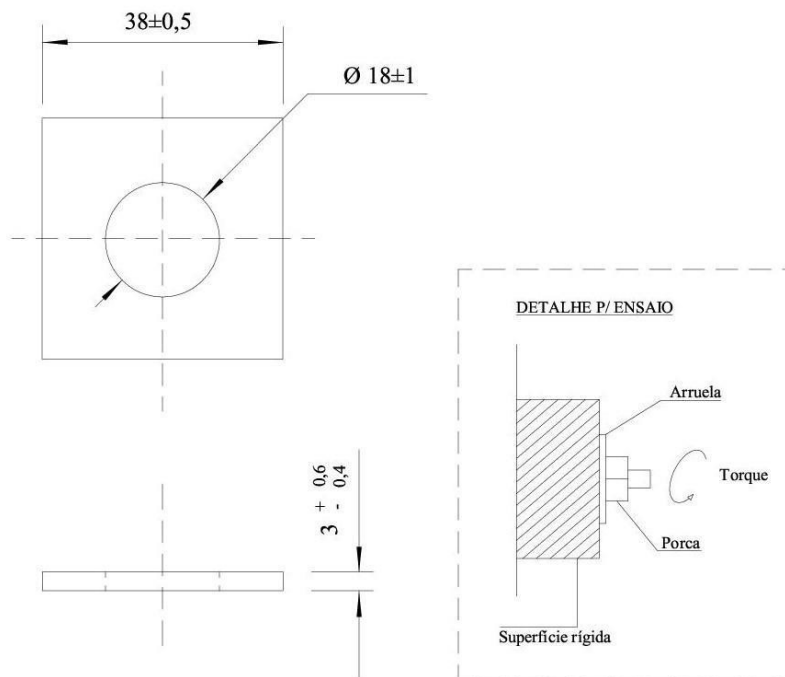




ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

ANEXO 1:

7.2.1. A-02 ARRUELA QUADRADA

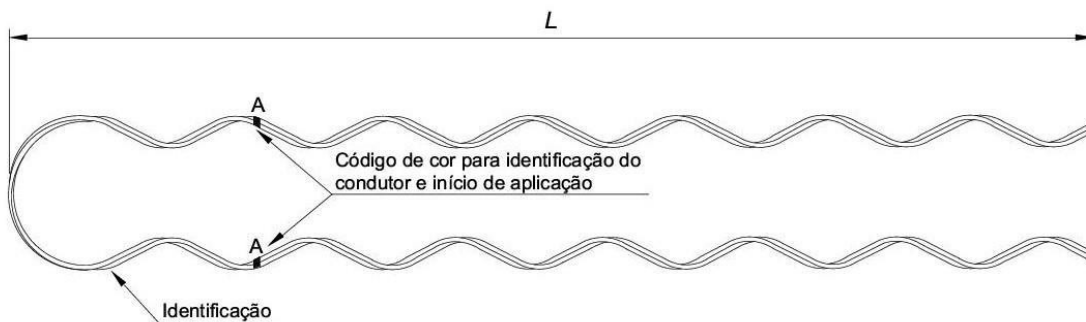




ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

ANEXO 2:

5. M-03 ALÇA PRÉ-FORMADA DE SERVIÇO PARA CONDUTORES MULTIPLEXADOS DE:
ALUMÍNIO E COBRE NEUTRO NU, ALUMÍNIO COM NEUTRO ISOLADO



ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/04/2024 18:12 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.atende.net/p66218cd870698>.
POR JUNIOR DE ABREU BENTO.***308539** EM 18/04/2024 18:12

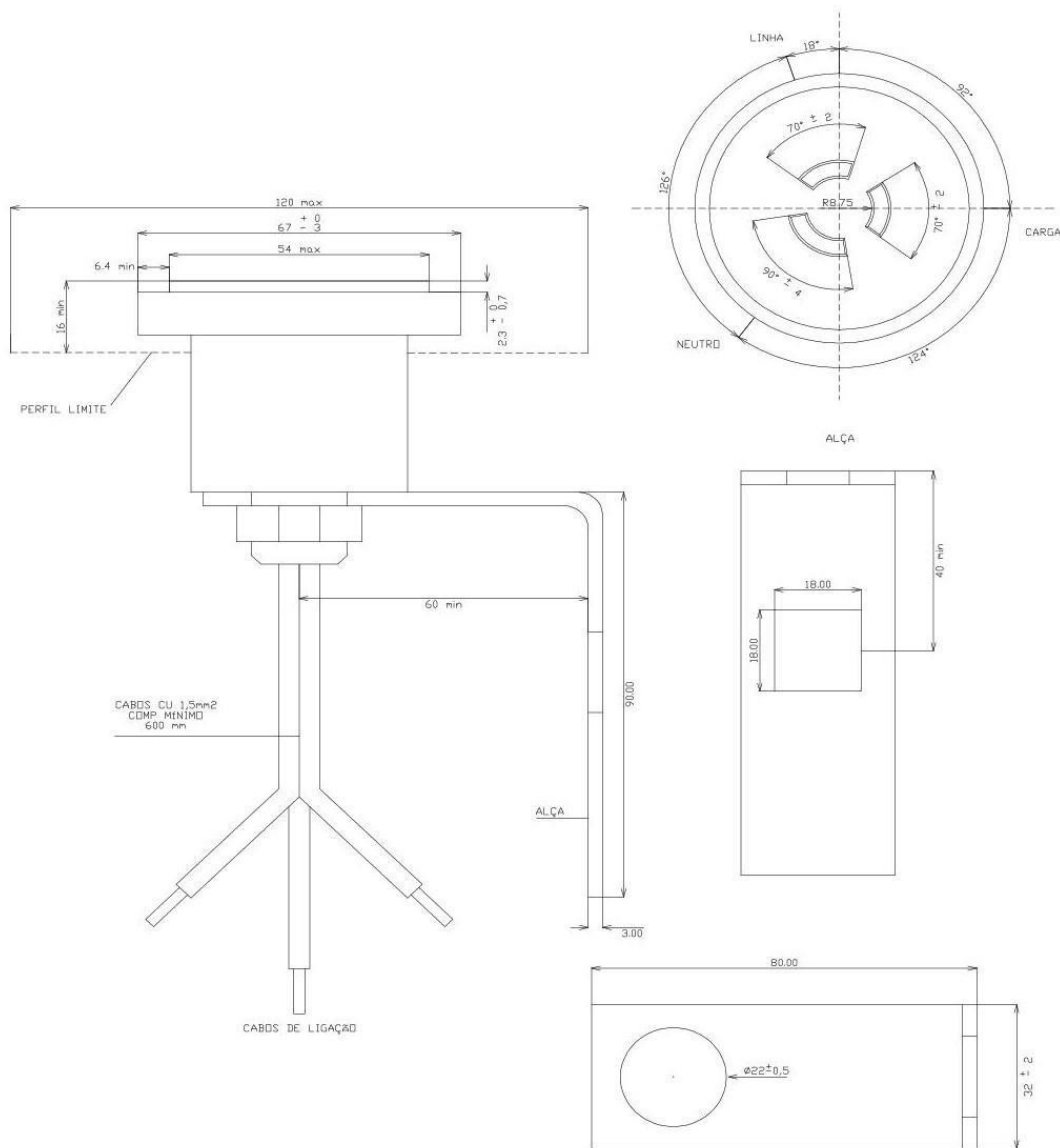




ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

ANEXO 3

IP - 05 BASE PARA RELÉ FOTOCONTROLADOR



Tolerâncias não indicadas: +/- 2mm

1. Características Gerais

Conforme a Especificação E-313.0021 - Relés Fotoelétricos e NBR 5123 - Relé Fotoelétrico e Tomada para Iluminação - Especificação e Método de Ensaio.

CÓDIGO CELESC - 7490



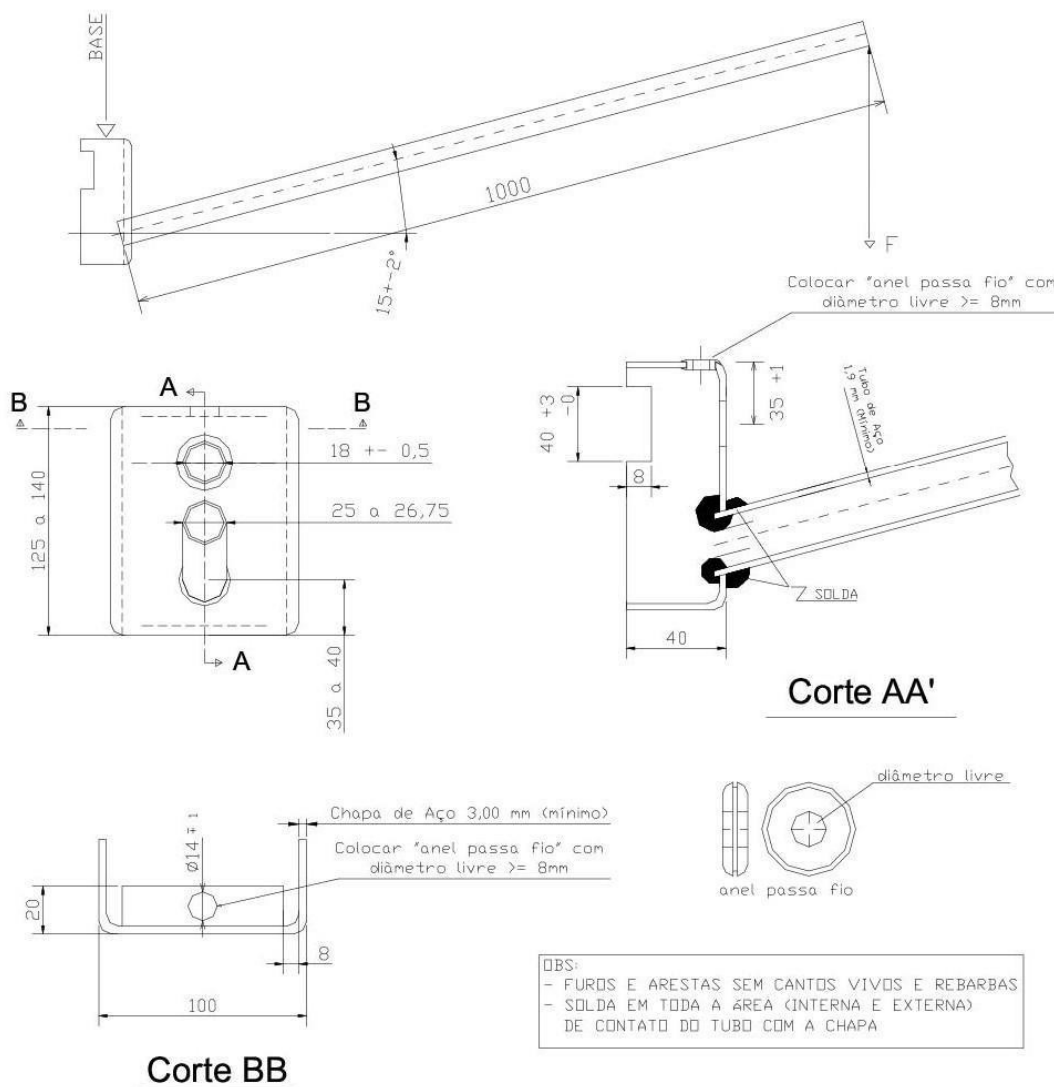


ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

ANEXO 4:

IP 03 - BRAÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

FIGURA 1 - BRAÇO COMUM – 1,00 metro



ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/04/2024 18:12-03:00-03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.atende.net/p66218cd870698>.
POR JUNIOR DE ABREU BENTO.***308539** EM 18/04/2024 18:12

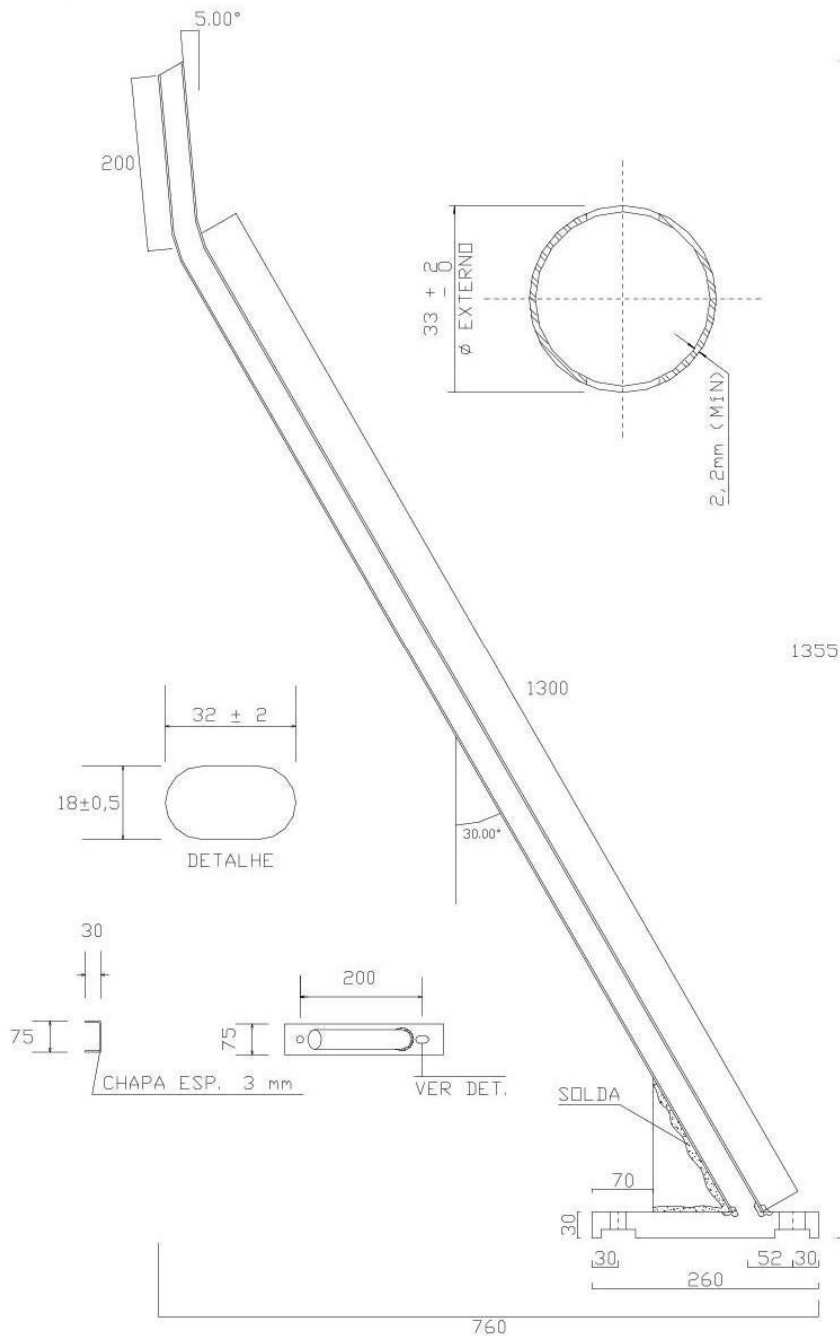




ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

ANEXO 5:

FIGURA 3 - BRAÇO ESPECIAL 3 - 1,50 metros

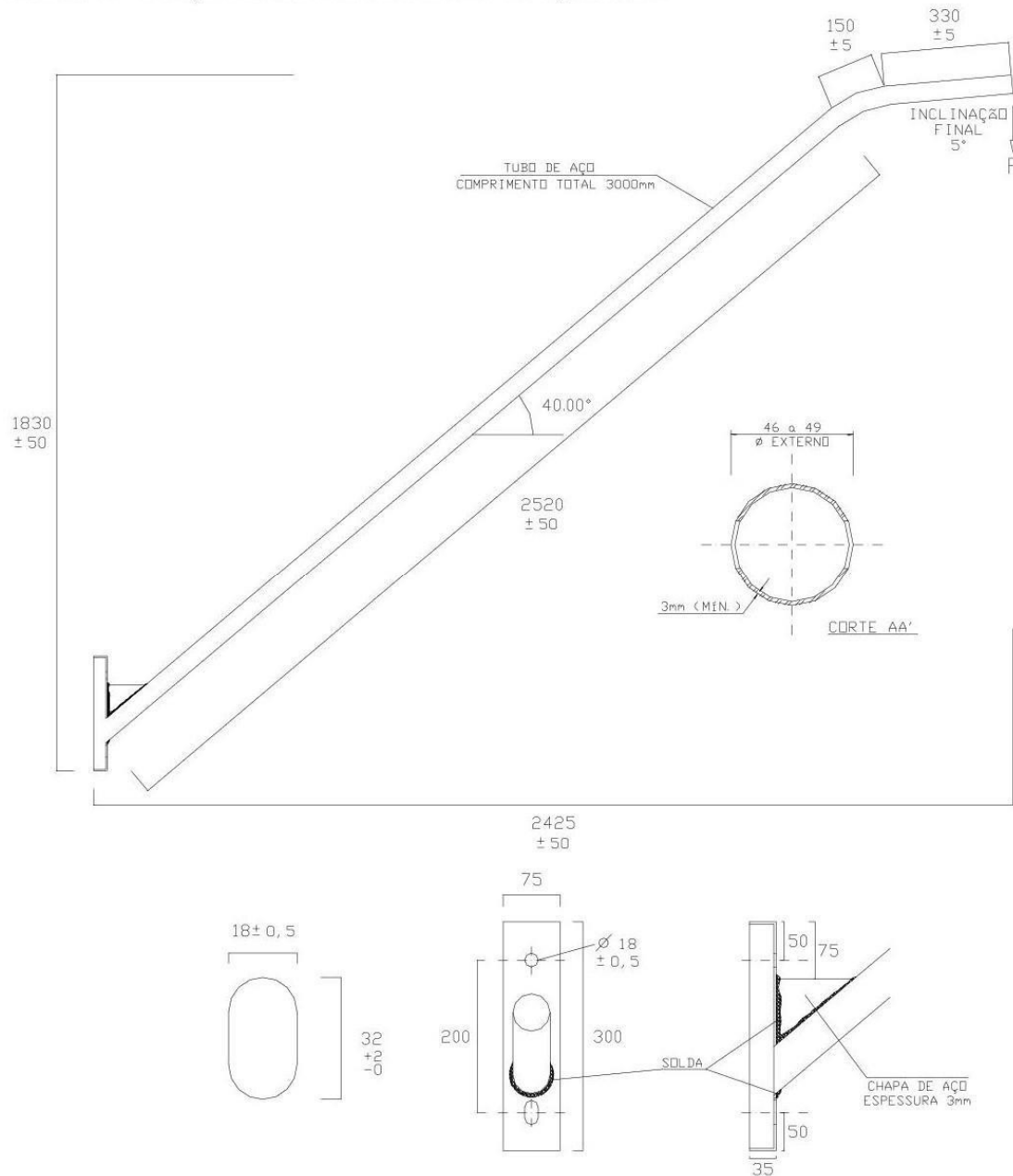




ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

ANEXO 6:

FIGURA 3 - BRAÇO ESPECIAL 2 COM SAPATA – 3,00 metros



ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/04/2024 18:12-03:00-03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE <https://c.atende.net/p66218cd870698>.
POR JUNIOR DE ABREU BENTO.***308539** EM 18/04/2024 18:12

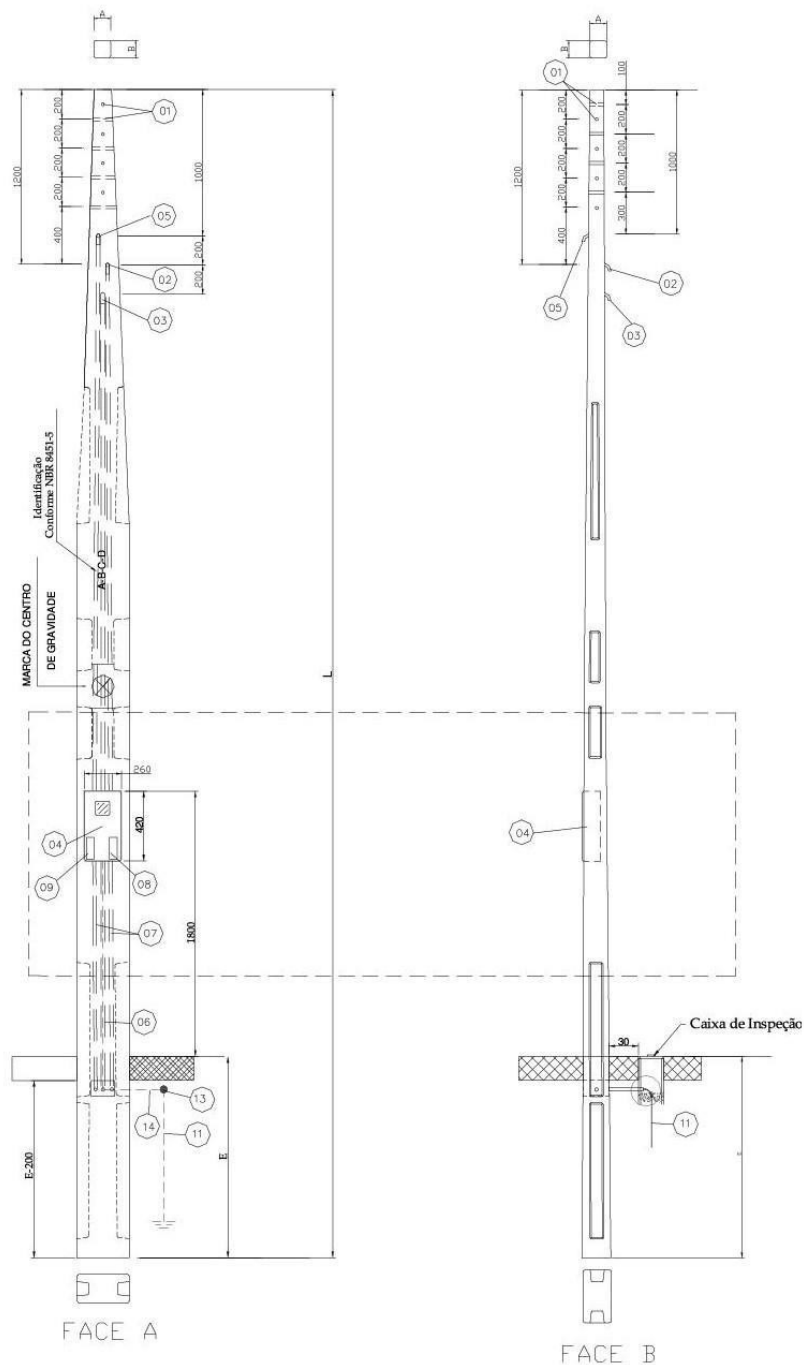




ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

ANEXO7:

Desenho 5/1 – Poste com uma caixa de medição monofásica incorporada



ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/04/2024 18:12 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.atende.net/p6218cd870698>.
POR JUNIOR DE ABREU BENTO.***308539** EM 18/04/2024 18:12

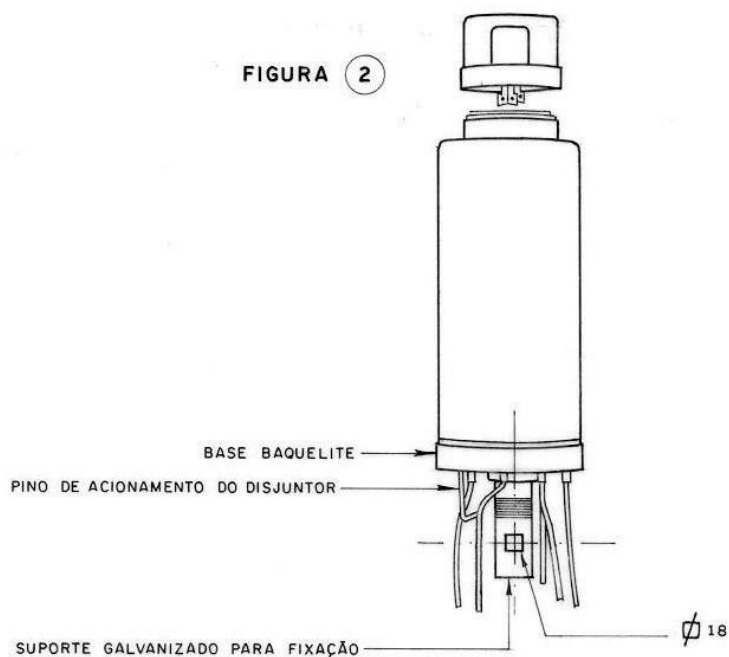




ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

ANEXO 8:

CHAVE PARA COMANDO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA
(CHAVE MAGNÉTICA)



(V)	Hz	A	Liga/Desliga (lux)	Operação (V)	Tipo	Código Celesc
220	60	1x50	3 a 30	198 a 242	NA	7496

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/04/2024 18:12 - 03:00 - 03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE <https://c.atende.net/p66218cd870698>.
POR JUNIOR DE ABREU BENTO.***308539** EM 18/04/2024 18:12

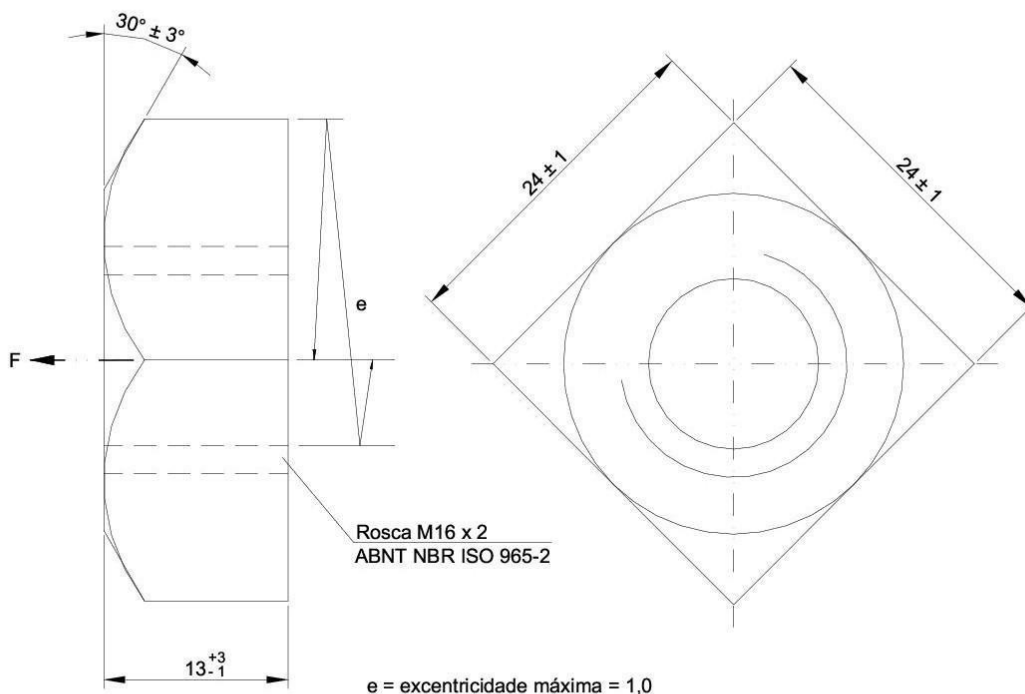




ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

ANEXO 9:

7.2.6. A-21 PORCA QUADRADA



Código Celesc SAP MM: 1812.

Matéria-Prima: aço-carbono MR250 laminado ou trefilado.

Revestimento: galvanização por imersão em zinco fundido, camada conforme 5.2.2.

Resistência Mecânica: a porca corretamente instalada deve suportar um esforço F de 5000 daN e um torque de 10 daN x m no mínimo, sem apresentar qualquer deformação permanente ou ruptura.

Identificação: desejável ser identificado de forma legível e indelével e ter estampado no corpo da chapa o nome ou marca do fabricante.

Acondicionamento: caixa de madeira – CM, conforme E-141.0001.

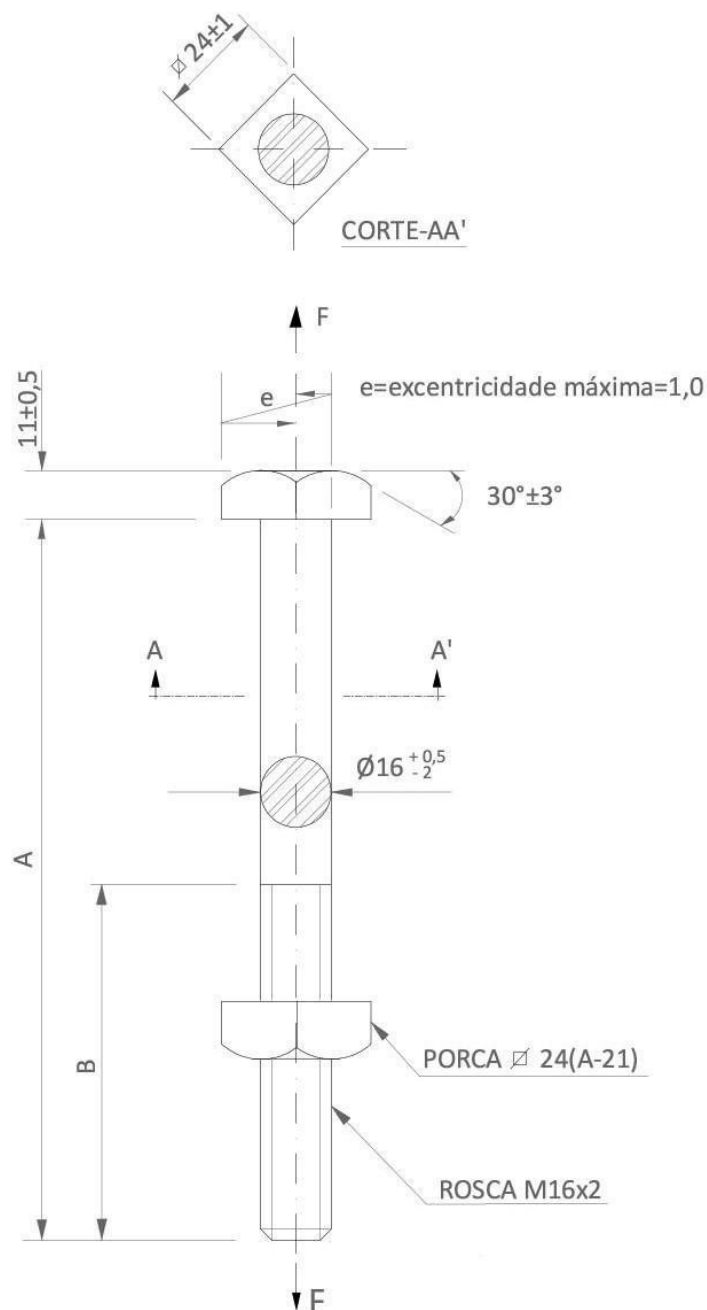




ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

ANEXO 10:

7.2.29. F-30 PARAFUSO DE CABEÇA QUADRADA

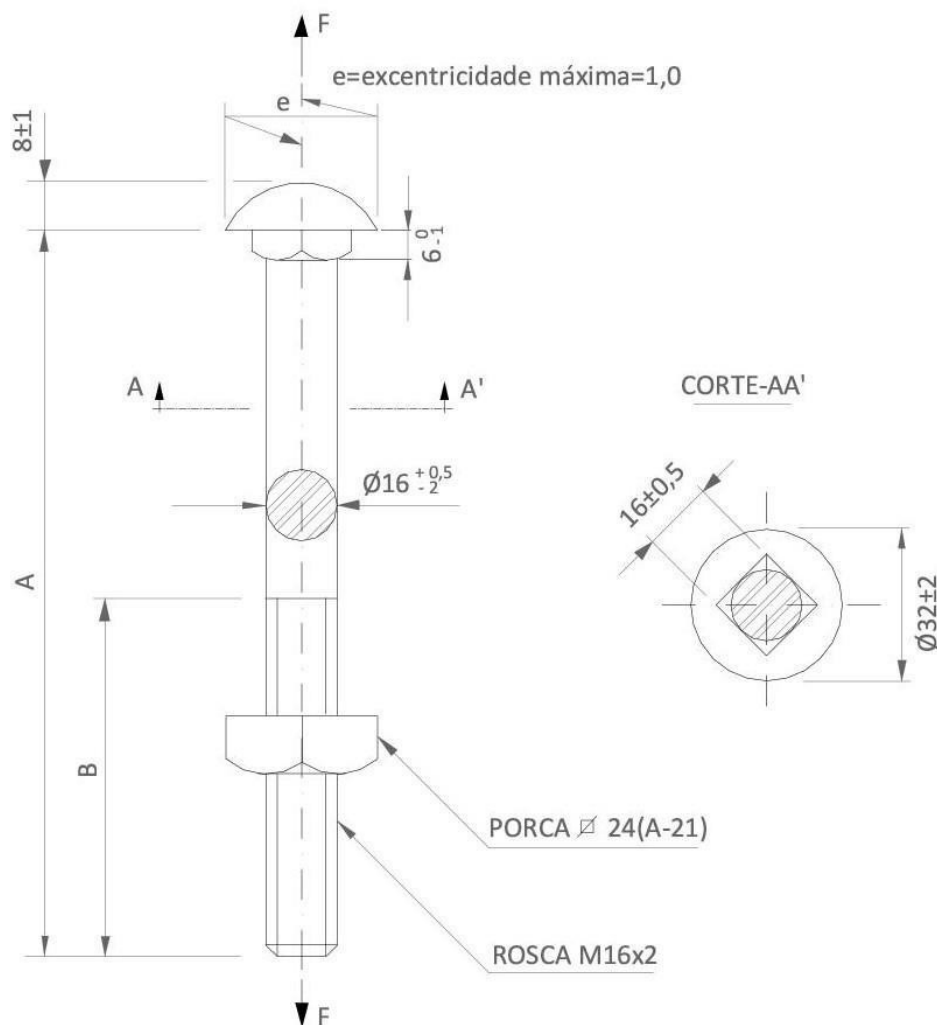




ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

ANEXO 11:

7.2.30. F-31 PARAFUSO DE CABEÇA ABAULADA



ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/04/2024 18:12 - 03:00 - 03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.atende.net/p66218cd870698>.
POR JUNIOR DE ABREU BENTO.***308539** EM 18/04/2024 18:12





IP-21 REATOR PARA LÂMPADA VAPOR DE SÓDIO ALTA PRESSÃO

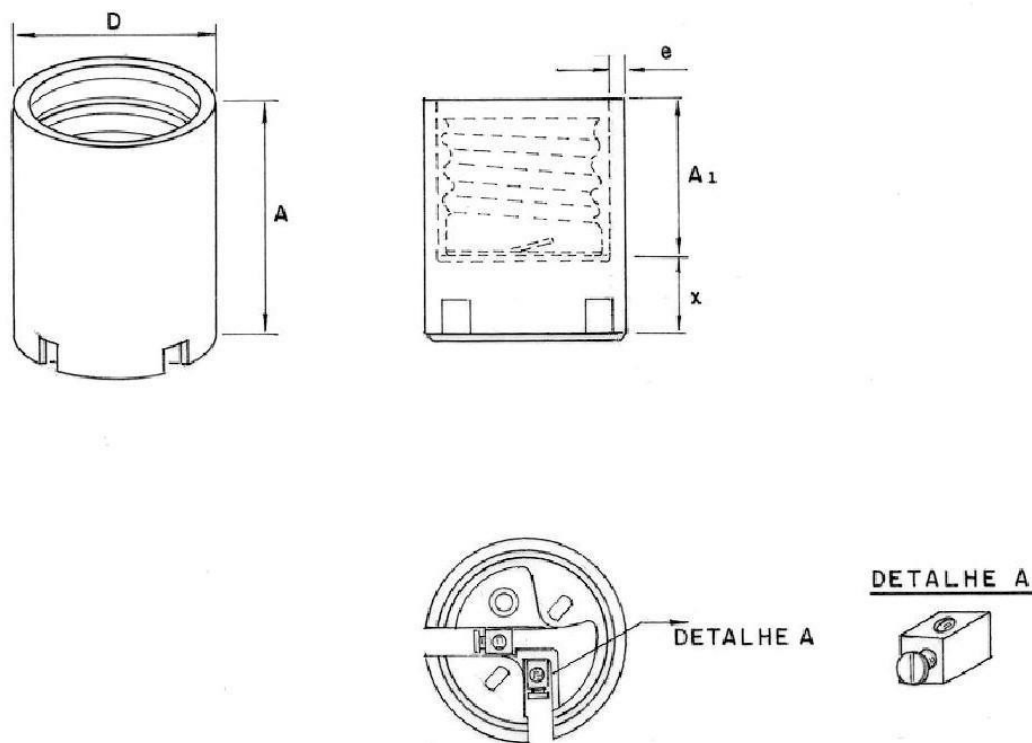




ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

ANEXO 13:

IP-26 RECEPTÁCULO P/ LÂMPADA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA



- DIMENSÕES: conforme NBR 5112

CÓDIGO CELESC	
E-27	8078
E-40	8076

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/04/2024 18:12-03:00-03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.atende.net/tp66218cd870698>.
POR JUNIOR DE ABREU BENTO.***308539** EM 18/04/2024 18:12

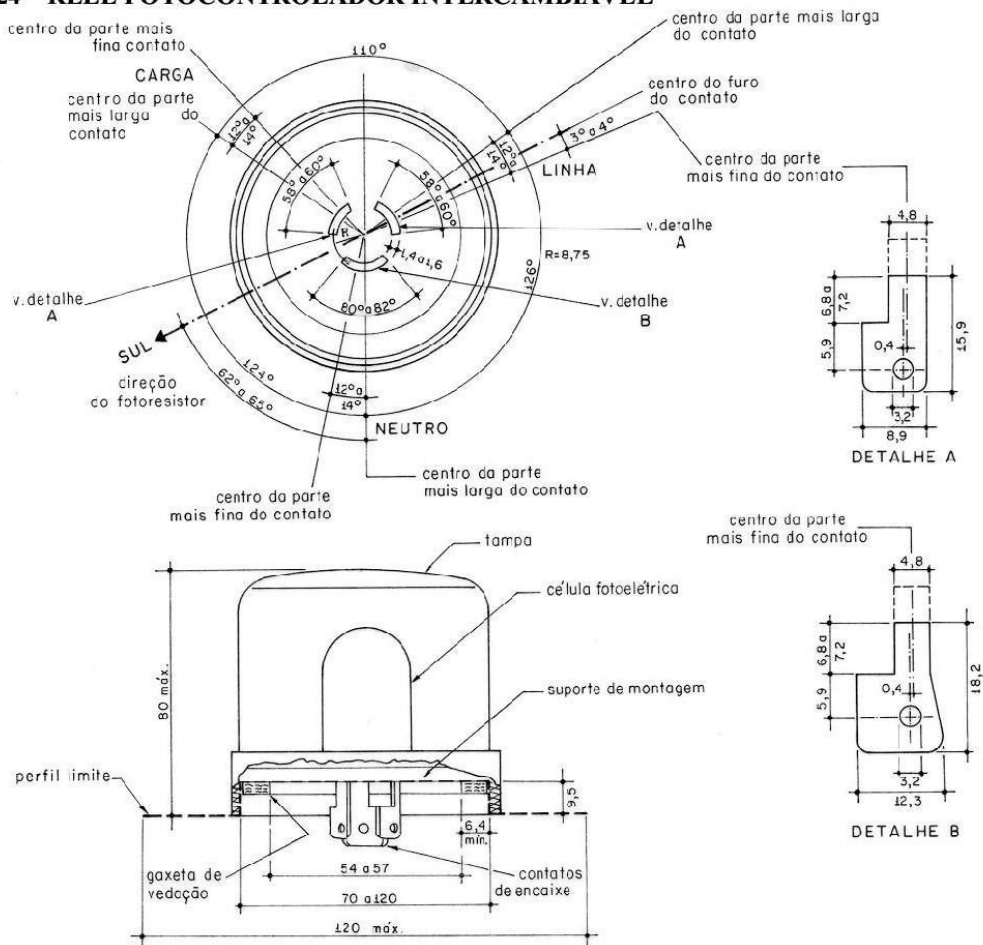




ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

ANEXO 14:

IP 24 – RELÉ FOTOCONTROLADOR INTERCAMBIÁVEL



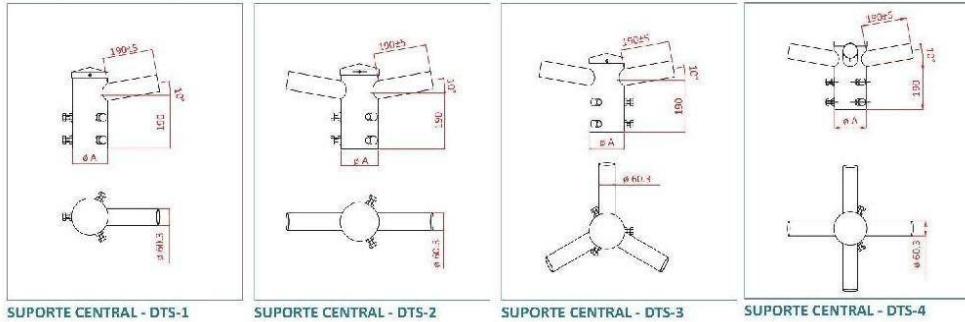


ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

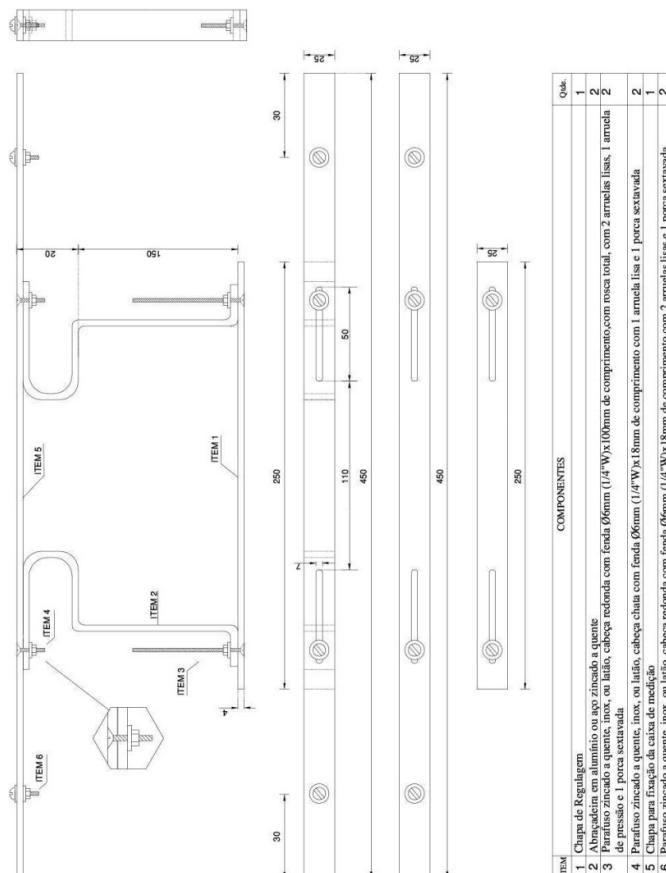
ANEXO 15:

SUORTES CENTRAIS PARA LUMINÁRIAS:



ANEXO 16:

Especificação 31 – Abraçadeira suporte para caixa de medição em poste

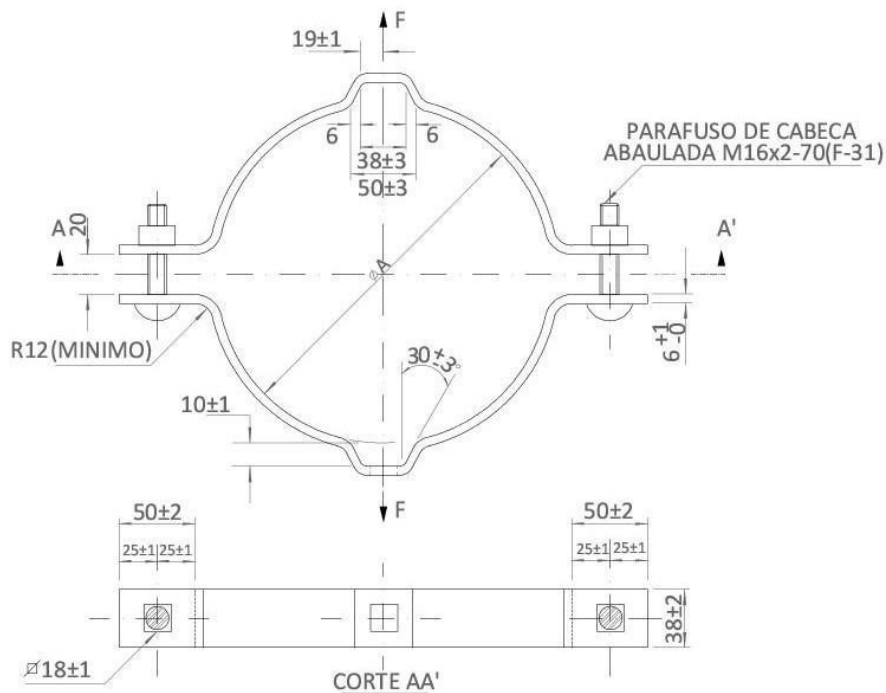




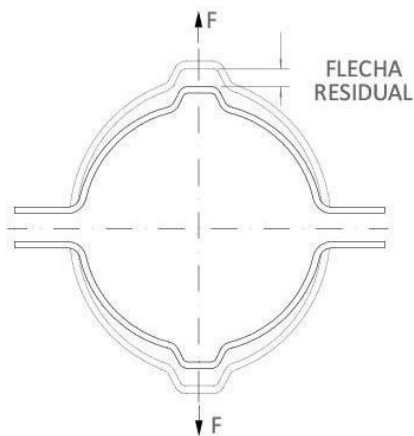
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

ANEXO 17:

7.2.21. F-10 CINTA PARA POSTE SEÇÃO CIRCULAR



DETALHE P/ ENSAIO

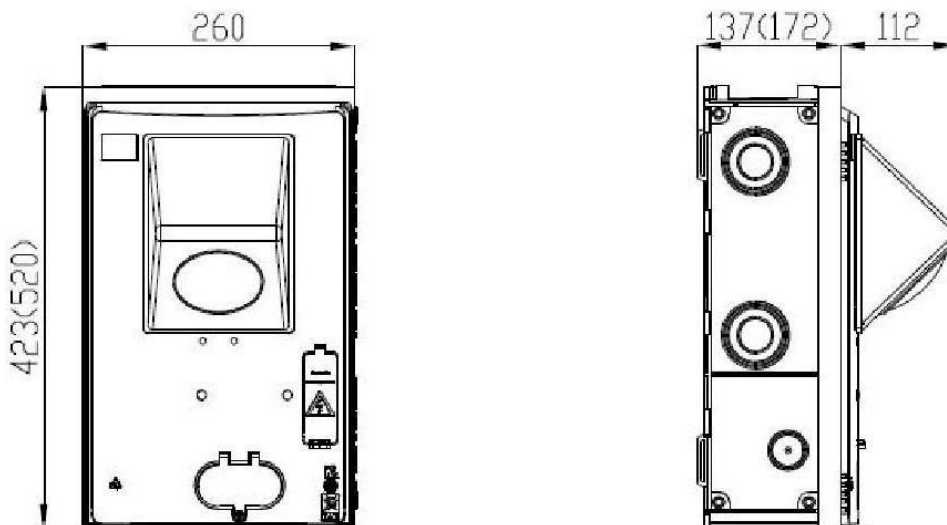




ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

ANEXO 18:

5.5.5. Desenho da Caixa de Medição



ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/04/2024 18:12 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.atende.net/p66218cd870698>.
POR JUNIOR DE ABREU BENTO.***308539** EM 18/04/2024 18:12





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

TABELA C – Documentos técnicos a serem apresentados na proposta.

Documentos Técnicos das Luminárias Públicas Led (Itens 4.173, 4.174, 4.175, 4.176, 4.177, 4.178 e 4.179).

Ensaio de laboratórios credenciados no INMETRO, podendo ser do tipo família de produtos:

- a) Datasheet técnico;
- b) Deverá conter Selo PROCEL de economia de energia;
- c) Certificado Inmetro;
- d) Registro Inmetro;
- e) Certificado de Dispositivo de Proteção Contra Surtos Elétricos (DPS);
- f) Ensaio LM-80;
- g) Ensaio de Eficiência Energética;
- h) Ensaio de Segurança;
- i) Ensaio de Método de medição das tensões de perturbação conduzidas;
- j) Ensaio de Método de medição das perturbações eletromagnéticas radiadas na faixa de 9 kHz a 30 MHz;
- k) O vencedor deverá disponibilizar uma amostra do modelo ofertado em até 5 dias uteis.

Documentos Técnicos das Luminárias Decorativas Led (Item 4.172)

- a) Catálogo (datasheet) técnico da luminária de LED impresso (em português BR);
- b) Certificado INMETRO e Constar no site do INMETRO como fabricante que atende as normas vigentes para Luminárias LEDs.
- c) O vencedor deverá disponibilizar uma amostra do modelo ofertado em até 5 dias uteis.

Documentos Técnicos do Relé Fotoelétrico Magnético (Item 4.253)

- a) Ensaio de operação;
- b) Ensaio de limite de Funcionamento; Ensaio de comportamento a 70°; Ensaio de operação/Durabilidade; Ensaio de Impulso de tensão; Ensaio de impacto;
- c) Ensaio de grau de proteção.
- d) O vencedor deverá disponibilizar uma amostra do modelo ofertado em até 5 dias uteis.

YSLON COELHO SILVA
ELETROTECNICO
CRT 02198261960

